



Barnabé Augusto Có

**Fuga de cérebros na África:
uma investigação exploratória partindo da Guiné-Bissau**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**Redenção
2016**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

C58u

Có, Barnabé Augusto.

Fuga de cérebros na África: uma investigação exploratória partindo da Guiné-Bissau. / Barnabé Augusto Có. – Redenção, 2016.

96 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

Inclui referências.

1. Educação - África Portuguesa. 2. Educação – Guiné-Bissau. I. Título.

CDD 371.0096



Barnabé Augusto Có

**Fuga de cérebros na África
uma investigação exploratória partindo da Guiné-Bissau**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 05 de dezembro de 2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof.^a Dr.^a Artemisa Odila Candé Monteiro
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Dedico o meu trabalho de conclusão de curso aos meus pais, Augusto Có, Eugenia Nanque, Maria Djú (Atchino), Oncamam Có, Mateus Có, Vique Có, Ema Có, Marisa Có (Antchedji) e Bernaldinho Có (Bernas).

Agradecimentos

Início por agradecer às minhas famílias, em especial, ao Augusto Có (Lufunheck) e à Eugenia Nanque (Adas), por terem me ajudado nesta caminhada muito calorosa e na superação de algumas dificuldades acadêmicas pela disponibilidade dos recursos financeiros para me direcionar neste brilhante caminho de saberes. É uma grande honra eu pertencer a essas duas figuras importantes que me servem como uma referência no processo de aprendizagem dentro da sociedade africana, assim como do mundo do conhecimento acadêmico. Agradeço também aos meus irmãos Alai Nanque (que hoje não está de vida. Que Deus descanse sua alma em paz!), Mateus Có, Vique Có, Raimundo Có, Ema Có, Aldinha Có (Narina), Gilda Có (N' Djuda), Benedito Có (Nito), Barão Có (Baló), Rivaldo Có, Filipe Có, Mana Morto, Jacimine Valeria Sambu, Tinha Sambu, Celia Sambu, Desejado Sambu, Marisa Có (Antchedji), Diana Có e Bernaldinho Có (Bernas). Também dirijo agradecimento aos meus sobrinhos/as Vique Có, Fadrasco Có, Nazaria Nanque, Belezario Có e Bulundje João Cá.

Agradeço ao meu tio Oncamam Có, meu encarregado da educação aqui no Brasil, pessoa que assinou o meu termo de responsabilidade, o que facilitou a minha vinda para o Brasil, concretamente para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Ao meu orientador, Professor Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo, pela orientação, prática, consagração, generosidade, com lealdade e paciência, de disponibilizar o tempo para estar junto comigo desde o primeiro momento da elaboração do projeto até a versão final do trabalho, agradeço muito nesse sentido.

Agradeço aos meus primos Alexandre Vieira Indi, Fabricio Nanque, Ino Nanque, Moises Có, Danilson Gomes Correia, Benjamim Indi, Arão Gomes Có, Alberto Có, Clara Có, Bras Có, Maria Nanque (Grebot), Adilino Có (Tama), Julio Có (N' Djelaca), Amad Có, Cidália Có Edmilson Có, Sato Cá, Chave Có, Jojolino Có, Cain Có, N'pii Nanque, Clara Nanque, Ica Cá, Justino Nanque, N'papa Fernando Nanque, Olívio António Gomes, Inoque Nanque, Maio Nanque, Armando Tomas Nanque, Tito Djú, Luciano Nanque, Vailton Nanque, Lenin Domingos Nanque, João Cá, Dario Nanque, Mamadu Djú, Paulo Indequê Bassangue, Ivo António Djó e Julaidina Nanque.

Dirijo também o meu agradecimento aos meus colegas que estão comigo na mesma casa, lutando pela construção do conhecimento, que hoje virou uma prática e arma de saber dentro da Universidade: Didier Té, Manuel Nanque, Luís Filipe Sá Pereira, Abibatu Djaló, Numna Té, Djibril Cá, Petimama Gomes, a minha madrinha, e ao Padrinho, Nico Augusto Có, às pessoas com quem aprendi muito: Farã Vaz, Mamadu Nanque, Abdulai Danfa, Umaro Bassem e aos que não foram mencionados.

Resumo

O presente trabalho tem como propósito analisar a fuga dos cérebros em nível geral dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), levando em conta as perseguições políticas, as migrações econômicas para o estrangeiro, e a circulação internacional dos recursos humanos em busca de formação superior, desde as independências na década de 1960, bem como o papel dos partidos políticos que lutavam pelas independências e que, em seguida optaram para aceleração e ampliação do ensino superior dentro do continente para a formação do “homem novo”. Observamos que fatores sociopolíticos (instabilidade política) e econômicos (falta de oportunidade de emprego para quadros altamente qualificados) têm contribuído para uma constante fuga de cérebros dos PALOP. Ademais, pudemos verificar a prática de violência política por parte de governos ou tentativas de golpes de Estado por parte de líderes africanos, em países que experimentaram o regime de partido único, no processo de passagem ao multipartidarismo, no contexto da rivalidade política entre os partidos anteriormente estabelecidos e os agrupamentos emergentes, o que resultou no exílio de um significativo número de intelectuais africanos para o estrangeiro.

Palavras-chave:

Países africanos de língua oficial portuguesa;

África – educação;

África – política e governo – 1960-;

Ensino superior – África;

Fuga de cérebros – África;

Sistemas de partido único.

Abstract

This work aims at analyzing the brain drain, in a broad approach, within the African countries which have Portuguese as official language (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP), bringing into account a wide range of issues as political persecutions, economic emigration, and international circulation of human resources in search of higher-level education, from the dawn of the independences in the 1960s, as well as the role of African political parties which fought for independence and, afterwards, chose a path towards bolstering and widening higher education within Africa in order to shape the “new man”. We find that social and political matters (as political instability) as well as economical (lack of employment for highly qualified personnel) have contributed to a steady brain drain from the PALOP countries. Furthermore, we could verify the practice of political violence by African governments or coup attempts by African leaders in former one-party states in the process of becoming multi-party systems, in the context of political rivalry between the older established and the new emergent parties, what resulted in a host of African intellectuals being pushed towards exile from the 1990s.

Keywords:

Países africanos de língua oficial portuguesa;

Africa – education;

Africa – politics and government – 1960-;

Brain drain – Africa;

Education, Higher – Africa;

One-party systems.

Lista de abreviaturas e siglas

ACIPOL	Associação Guineense de Ciências Políticas
ANC	African National Congress
ANP	Assembleia Nacional Popular
ASDI	Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BAG	Bloc d'Action Guinéen
BEDICI	Bloc Éburnéen Démocratique Indépendants de la Côte d'Ivoire
BIP	Produto Interno Bruto
BMS	Bloc des Masses Sénégalaises
CCP	Center for Communication Programs
CECI	Centro (Canadiano) de Estudos e de Cooperação Internacional
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armada
CENFA	Centro de Formação Administrativa
CFA	Comunidade Financeira Africana
CGT	Confédération Générale du Travail
CMT	Comissão Multipartidária da Transição
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPP	Convention People's Party
CRDI	Centre de Recherches pour le Développement international
CSL	Conselho Superior da Luta
ECOMOG	Economic Community of West African States Monitoring Group
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desporto
FA	Força Armadas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FCG-SD	Fórum Cívico Guineense-Social Democracia
FD	Frente Democrática
FDS	Frente Democrática Social
FEANF	Federação dos Estudantes da África Negra em França
FGUIRIN	Frente Guineense para a Revolução e Independência Nacional
FIR	Força de Intervenção Rápida

FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FULGUIBI	Forças Unidas para a Libertação da Guiné-Bissau
FUNPEC	Fundação para Programação do Ensino e de Cultura.
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HIV/SIDA	Human Immunodeficiency Virus / Síndrome da Imunodeficiência Aguda
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
JURG	Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses
KADU	Kenyan African Democratic Union
KANU	Kenyan African National Union
LIPE	Liga Guineense de Protecção Ecológica
MAC	Movimento Anti-colonial
MDRM	Mouvement Démocratique de Rénovation Malgache
MLN	Movimento da Libertação Nacional
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUDe	Movimento para a Unidade e Democracia
NATCAP	National Assessment of Technical Cooperation
NCNC	National Council of Nigeria and Cameroons
NLTPS	National Long Term Prospective Studies
NPC	Northern People's Congress
OANG	Organização Anticolonialista da Guiné-Bissau
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PADESM	Parti des Déshérités de Madagascar
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAI	Parti Africain de l'Indépendance
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD	Partido da Convergência Democrática
PCF	Partido Comunista Francês
PDCI	Parti Démocratique de Côte d'Ivoire
PDG	Parti Démocratique de Guinée

PDP	Partido da Democracia e Progresso
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PRA	Parti de la Renaissance Africaine
PRD	Partido da Renovação e Desenvolvimento
PRS	Partido da Renovação Social
PSU	Partido Socialista Unificado
PUSD	Partido Unido Social Democrático
RDA	Rassemblement Démocratique Africain
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
SAREC	Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries
TANU	Tanganyika African National Union
UAC	Universidade Amílcar Cabral
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UGTAN	Union Général des Travailleurs de l’Afrique Noire
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UIE	União Internacional dos Estudantes
UM	União para a Mudança
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIP	United National Independence Party
UNTG	União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
UPANG	União Patriótica Anti-neocolonialista da Guiné
UPG	União Patriótica Guineense
UPS	Union Progressiste du Sénégal
USAID	United States Agency for International Development
US-RDA	Union Soudanaise – Rassemblement Démocratique Africain

Sumário

Introdução.....	12
1 A fuga de cérebros na África.....	15
2 A Guiné-Bissau e o partido único na África.....	45
Conclusão.....	92
Referências bibliográficas.....	94

Introdução

A razão que me levou a pesquisar sobre a fuga de cérebros em nível geral da África veio de uma palestra ministrada em 21 de maio de 2014 no Salão Paroquial de Acarape por três professores africanos, sendo dois da Guiné-Bissau: os professores Dr. Lourenço Ocuni Cá e Dr. Mario Fernandes Biaguê; e o professor Dr. Luís Tomas Domingos, de Moçambique. O primeiro tema da palestra referia-se à trajetória acadêmica no estrangeiro, ministrada pelos Professores Lourenço Ocuni Cá e Luís Tomas; e o segundo tema da palestra, ministrada pelo professor Dr. Mario Fernandes Biaguê, tratava sobre a situação política da Guiné-Bissau após a independência e as perseguições políticas estatais.

Depois da palestra ministrada pelos três professores doutores africanos, o referido assunto chamou-me atenção, principalmente o primeiro, que é a trajetória acadêmica no estrangeiro (que está relacionada à fuga de cérebros). O que me interrogava era: depois da formação no estrangeiro, por que os quadros formados não retornavam para a África? Ou será que houve alguns problemas ocultos que fizeram com que eles resolvessem permanecer no estrangeiro? Daí parte a minha pesquisa através de sérias dúvidas e inquietações sobre a saída dos profissionais africanos altamente qualificados. Para alimentar a permanência dos discentes que decidiram ficar no estrangeiro, ou seja, que foram atraídos pelos países desenvolvidos, segundo Lopes (2005), o avanço do desenvolvimento da era industrial abria o caminho para era “das redes” que fazia a mudança em torno da globalização e das habilidades dos imigrantes altamente qualificados, ou seja, a circulação internacional dos recursos humanos para o exterior.

O presente trabalho é construído a partir da revisão bibliográfica sobre fuga de cérebros em nível geral do continente africano, e em particular nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), baseando-nos principalmente nos livros, nas dissertações de mestrados, nos artigos, nas revistas acadêmicas e nos jornais. Na mesma linha de pesquisa, usaremos os procedimentos supracitados com a Guiné-Bissau para falar sobre aspectos políticos de regimes do partido único, abertura democrática e conflito político militar. Assim sendo, dialogaremos também com a realidade dos partidos únicos da África ao Sul do Saara.

Além disso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, envolvendo entrevista com quatro professores universitário guineenses que saíram do país em períodos diferentes, sendo

que três entrevistados deixaram o país pelo motivo da obtenção de bolsa de estudo na embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, e um deixou o país pelo mesmo motivo de ir estudar no exterior, no caso, na Rússia. No entanto, até hoje todos esses entrevistados não conseguiram voltar para o país, por livre vontade de uns, e outros por conta da situação política. O roteiro de entrevista, semiestruturado, concentrou-se em cinco temas: formação inicial; formação universitária; relação com o Estado da Guiné-Bissau; experiência fora do país; e à forma e motivos de saída definitiva do país.

Durante a realização da entrevista, as maiores dificuldades estão ligadas ao tempo dos entrevistados (devido à ocupação deles no trabalho); contudo, todos eles disponibilizaram-se pacientemente para contribuir para a nossa pesquisa. E, no nosso caso, disponibilizamo-nos para ir atrás desses entrevistados (formados) a fim de entendermos os motivos que os levaram a sair e a permanecer no exterior. O material coletado é muito rico, mas, por razões de tempo e de espaço, terminou não sendo possível incluir uma análise apropriada das entrevistas neste trabalho, o que esperamos poder fazer em outra oportunidade. Em todo caso, as entrevistas orientaram de modo geral o enfoque da pesquisa e da escrita deste trabalho, contribuindo para chamar nossa atenção para vários aspectos que de outra forma não teriam sido abordados.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, faremos um panorama geral de fuga de cérebros que se torna como uma circulação internacional de recursos humanos dos países de origem para países estrangeiros, e também falaremos sobre as bolsas de estudos dos discentes africanos com destino aos países de cooperação (URSS, Cuba, Brasil, Portugal etc.). Retomaremos um pouco da história da África colonial, os processos de escolarização ofertados pelos modelos ocidental e árabe a partir dos dois grandes séculos XIX a XX. Mais adiante, traremos alguns discursos dos líderes africanos sobre a reforma educacional voltada à realidade africana, à ampliação e aceleração da educação superior na formação dos intelectuais altamente qualificados, além disso, faremos uma breve discussão sobre o papel dos intelectuais africanos nas fundações dos movimentos dos partidos políticos, da via armada para a libertação do continente africano.

No segundo capítulo, destacaremos, após a independência da Guiné-Bissau, o regime do partido único e das ditaduras que eram vivenciados na época e faremos um diálogo com os partidos únicos da África negra: a abertura política, a economia e centros de formações dos ensinos superiores na Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

(INEP), Faculdade de Direito de Bissau (FDB), Faculdade de Medicina (FM), Centro de Formação Administrativa (CENFA) Tchico Té, vinculado ao Instituto de Camões.

1 A fuga de cérebros na África

Neste capítulo, analisaremos diretamente as situações que obrigaram a fuga de cérebros na África negra, pretendemos dialogar com a situação em nível da formação básica e da educação superior.

Segundo Ana Bénard da Costa (2009), na perspectiva dos efeitos de “fuga de cérebros” para os países de origem, considera um fato “negativo” e desigual entre os Estados potentes economicamente e os Estados menos potentes (pobres). Por tendência da procura de trabalho por esses quadros formados, conduz grandes números da circulação para o estrangeiro (países ricos) sem retorno para os países de origem, de poucas condições (países pobres), devido à ausência da política de mobilidade para os docentes e discentes que já cursaram universidade e obtiveram diploma de curso superior.

Mediante o choque negativo na área de saúde da migração de cérebros dos países da África subsaariana, onde há grande impacto das doenças muito perigosas como HIV/SIDA e paludismo, Solimano (2008) apud Costa (2009) afirma que os efeitos positivos da emigração dos cérebros não se fazem sentir nos países de origem. Porém, para Easterly e Niarco (2008) apud Costa (2009), “os efeitos positivos se fazem sentir no nível das famílias dos emigrantes que se beneficiam mais (com as remessas e outros bens) do que são prejudicados pela fuga dos cérebros”, calculando que “o valor das remessas suplanta os custos da educação dos quadros” que deixam “o país de origem”. Concluindo, assim, no estudo feito por eles, que a fuga de quadros “tem efeito positivo para os países africanos” (EASTERLY & NIARCO, 2008 apud COSTA, 2009, p. 130).

Na declaração feita pelo Ministro da Educação moçambicana Aires Ali numa palestra com o tema: “Papel do Ensino Superior no Desenvolvimento de África”, referindo-se à saída dos cérebros moçambicanos para diferentes lugares do planeta à busca de “melhores condições de vida” e de emprego, afirmou que “a fuga de quadros deixou de constituir problema” para o país, uma vez que dentro do “Moçambique” agora usufrui-se não só quadros qualificados, como também qualidade de emprego que se dá mudou muito (SITOE, 2008 apud COSTA, p. 131).

Para Lopes (2005), a razão do “progresso tecnológico”, disponível na área do setor de deslocamento e na influência dos cérebros formados nessas limitações do

conhecimento no caso de “transporte, telecomunicação e instrumentos financeiros”, conduz o aumento da circulação dos indivíduos a se movimentarem tanto internamente assim como na tentativa de atravessar para os países vizinhos à procura de melhor condição de trabalho e de “qualidade de vida superior”.

Podemos notar que, na verdade, os quadros bem formados nos países estrangeiros são sempre bem acolhidos devido à qualidade da formação. Em toda parte do mundo, sempre houve grande procura pelos intelectuais. Há tendência muito grande pela “economia global baseada em conhecimento e cada vez mais dependente de habilidades científicas e tecnológicas. A escassez do pessoal qualificado em ciência e tecnologia provocou uma competição entre os países desenvolvidos para atrair trabalhadores do exterior” (LOPES, 2005, p. 158). Comprovando isso, os Estados Unidos, por exemplo, é um dos países que mais atrai grandes cérebros para as áreas da tecnologia. O número reconhecido do “visto H-1B” tem a tendência de aumentar de “106 mil em 1994 para 240 mil em 1998 (OECD, 2001 a)”. Na Austrália, da mesma maneira a tendência das migrações cresceu muito através de aceitação das migrações internacional por um “Programa de Residentes Qualificados Temporários”, aumentou entre “1992 e 1998 de 15 mil para 37 mil” (LOPES, 2005, p. 158-159).

Análises feitas sobre a imigração dos funcionários bem formados, olhando para os países que estão em via do crescimento econômico, a saída dos “cérebros” aumentou, de acordo com o cálculo da pesquisa realizada pelo historiador guineense Lopes (2005), do qual mostraremos o resultado da saída dos quadros por um terço ao mundo, incluindo os que permanecem no espaço de OECD.

- Estima-se que 300 mil profissionais do continente africano, onde as capacidades são particularmente escassas, vivam e trabalhem na Europa e América do Norte.
- Mais de 60% dos imigrantes do Egito, Gana e África do Sul, que são responsáveis pelos maiores fluxos da África para os Estados Unidos, têm nível superior (Carrington, 1998).
- Mais de 75% dos imigrantes indianos têm educação superior (ibidem)
- Cerca de 30% dos graduados na turma de 1998 do Instituto Indiano de Tecnologia e espantosos 80% dos graduados em ciência da computação deixaram seu país em

função de cursos de pós-graduação ou de empregos nos Estados Unidos (Devan & Tewari, 2001).

- Na América do Sul, a Guiana, o país com a maior fuga de cérebros, perde 70% dos cidadãos com nível superior (LOPES, 2005, p. 159).

No período da era industrial, houve um processo de encaminhamento ao momento da era das “redes”, aconteceram muitas mudanças “tecnológicas” e aumento da circulação dos recursos humanos à procura da “globalização econômica” para garantir recursos financeiros. No período da tecnologia avançada, criou-se um novo modelo de “topografia do conhecimento” dentro das indústrias de fabricações das matérias primas ligadas ao setor de “transportes e comunicações”, pelas diminuições dos custos de transporte e comunicação em diversas fronteiras. “Isso cria novos foros para o desenvolvimento de capacidades e resposta à fuga de cérebros, permitindo a utilização das habilidades dos imigrantes do exterior por meio de redes de diáspora”. Neste contexto a transformação necessária para avaliação dos cérebros em “uso das diásporas de trabalhadores qualificados” que merece novas explicações de absolver novos saberes no mundo fora, “o conhecimento deve ser agrupado, analisado, modificado, desmontado e re combinado para se adaptar às necessidades locais, enquanto se apoia no conhecimento contextual existente” (LOPES, 2005, p. 161).

Através dos “fatores demográficos e tecnológicos”, disparou o movimento da circulação internacional dos recursos humanos bem qualificados. Devido à falta de condições dos países em via do desenvolvimento, de poucas organizações das infraestruturas, o destino passa a ser os países mais desenvolvidos nas áreas de tecnologias avançadas e de boas infraestruturas, inserindo-se na criação da “internacionalização da ciência e na globalização do conhecimento”. A falta das oportunidades para aplicação dos conhecimentos nos países de origem, os baixos salários, a limitação dos mercados de trabalho, a segurança e a instabilidade política são um dos motivos que contribuíram para a saída dos intelectuais para os países desenvolvidos que garantem o emprego, a paz e a segurança duradouras (LOPES, 2005, p. 161-162).

O debate acerca de fuga dos cérebros data do começo dos anos 1960 até o fim dos anos 1980, o problema era tratado pelas políticas que culminaram na utilização de “contramedidas” através do meio de taxaço, para acabar com as saídas dos intelectuais altamente qualificados dos países em crescimento para os países mais desenvolvidos. As

dimensões políticas usadas para limitar a perda dos recursos humanos nos países de origem foram elaboradas, mas não tinham o impacto, uma vez que não lidavam com as necessidades de animação das realidades dos próprios intelectuais (LOPES, 2005, p. 162).

Hoje, grande ênfase é dada a abordagens sobre ganho de cérebros, em contraposição à fuga, segundo a ideia de que a população qualificada expatriada é (ou poderia ser) um ativo potencial e não uma perda definitiva. A questão não é mais sobre como a migração qualificada pode ser reduzida, mas como a fuga pode ser transformada em ganho. Como a migração pode contribuir para esforços de desenvolvimento, em vez de esgotá-los, e como o desenvolvimento pode auxiliar a reter os traços benéficos da migração e canalizá-los para o desenvolvimento dos países de origem? (LOPES, 2005, p. 162).

Com o reconhecimento “recentemente” da migração dos profissionais, este contexto é muito importante para os países de origem, assim também para os países acolhedores, para ambos é muito importante. Por um lado, os que deixaram os países de origem têm importância no envio de remessas do “capital de risco” e também na absorção dos novos conhecimentos, na nova “exportação tecnológica” e na colaboração dos emigrantes com a sociedade estrangeira, contribuindo com uma nova educação para o país de origem. Por outro lado, para o país de acolhimento, é quando esse quadro desempenha uma função e, nas produções dos conhecimentos, torna-se uma vantagem para o país (LOPES, 2005, p. 162).

Isso não implica dizer, entretanto, que o impacto da fuga de cérebros é positivo entre os setores e especialmente entre os países. Um caso comparável ao das Filipinas, por exemplo, é o da Jamaica. Ambos exportam enfermeiras, mas infelizmente a Jamaica não conseguia suprir sua própria demanda e passou a recrutar enfermeiras cubanas com pouco sucesso em diminuir a escassez. Determinar até que ponto há um ganho e não uma fuga depende largamente da utilização bem-sucedida do potencial de redes de diáspora e do conhecimento e experiência dos emigrantes que retornam e, em última instância, depende de combates vitoriosos aos fatores propulsores que tornam a emigração atraente em primeiro lugar (LOPES, 2005, p. 163).

Com o grande incentivo realizado na década de 1970, pela primeira vez, sobre o retorno dos quadros formados para os países de origem, havia, porém, dura realidade de se encontrar a resposta acerca de tal questão. Mas com o tempo alguns países conseguiram chamar os seus próprios emigrantes qualificados a se retornarem para o país de origem. Os esforços realizados para cativar esses intelectuais para voltar ao país eram não só o sacrifício de pagar o salário, mas também as construções de grandes “infraestruturas” em comparação com os países exilados. Por exemplo, na Bulgária, somente 20% dos emigrantes retornaram e não se admitiu que esses fossem “agentes de modernização”. O estabelecimento na verdade

mostra-se claramente nos países muito desenvolvidos como em “Canadá, Austrália, Alemanha etc.” e nos países que estão há pouco tempo em desenvolvimento, no caso da “Índia, Coréia do Sul, Cingapura e China” (LOPES, 2005, p. 163-164).

O incentivo feito para dar coragem e caráter de proteção aos “profissionais altamente qualificados” a se manterem no país ou para atrair os emigrantes formados a se retornarem com a necessidade de misturar com os políticos para organizar as forças coletivas no crescimento econômico sempre diminuiu a força da emigração. As destinações políticas das globalizações colocadas em “infraestrutura física” contêm a transformação muito grande de conjunturas, o ensino, a “melhor saúde pública e as operações sólidas das instituições legais e regulatórias que apoiem o desenvolvimento e o funcionamento adequado dos mercados”. (LOPES, 2005, p. 164).

Segundo este autor, reconhece-se que a forte “mobilidade internacional altamente qualificada” tem o lugar muito importante no exterior, visto que serve para a realização de “pesquisa internacional e grupo de tecnologia”, do ponto de vista do aproveitamento do crescimento econômico, através da coletividade colocada em várias oportunidades no local de trabalho. “Os trabalhadores deparam-se com ambientes de trabalho muito interessantes”, principalmente “a competição internacional por recursos humanos” reduzidos “em rede positivos sob a forma” de incentivo para “investimentos em capital humano individual”; porém o resultado desses ganhos será dos países acolhedores (LOPES, 2005, p. 165).

O encontro “social e econômico da fuga de cérebros” destinado aos países estrangeiros não pode levar um fato em desqualificação. A importância de saída das pessoas formadas cabe-se no mérito e nos exercícios intelectuais nos países acolhedores, porém esses formados levam a vida na contribuição do desenvolvimento e no aumento das experiências institucionais (LOPES, 2005, p. 166).

Como forma de prevenir a proverbial doação com uma mão e retirada com a outra, os programas de desenvolvimento e as políticas de migração que enfrentam o problema de capacidades nacionais escassas precisam trabalhar conjuntamente com vistas a fortificar as habilidades existentes e transformar fuga em ganho. Políticas que promovem o desenvolvimento econômico e que tratam de incentivos ao mercado de trabalho nos países de origem são as melhores respostas de longo prazo para o problema de fuga de cérebros. Preparar condições para a inovação e o empreendedorismo em alta tecnologia pode tornar um país atraente tanto para os trabalhadores altamente qualificados no exterior, que podem assim considerá-lo desejável, quanto para os emigrantes em potencial, que não mais terão os fatores propulsores para deixar seu país (LOPES, 2005, p. 167-168).

Para justificar a ausência desses recursos humanos, um fator muito complicado no centro do debate em busca da razão do aumento das dificuldades encontra-se no desenvolvimento do país, através do emprego a níveis dos salários, outro no lugar bem apropriado para um quadro formado. E outros fatores têm a ver com a influência do mercado internacional em atrair quadros qualificados para as universidades e para o cosmo do crescimento de emprego das “agencias internacionais e nacionais” (COSTA, p. 131-132).

Os chefes políticos do Estado moçambicano mantinham sob controle diferentes formados, que não estavam no meio social deles, por meio da “dependência direta” e da “subalternidade”, o que ocorre tanto “em termos políticos” quanto “em termos das liberdades profissionais individuais”. “Médicos, professores universitários, economistas, empresários” e também os que não tinham privilégio de escolher emprego eram obrigados a seguir orientações superiores no exercício de suas funções e na escolha de locais para tal (COSTA, p. 135).

E para pertencer a uma elite nacional não basta ter o conhecimento dos outros elementos da mesma elite – que necessariamente têm de o aceitar como um dos “seus” – não basta também deter posição de poder e destaque diante do seu grupo social de pertença ou diante da restante população do país respetivo; implica, igualmente, que esse lugar social seja reconhecido por aqueles com quem, noutros países ou organizações, estes actores sociais estabelecem relações de proximidades – econômica, social, e simbólica. Esse jogo complexo de múltiplos espelhos e reflexos tem de ser habilmente manobrado, pois todos os elementos importam e não se podem sobrepor de forma excessiva (COSTA, p. 137).

Dentro do Estado moçambicano, a formação superior que pode legitimar o processo de construção e de transformação das elites altamente qualificadas por meio de desenvolvimento da aproximação é através de academias ocidentais, pelas quais os estudantes moçambicanos conseguem alcançar um patamar profissional, econômico e social, ver Costa:

Esse processo de aprendizagem é contínuo ao longo da vida desses quadros e realiza-se quer dentro dos seus países de origem, através dos diferentes momentos de convívio profissional e social que estabelecem com os seus colegas estrangeiros que aí residem e dentro das delegações das empresas multinacionais e organizações internacionais para as quais trabalham, quer nas várias ocasiões em que se deslocam ao estrangeiro, completando a sua formação ou participando em reuniões e grupos de trabalho (COSTA, p. 139-140).

Na tentativa de diminuir o aumento da fuga de indivíduos capacitados, houve uma política por parte do Portugal em ajudar a pôr fim à “fuga de cérebros”, que torna um fato

negativo para o desenvolvimento dos “países de origem”. Porém, recorda-se que havia uma posição contrária sobre a fuga de quadros, ou seja, que a considera de positivo. No entanto, segundo Costa (2009), as duas posições são defeituosas, argumentando, por um lado, que os próprios autores afirmaram existir “problemas relacionados com a fidelidade dos dados”, com a falta de “estudos mais detalhados e de análises qualitativas” que apresentem um bom resultado desse tipo de migrações; por outro lado, reconhecem as limitações das margens das “teorias centrais do desenvolvimento de estratégias das organizações em termos de política” para educação superior (COSTA, p. 142).

Dentro da sociedade África, os indivíduos que recebem as instruções de diferentes maneiras para obter o conhecimento não acumulam maior poder devido às forças em conflitos que vêm pela incapacitação da pobreza, e também os indivíduos que recebem uma formação podem entrar em grande risco através da ambição e da ligação com o desenvolvimento humano ou lidando fortemente com várias dificuldades que podem torná-los inimigos de uns aos outros. A humanidade pode-se tornar vítima de “perseguição paternal” quando os pais se intervêm na escolha de cursos para seus filhos.

Em uma sociedade que acredita em hierarquias e em que valores como aristocracia, dinheiro e patronagem contam mais que qualquer outra coisa, aquele que distribui e demonstra opulência é aquele que adquire respeito. Na medida em que a sociedade organiza seus valores em torno da riqueza, as Humanidades tornam-se vítimas da “perseguição social”. A sociedade opera com um Estado que aloca poder e recursos com base em ideologias de poder, no comportamento da elite e em outras variáveis (p. 10).

Em qualquer que seja Estado onde o capitalismo reina ou a criação de novo pensamento para uma economia, a perspectiva que pode aparecer é a lógica da “perseguição estatal”, que se refere ao fato de a humanidade não ser mero apêndice ou criada pela ideologia econômica do Estado. Toyin Falola (2007), referindo-se à combinação de três forças poderosas, aponta: “perseguição parental, social e estatal – os inimigos” às vezes tornam uma tarefa de vencer, criam depressão, equívocos sobre nós mesmos e “a sensação de que nada valemos” (FALOLA, 2007, p. 11).

No entanto, devemos acabar com essas três forças. Primeiramente é preciso combater o problema do progresso em nível das divisões sociais, algo cujos modelos todos nós conhecemos. O subdesenvolvimento é hoje constituído por “desindustrialização, pela fuga de capitais e dos cérebros”, pela privatização, pela nova colonização e correria para as cidades. Esse problema criou um tipo de corrida de perseguição “para criar uma relevância”

para as “humanidades muito além até do que suas disciplinas devem ser, ou do por que foram originalmente criadas e mantidas” até as datas presentes nas academias ocidentais, que tornam grande influência a nível mundial (FALOLA, 2007, p. 13).

Para pensar a humanidade em transformação, é preciso cuidar dos intelectuais e não conduzir à negatividade os novos formados que estão ainda na luta dia após dia para conseguir o diploma. O mais importante de tudo é que nova geração receba a formação bem qualificada para aguentar o mundo e criar as novas necessidades e conceitos de ligação com a humanidade principalmente com a África do século XX. Segundo Falola (2007), a humanidade é um espelho de foco da defesa do direito e da autonomia das ilustrações das forças e de classes ricas. Este autor elucida que existe uma literatura ligada ao “feudalismo islâmico” e à doutrina cristã. Essa literatura cria uma lógica no período pós-colonial nos países africanos, usando influências nos regimes dos partidos únicos, que tornam o poder para os governos militares, e aumentando corrupção nos aparelhos dos Estados africanos (FALOLA, 2007, p. 16).

Com o avanço da pobreza no continente africano e com poucas organizações das infraestruturas que existiam na África na época, os líderes africanos não se interessaram em organizar as sociedades, esse fato conduz os países africanos a entrar em perigos lamentáveis, a luta pelo poder leva à alta violência entre os povos irmãos do mesmo continente (FALOLA, 2007, p. 18). Porém, em todas as sociedades africanas e no mundo de hoje, deve haver uma ordem que regulariza o comportamento das pessoas, negando a perseguição de uns aos outros.

Carlos Subuhana (2009) faz referência ao processo de criação e ampliação de “Instituições de Ensino Superior (IES)” em cinco países africanos que falam a língua oficial portuguesa (PALOP), em que um número menor dos discentes atingia nível universitário. Porém, com o avanço da estruturação dos estabelecimentos dos ensinos privados nas zonas do interior, em algumas localidades como “Corimba/Angola, Mindelo/Cabo Verde e Nampula/Moçambique, o esquema apresentado da destruição dos 55 IES de cinco países está de seguinte forma: Angola, 16; Cabo Verde, 8; Guiné-Bissau, 3; Moçambique, 25; e São Tomé e Príncipe, 3” (SUBUHANA, 2009, p. 111).

Com a grande demanda manifestada pelos discentes, o ensino superior público desses países de PALOP não consegue atender às necessidades dos estudantes, portanto, nos últimos tempos os pais optam por mandar seus filhos para o estrangeiro: “Portugal, África do

Sul e Brasil”, principalmente as famílias que têm poder econômico ou financeiro. O início da primeira deslocação dos discentes dos “PALOP” para exterior à procura do ensino universitário para dar seguimento à formação foi na década de 50 através das “missões das Igrejas Protestantes”. A primeira iniciativa foi do país da colônia inglesa “a África do Sul, depois veio Portugal, França, Suíça, RDA, EUA e Inglaterra”. Foi dessa primeira geração dos discentes que estabeleceram a integração com a esquerda europeia por meio do “Partido Comunista Francês” e com as ideologias liberais desenvolvidas nos “EUA” de que vieram os principais líderes africanos que dirigiram os processos da luta de libertação nacional nos países africanos (SUBUHANA, p. 112).

Segundo Rocha-Trindade (1995) apud Subuhana (2009), “as migrações temporárias seriam os movimentos migratórios a que correspondem estadias a priori”, em que se enquadram situações singulares dos discentes que procuram certas qualificações no estrangeiro, principalmente nos “programas de ensino superior e pós-graduação de longa duração”, sendo estes programas de seleção que facilitam a entrada dos jovens estudantes do continente africano nos países de formação (SUBUHANA, p. 112).

O que está na origem da migração temporária dos discentes dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) é a busca de formação superior. Na verdade, essa circulação dos discentes africanos em busca de formação não é uma vontade própria de deixar a família ou o país de origem para se fixar tranquilamente nos países de acolhimento, mas principalmente é devido à falta de equipamentos nas instituições educacionais dos países do PALOP (GUSMÃO, p. 16).

No que se refere ao deslocamento dos estudantes dos países de PALOP para o Brasil, por exemplo, deve-se ao mesmo processo histórico da colonização que ocorreu na África portuguesa e no Brasil, porém percebe-se uma complexidade na integração desses estudantes na sociedade brasileira.

Para além da questão que diz respeito aos países de origem e suas metas e realidade, outro ponto a ser destacado é o da vinda desses estudantes africanos para um país como o Brasil. Um país multirracial e integrante dos chamados “países emergentes”, mas que se diferencia dos países europeus, até muito recentemente privilegiados na busca por qualificação de quadros por parte dos PALOP. Em questão, a posição de um país relativamente periférico na divisão internacional do trabalho, com um passado igualmente de colonização portuguesa e que, estruturalmente mestiço e negro, pensa-se branco e europeu (GUSMÃO, p. 16.).

A circulação internacional dos estudantes africanos com o objetivo de estudar nas grandes universidades estrangeiras e de se ascender ao campo social através dos projetos implantados nas áreas sociais ligados às famílias dos discentes e aos grupos sociais dos “sujeitos migrantes, quando fora de seu lugar”, ocorre num espaço de “poder” através do processo harmonioso, cultural e de “solidariedade, complementaridade”; às vezes acontece contradição originando conflitos. A cultura torna-se importante ou fundamental na avaliação da convivência dos seres humanos inseridos numa cultura estrangeira em busca da formação superior (GUSMÃO, p. 16-17).

O mapeamento do dossiê de análise dos estudantes que saíram da África portuguesa com destino ao Brasil e a Portugal à procura de formação “técnicas, médio e superior” para entrar no mundo acadêmico, partindo do pensamento da construção de novos estados africanos, em particular os de PALOP, foi com o objetivo de “cruzar olhares diferentes e construir formas de representação de vivência dos estudantes” desses países (GUSMÃO, p. 16-17)

Costa apud Gusmão (2009), referindo-se a Moçambique, coloca o problema de formação superior dos quadros, fuga de cérebros e a questão do desenvolvimento relativo ao surgimento do “Estado-Nação” em África, destacando o modo da educação superior desse país, em referência a outros países do mundo na formação das pessoas, como dependente do “mercado do conhecimento” e da “economia do conhecimento”. Isso tem como base a relação internacional na criação da cooperação da educação superior e o apoio “bilateral” nos exercícios de esclarecimento de forma a pensar numa “experiência concreta”. É disso que este dossiê trata, tendo por central a questão do ensino superior e a circulação internacional de estudantes no contexto dos Estados nacionais em constituição na África de hoje e das chamadas relações internacionais entre países; no caso, entre os Palop, Brasil e Portugal. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100002.

Por incerteza nos esclarecimentos dos motivos de migrações desses discentes que pertencem a um projeto nacional do desenvolvimento no ambiente de competição nos países de origem, às vezes o indivíduo aprende e se esquece num tempo longo que não dá para descrever fora do espaço natal, hoje em dia a grande concorrência a direitos nos países de origem é de mostrar o mérito perante os “familiares, parentes e amigos”, que levam a vida inteira a criar recursos para ajudar financeiramente os estudantes a deixar o país em busca do conhecimento e após a formação para retornar à nação de origem. A forma de lidar com a

sociedade é outra, não mantem no mesmo ritmo social deixado antes da saída e até a forma de se comportar é totalmente diferente. (GUSMÃO, p. 19-20).

Ao focalizar o processo de internacionalização do sistema nacional de ensino, no caso brasileiro e Português, este dossiê pretende contribuir para: a reflexão do campo político da formação de nível superior que, ao envolver negros estrangeiros – africanos que estudam nas IES brasileiras e portuguesas -, trazem à tona as relações historicamente construídas entre África, Brasil e Portugal; a realidade educacional dos dois lados do Atlântico e do que têm sido os vínculos com o mundo português, que aponta para a construção contemporânea das chamadas “elites nacionais” em África. Em jogo, princípios e valores presentes nas culturas brasileiras, africanas e portuguesas diante dos interesses postos pela cooperação internacional a partir do campo educacional (GUSMÃO, p. 20.).

Por grande influência da circulação dos estudantes do “PALOP” em busca do diploma do ensino superior por um tempo limitado, segundo Banks-Leite, a migração dos estudantes dos países da língua oficial portuguesa no século XX, dos Estados recém-nascidos na África portuguesa com destino ao Brasil e a Portugal, aqueles países têm grande demanda de envio dos estudantes para esses dois países em busca do ensino médio e superior, devido à facilidade de língua para a comunicação nesses espaços. Além da formação que faz sair os estudantes com destino ao Brasil, por exemplo, de acordo com o autor, este país faz parte dos países emergentes do terceiro mundo e nessa lógica o governo brasileiro mantém uma harmonia com os países africanos de língua oficial portuguesa, também torna um ambiente fácil para os estudantes dos PALOP de viver com tranquilidade.

Os textos de Gusmão sobre três grandes espaços de ligações “Portugal, Brasil e mundo africano”, a partir do “mundo acadêmico”, representam grande “reflexão sobre um problema mais amplo” entre país europeu Portugal, o país emergente Brasil e os estudantes de diferentes países de “PALOP”, que estão na circulação neste amplo espaço de convivências, onde pode acontecer “multiplicidade de circulação e suas consequências” de um momento ao outro com estes estudantes durante os anos de saída em busca de formação superior (GUSMÃO apud BANKS-LEITE, p. 10).

Como afirma também Fonseca num trabalho feito com estudantes angolanos sobre a migração de carácter académica nos anos anteriores, “abriu-se um fluxo migratório” dos académicos angolanos com destino a países de leste europeu e Cuba à procura de conhecimento, por uma ligação de “cooperação científica, tecnológica, cultural, econômica e militar do partido governista, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)”, com

todos os estados que pertencem ao bloco dos países socialistas na preparação dos intelectuais de Angola, vinculadas às ideias marxistas e leninistas e ao socialismo real na preparação do plano econômico (FONSECA, p. 30).

A situação descrita acima não implica simpatia ou vínculo com nenhum dos partidos políticos opostos que disputam a hegemonia política no país, o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA – ou União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA -, mas sinaliza o apoio e a vontade de colaborar com o governo, com o país e com o povo angolano. Embora os estudantes não se vejam comprometidos e responsáveis pela guerra civil, com a destruição do país, estão sintonizados com os esforços de reconstrução. Esse sentimento, todavia, os abala, os faz hesitar, pois o desejo de permanecer no Brasil é muito forte nos estudantes angolanos, mesmo tendo ciência de que poderão conseguir excelentes empregos em Angola, já que voltam com uma formação no exterior e, particularmente, em boas universidades brasileiras (FONSECA, p. 40-41).

Com o pensamento de retorno para a Angola, muitos dos estudantes têm dificuldade na questão da violência, ameaça em torno de território angolano e no fantasma do conflito civil, que acontecia anteriormente, foi um dos motivos de manifestação dos estudantes de não retornar para o país. Do mesmo modo, a falta de liberdade por parte de estudantes angolanos dá única razão de permanecer definitivamente no estrangeiro ou de não voltar para o país. Baseando no processo histórico de conflito civil angolano, esse contexto do país contribuiu-se para exílios das populações para o mundo fora, mais prejudicados foram jovens estudantes que deixaram o país para construir a nova psique cultural e intercultural dentro das universidades estrangeiras, e os intelectuais e professores universitários em Angola enfrentaram a baixa pressão e a falta de segurança permanente a todas as populações por parte do partido governista (FONSECA, p. 41).

Embora uma das dificuldades de muitos discentes na África seja os pensamentos para estrangeiro à procura da melhor formação acadêmica, há os que têm a iniciativa de retorno ao país de origem para dar uma contribuição ao desenvolvimento em diferentes setores. Como diz SUBUHANA (2009, p. 122), quando os estudantes terminam a formação, a expectativa é de voltar para os países de origem a fim de contribuir para o desenvolvimento em diferentes setores, “trabalhando ou dando aulas, e formar família”.

Os meus interlocutores imaginam poder dar o máximo de si e esperam ter um <enquadramento> que lhes facilite <transmitir> os conhecimentos adquiridos no Brasil. Mas há aqueles que reconhecem que nem tudo será maravilhoso e têm suas reservas, pois hoje em dia o mercado dos Palop, bem como os de outros países em África, tornou-se muito competitivo. De uma maneira geral, esperam ampliar os conhecimentos adquiridos no Brasil nas

realidades de seus países, dando aulas, envolvendo-se em organismos governamentais e não-governamentais ou criando seus próprios negócios, (SUBUHANA, 2009, p. 122).

No entanto, na entrevista realizada pelo SUBUHANA, a maioria dos estudantes entrevistados estão em dúvida de retornar ao país por questões de conflito que tem acontecido em alguns países de PALOP, e cada qual tem o seu projeto de vida pessoal. Os que têm o sentimento da família estão amarrados para regressar, havendo, porém, alguns que querem cumprir individualmente seus “projetos de vida”. Nesse caso esses últimos indivíduos acabam por difundir a cultura no exterior e tendo um valor de reconhecimento fora da sua própria terra, mas em sentido oposto pode haver muitos sacrifícios para esses formados (SUBUHANA, p. 122).

Como são estudantes, não podem ter emprego, apenas estágios – nem sempre fáceis de obter. Por sua vez, o retorno também não garante uma inserção profissional imediata e nos moldes desejados; assim, prolongam-se os estudos na expectativa de conseguir um futuro melhor. (...) um país de atraso e de guerras, mas não de realidades em reconstrução após tantas lutas intestinas e em busca de um lugar na composição do mundo moderno. (...) Contudo, permanece a pergunta quanto a ficar no país de acolhimento, por tudo que foi vivido e pelo muito que ainda se busca, ou retornar, voltar para o país de origem e exercitar aí o muito que se aprendeu. No Brasil ou na terra natal as incertezas permanecem a desafiar projetos pessoais e coletivos, a desafiar identidades transformadas pela trajetória e a indagar pelos compromissos políticos, sociais e familiares com um lugar cada vez mais distante (SUBUHANA, 2009, p. 123).

No caso da movimentação dos recursos humanos, apresentam-se três esperanças “a vinda, a permanência e a volta”. A questão da falta de espaço de convivência de não encontrar os mesmos amigos, as mesmas famílias e a mesma cidade cria um certo sentimento no regresso dos estudantes angolanos ao país. Também os avanços da tecnologia e da ciência, as transformações na época de continuar no estrangeiro principalmente no Brasil e os “recursos financeiros” que eram necessários para a fixação de muitos estudantes no Brasil cresceram-se aos sentimentos (FONSECA, p. 43). A própria circulação humana em conexão com “outro” ou com outra sociedade é passível de transformação, o que acontece geralmente através de “migração, exílio e viagem” (HIRSCH, p. 75).

O processo de escolarização no território da África colonial nos finais do século XIX até meados do século XX era dominado por dois métodos: ocidentais e árabes. No sistema colonial, a educação ocidental viria a ser uma “arma poderosa” da dominação e de transformações dos pensamentos das elites africanas passando a pensar como homem

ocidental e na obtenção do domínio da língua para ter um novo “status social”, ela produziria a ideologia do chefe tradicional (régulo/soba), “era fundamental subtrair a elite instruída do modelo comunitário das sociedades africanas tradicionais, para propor-lhe um novo modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens”. Sendo o adestramento às elites africanas a se ambicionarem por certas facetas da “cultura europeia” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 818-819).

Podemos ver também que em Lopes (1987) a personalidade dos “status” dos indígenas assimilados era muito mais do que os não assimilados. Estes receberam o ensino ocidental, na altura diferenciada dos outros que estão em meio das comunidades africanas, no caso concreto da Guiné-Bissau, por exemplo. Eles (os assimilados) eram mantidos na administração colonial e na ligação com os intermediários, entre as populações indígenas e os portugueses na época, davam contribuição para o crescimento da economia por um convite dado pelo Portugal a se integrem na movimentação dos bens.

Na mesma linha do raciocínio, encontra-se Cardoso, o qual, no esboço sobre a formação das elites tradicionais africanas educadas de modo ocidental e tornadas como políticos que estão em defesa do governo colonial, disse que os assimilados mantinham como os intermédios dos conflitos entre a população nativa e a força dominadora. A organização administrativa da década de 20 a 50 dos anos 90 dá força a um pequeno número dos privilegiados na África, devido a um aumento de escala de formados de origem cabo-verdiana que foram enviados para Guiné a fim de assumirem como chefes do posto, mas havia alguns guineenses que faziam parte desse grupo dos privilegiados e que tiveram a oportunidade de receber a educação portuguesa. Todos eles tinham um forte domínio na articulação da língua portuguesa para garantir a confiança ao lado dos colonizadores portugueses e permanecer como intermediários e chefes de postos administrativos (CARDOSO, 2002, p. 15-16).

Podemos observar que a formação ocidental estava ligada à igreja católica, de certa forma, a maioria das pessoas que recebiam a formação da igreja eram assimilados e aprendiam a se comportar como ocidentais. Porém, com o tempo a igreja passou a ser auxiliada pelo Estado português na “formação escolar dos indígenas em 7 de maio de 1940”. Na década de 60, iniciou-se o processo de construção das “escolas públicas”, pelas quais muitas elites guineenses terão passado, ou seja, pela “escola dos padres” (CARDOSO, 2002, p. 16).

As elites guineenses apresentam características dentro do parâmetro social e das suas estruturas políticas após a independência momento em que o poder estava dividido entre as alas dos sobrenomes de homens e mulheres cabo-verdianos e guineenses. Conforme explica Cardoso:

A sua influência na vida política e nos destinos do país tinha-se desvanecido perante o aparecimento doutros nomes ligados aos ideais de libertação nacional, que vão ser protagonizados por homens e mulheres ligados as famílias Cabral, Almeida, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes, etc., nomes que pouco tinham que ver com as elites que dominavam a vida pública guineense nos finais do século XIX e princípios do XX. Muitos destes nomes são descendentes directos das famílias cabo-verdianas. Apenas alguns nomes de família como Correia, Vieira, eram de descendência guineense directa. Alguns descendentes da elite novecentista guineense participaram na materialização dos ideais libertários, mas estiveram longe de jogar um papel de vanguarda como grupo unitário (CARDOSO, 2002, p. 16).

No que se refere ao poder colonial na Guiné-Bissau, podemos ver períodos de “heranças negativas” no país; uma sobre a época colonial, que não facilitava a formação das elites autóctones, e outra sobre o período após a independência, que se acompanha com o regime do partido único, não permitia a formação das elites independentes fora do partido. Além disso, a ampliação da raiz desse partido é que faz crescer muitas consequências, burocracia estatal colocada pelos líderes (CARDOSO, 2002, p. 20).

De acordo com este autor, após a tomada da independência de alguns países africanos, que entraram no regime do partido único, ficavam como única força dirigente da sociedade africana no princípio da década de 60, e isso prolongou até o período de 80. Os chefes políticos neste momento eram muito cruéis, usavam todas as influências da legitimação da violência dentro do território africano principalmente nas instituições do Estado, onde não existia voz de crítica pela ausência da justiça na época.

No entanto, com a instituição da democracia na África, após uma luta que prolongava épocas e épocas até o início de 90, deu-se o início à abertura democrática no continente africano, apesar de os indivíduos obtiverem os seus direitos de tomar parte nas arenas políticas e de expor as suas ideias, as leis das constituições protegiam assassinatos dos autores políticos (CARDOSO, 2002, p. 24-25).

Mas o nosso autor reconhece igualmente que os sistemas políticos africanos continuam a ser híbridos e por isso as duas vias nem sempre se deixam destrinçar nitidamente. A verdade é que em poucos casos se deu a substituição pura e simples da “velha” elite ou a total absorção da “nova”

pela “velha” elite política. No caso da Guiné-Bissau, a mudança de uma elite por outra está a passar por um longo e complexo processo de entrada em cena de novos elementos, mas igualmente por alguma integração/assimilação mútua entre os velhos e os novos elementos. Mais do que de uma renovação da elite política, devia-se era falar de uma recomposição da massa, recomposição esta que, ao mesmo tempo em que engloba a entrada de novos elementos, tolera a manutenção de elementos pertencentes à antiga elite política (BESSA, 1993 apud CARDOSO, 2002, p. 25).

Mostrando as diferenças entre os períodos 80 e 90 que deixaram marca nos avanços dos autores “políticos pós-independência na Guiné-Bissau”, o primeiro (a década de 80) foi apontado pelo Cardoso como a continuidade da “liberalização econômica e social”; e o segundo período (1990), da abertura democrática e das primeiras eleições de 1994 (CARDOSO, 2002, p. 25).

Na Etiópia o sistema da educação tradicional sofreu uma pequena perturbação por meio das “famílias e da igreja”. “A igreja ortodoxa” continuou a conservar um amplo estabelecimento do ensino da vida “cultural, espiritual, literária, artística e científica do país”. No nível fundamental, as famílias acompanhadas dos filhos várias vezes ao monacal ou “sacerdócio na escola de leitura”, a grande dificuldade da maioria dos estudantes, quando terminam essa fase, não conseguem pegar os diplomas e dar a continuidade ao estudo na “escola de santa missa” e na “escola de poesia”. Juntaram-se os estabelecimentos do ensino superior pelo pedido geral da “escola dos livros santos”. Para os raros eleitos que conseguiram, cerca de vinte e oito anos de estudo, atingir o término do dificultoso programa de “teologia e filosofia”, eram, por um lado, invejados pelos colegas e, por outro lado, eram respeitos e tratados com estima, respetivamente, pela comunidade cristã e pelos dirigentes (HABTE & WAGAW, 2010, p. 822).

Enquanto isso, no que se refere ao islamismo, havia certo monitoramento do regime colonial a líderes religiosos que iam à peregrinação, contudo, “os mais ambiciosos eruditos perpetuaram a tradição”. Por conta das necessidades religiosas, as comunidades muçulmanas preservaram o ensino religioso para aprender sobre “o alcorão em sua língua original, o árabe”, destacam-se os estabelecimentos de ensino como madrassa (estabelecimentos escolares), onde os muallims (sábios) ensinavam sobre diferentes disciplinas, tais como tafsir (tradução/comentário sobre alcorão), hadith (os pronunciamentos do profeta), e o sharia (estudo da lei islâmica) (HABATE & WAGAW, 2010, p. 822-823).

O grande medo e ameaça provocados pelo islão na África veio da educação ocidental, liberado especialmente pelos “missionários cristãos”, uma das fortes influências do cristianismo é a “arma de Evangelização”. Com a profundidade de caos entre a “educação ocidental e educação islâmico tradicional”, seguidamente mudando para uma “verdadeira hostilidade”. Os sistemas coloniais privaram as circulações para “as áreas muçulmanas aos missionários cristãos”, tentando promover a “educação ocidental laica” local, todavia, estas energias não resultaram em acabar com o caos entre os dois sistemas da educação ou mesmo abrandar os pensamentos recíprocos da hostilidade. As organizações “muçulmanas” conseguiram grande êxito no ensino do corão, livro sagrado dos muçulmanos, do árabe e da leitura e escritura em inglês, assim como das bases da aritmética. No entanto, as duas formas da educação, islâmica e ocidental, ficavam “inconciliáveis, o que constituiu, durante o período colonial, um fator de desigualdade do desenvolvimento, na justa medida que a educação ocidental era uma fonte de prestígios social e abria as melhores perspectivas de emprego, comparativamente à educação islâmica” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 823).

Numa abordagem feita por Carlos Lopes (1987) sobre a desigualdade na sociedade africana durante o período da dominação, os colonialistas usavam todas as influências para fracassar a unidade do cotidiano africano através da criação de novas elites nativas que são certos indivíduos “indígenas” que tinham acesso aos cursos universitários e formação técnica, a educação dada a estes indígenas privilegiados era de desestabilizar as organizações dos poderes tradicionais, as quais pertenciam, “transformando-os em fantoches”, com uma diminuição da influência popular.

No entanto, ao longo do tempo, os colonizadores ficaram muito revoltados contra o grau de alienação de elites africanas instruídas pela educação ocidental, como mostra, muitas vezes, aqueles que estão inseridos em um grupo de “camada social” que, “aspirando ao poder político, foram obrigados” a mostrar as suas influências de popularidade e as suas habilidades da dominação, conquistando e preservando o “apoio do povo”. O nível dos estudos alcançados pela “educação colonial” e o conhecimento das línguas europeias permitiram com que essas elites garantissem a confiança da multidão, sendo que a educação ocidental facilita os “dirigentes nacionalistas” a ultrapassarem a linhagem dos grupos étnicos e assumirem como “porta-voz” em diferentes “territórios coloniais, independente da sua língua ou da sua nacionalidade. Esta condição representava para estes dirigentes uma vantagem decisiva em relação aos chefes tradicionais” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 820).

Segundo estes autores, a educação ocidental, geralmente realizada através de uma viagem ao estrangeiro, tinha favorecido às elites instruídas de África o surgimento das ideias pan-africanistas em que muitos dirigentes desse continente reconheceram a constituição da luta nacionalista através da criação dos movimentos com a ideologia de libertação dos territórios africanos (HABTE & WAGAW, 2010, p. 820).

Esses dirigentes nacionalistas africanos fizeram da educação intelectual que receberam na época uma “arma” importante para a construção das nações africanas e transformação da sociedade, descolonizando os espíritos e assegurando o desenvolvendo econômico do continente. Nessa educação ocidental, as elites africanas viam as possibilidades de receberem o conhecimento e os métodos para a “modernização” das sociedades africanas e de exercerem as funções na administração colonial (HABTE & WAGAW, 2010, p. 820-821).

Após a tomada da independência de alguns países africanos, os letrados que recebem a formação ocidental não foram excluídos da sociedade, eram chamados para ajudar na instrução de novas elites. No entanto, as famílias têm grande influência na educação das crianças através da interação da oralidade e das práticas culturais.

O ensino superior na época era estabelecido pelas normas de categorias hierárquicas, em que os “padres e chefes tradicionais” tinham acesso a esse tipo de formação, os primeiros beneficiavam de um conhecimento profundo sobre a história da África, eram detentores do saber “jurídico” e tinham poder de controle em nível dos Estados. Essa formação dura vários anos, no seguimento da formação, enfatizava-se certas atitudes e comportamentos esperados pelos chefes, e os ritos de coroamento destinavam-se a fazer dos chefes “um rei da esfera divina”. Para os padres, davam-se várias disciplinas para que haja um grande conhecimento dos saberes filosóficos-religiosos, e dos “cantos sagrados, dos mitos e dos louvores divinos”. Além da intermediação dos padres entre a divindade e os povos, esperava-se deles a tarefa de curandeiros através da utilização das “plantas” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 825).

Após a independência total de certos países africanos, foram adquiridas certas medidas de reformulação do ensino colonial dentro do território para reafrikanizá-lo. Conforme podemos notar no discurso do então presidente da Guiné-Conakry Sékou Touré, o qual afirma que: “Nós devemos africanizar a nossa educação e livrarmo-nos das falsas ideias herdadas de um sistema educativo concebido para servir aos objetivos coloniais” (HABTE &

WAGAW, 2010). A maioria dos dirigentes africanos estava de acordo com a referente proposta de alargamento do “sistema educativo” de maneira africana, mas nem todos os dirigentes concordaram com a ideia do Touré. Por exemplo, o chefe de Estado de “Malawi” pretende manter o modo da educação ocidental “à public school inglesa” e proclamava o espírito da educação implantado sobre o ensinamento do “latim e do grego”. Tal como Touré, o líder de “Estado tanzaniano, Julius Nyerere”, grande mestre na área da educação, “apresentou uma filosofia” baseada na realidade africana em sua obra intitulada a “Education for self-reliance”. Na qual salientou a importância da “educação no âmbito da construção do socialismo africano”, “proposto na Declaração de Arusha”, recomendando quatro modificações:

- Integrar a educação ocidental à vida da família e da coletividade;
- Por fim ao elitismo da educação colonial através de um currículo para o ensino primário universal que integrasse os sistemas ocidental e tradicional de educação;
- Preencher o abismo entre a elite instruída e as massas, levando as pessoas instruídas a melhor apreciarem o saber e a sabedoria acumulados no seio das sociedades tradicionais;
- Inculcar o espírito do trabalho e do serviço à coletividade nos processos educacionais (HABTE & WAGAW, 2010, p. 826-827).

Em 1961, durante a iniciativa da primeira conferência organizada pelo UNESCO em “Addis-Abeba”, com a ideia de aumentar e de fazer a reforma educacional, participaram “trinta e cinco países africanos” que tomaram a independência, número insignificante para um continente de vários países colonizados e alguns em vias de obter a independência. Para conseguir os meios financeiros no plano educacional para um “futuro muito próximo”, assim também como para o crescimento em “longo prazo”, levam-se em consideração os apoios financeiros às áreas do ensino e da elaboração dos “projetos”. São todas as estratégias planejadas na conferência de “Addis-Abeba” a fim de conseguir impulsionar ou estimular a educação e de despertar o caminho da confiança e da mudança dos “fenômenos demográficos”, foram algumas das questões apontadas e debatidas na conferência, como também a formação de “recursos humanos, qualitativa e quantitativamente” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 827).

Essa grande conferência sobre a educação promovida pelo “UNESCO” em diferentes formas possibilita no momento as intervenções e a colocação das hipóteses dos participantes:

Haja vista que o conteúdo atual da educação não corresponde nem à realidade africana; nem à hipótese da independência política; nem às características de um século essencialmente técnico, tampouco às exigências de um desenvolvimento equilibrado, exigindo uma rápida industrialização; mas, ao contrário, que ele subentenda referências a um meio não africano e não permita à inteligência, ao espírito observador e à imaginação criadora da criança, um livre exercício, nem tampouco ajuda esta criança a situar-se no mundo, [recomenda-se que] as autoridades, encarregadas da educação nos países africanos, revisem o conteúdo do ensino, em respeito aos currículos, aos manuais escolares e métodos, levando em consideração o meio africano, o desenvolvimento da criança, o patrimônio cultural e as exigências do progresso e do desenvolvimento no continente, especialmente no tocante à industrialização. (...)

Após 1961, os ministros da educação encontraram-se regularmente, para debaterem a questões relativas à educação na África: em Nairóbi, no ano 1968, em Lagos, 1976, assim como na capital Harare, nos idos de 1982, sem deixarmos de mencionar a conferência de Antananarivo, realizada em 1962, mais particularmente consagrada ao ensino superior. Cada qual, entre estas conferências, erigiu por sobre a síntese da precedente, retificado, afinado, aprofundado a análise, ampliado as perspectivas e as aspirações dos povos africanos e dos seus governos, constituindo-os mediante um sistema coordenado e planificado em favor do desenvolvimento da educação. Nos dias atuais, é possível após apreciar-se o desenvolvimento educativo da África, relativamente aos objetivos, perceber sob quais medidas ele responde às exigências socioeconômicas e culturais da coletividade; pode-se, outrossim, julgar progressos consumados, naquilo que concerne a universalização do ensino primário e à educação dos adultos (p. 827-829).

O continente africano obteve um avanço significativo na educação dado, entre outros aspectos, à instituição do ensino primário gratuito que fez com que o ensino se aprofundou por todo o canto do continente africano, com o planejamento do conteúdo das matérias dadas dentro de salas de aula para “alfabetização” em dois níveis primário e secundário. Esta gratidão do ensino fez com que alguns presidentes como o ganês Kwame Nkrumah e o chefe do Estado nigeriano Obafemi Awolowo se sagrassem “campeões” no respeito ao ensino universal grátis. Porém, com o tempo houve uma forte tensão econômica e populacional que contribuiu para a desistência dos dois chefes de Estados a largar esse projeto da educação primária gratuita.

Uma das consequências do ensino ocidental tem a ver com o aumento da mobilização das diferentes camadas dos jovens a não se casarem cedo e com a deslocação das

peças do interior para as cidades a fim de se inserirem no plano educacional universal, fato observado mais nas regiões muçulmanas (HABTE & WAGAW, 2010, p. 829).

De acordo com Habte & Wagam (2010), entre os períodos de 1960 a 1980, no continente africano existe um disparo de número dos inscritos na aderência à escola, que subiu até 75%, através de desbloqueamento dos recursos monetários colocados na área da educação para a formação dos recursos humanos qualificados e também de uso dos recursos interno (PNB).

Em séries conferências ocorridas na África do “ministério da educação” para obter novas vias do modelo do ensinamento e da criação da “política nacional para a educação”, fazendo referência à ideia do Nyerere sobre a reforma da educação ocidental e à sua programação de acordo com a realidade da convivência africana, podemos notar que isso nos remete à valorização e preservação dos valores tradicionais africanos:

integrar as formas tradicionais de educação à educação ocidental, no quadro de um novo sistema nacional de ensino; utilizar a educação para promover uma moral, uma ideologia e uma filosofia nacionais e os princípios de uma nova sociedade, unida, igualitária e baseada sobre um conceito de justiça social; tornar a educação menos elitista, sobretudo norteadas a partir do primado da coletividade, muito mais que sobre os interesses individuais dos elementos em formação; elaborar um modelo de educação mais adaptado às necessidades práticas e imediatas da sociedade, colocando ênfase, não somente sobre a cultura mas, igualmente, sobre a ciência, a técnica e a formação profissional, de modo que as pessoas assim educadas fossem mais facilmente empregadas e que se tornasse possível reduzir o desemprego e o subemprego (HABTE & WAGAW, 2010, p. 833).

Embora haja uma ideologia voltada para a mudança do ensino a modelo africano, não é um processo de curto tempo, mas sim de longo prazo. Contudo, em alguns países africanos, com a conquista da independência, tudo virou contrário; em vez da reforma da educação nessa época, houve uma organização das reformas radicais que não consideram o crescimento econômico passando, porém, a promover a instabilidade política que levam a séries conflitos. Na verdade, as propostas não foram cumpridas verdadeiramente. O ensino das “missões cristãs, europeias ou americanas” sobre educação ocidental foi diminuído, mesmo nos países que conseguem substituí-las pelo “Estado laico” que assumiu a educação. A educação tornou-se uma grande força de conquista da sociedade e passou a ser ampliada, porém com certos privilégios das elites na educação dos filhos. O processo de aprendizagem das línguas ocidentais mudou o programa de reforma educativa na África, e as línguas locais

servem-se para o ensino social, o que aumenta grande potencial da língua ocidental nos exercícios políticos (HABTE & WAGAW, 2010, p. 833).

Devido à grande influência dos investimentos no ensino primário, secundário e terciário, destacado há pouco, proporcionou diferentes visões e mudança social no continente africano. Conduz os avanços do ensino superior na formação dos intelectuais que têm “altas-escalões” para terem o acesso ao emprego, e isso está na origem do reconhecimento dos diplomas de formação universitária desses potentes homens políticos.

Por uma ampla evolução do ensino superior em algumas regiões da África, não conhecida em toda a parte do continente, existia “no século XVI a Universidade Sankoré, estabelecida em Tombouctou (Mali), apresentava-se na qualidade do centro florescente de erudição e estudos nos domínios do direito, da filosofia e da tecnologia”. Além dessa universidade, existia também a universidade de grande influência na formação dos quadros intelectuais que se situa “no Cairo, a Universidade al-Azhar”, a qual já tem a sua existência “há mais de mil anos”, antes da ocupação do continente com grande importância de “estudo da religião e do direito islâmicos” que permanecem até a data presente, com o tempo foram ampliadas as áreas de atuação e as disciplinas do ensino. E destacando-se a “Etiópia” que contribuiu para o crescimento dos “centros de ensino superior” em diferentes territórios do país. Após o último conflito mundial, foi fundado em “Serra Leoa, o Fourah Bay College em 1927, pelo Church Missionary Society de Londres” com os ensinamentos divinos (HABTE & WAGAW, 2010, p. 834).

As grandes universidades que já existiam antes da colonização na África e as que foram deixadas pelos colonizadores contribuíram para a formação de grandes intelectuais a serviço do continente. E a tomada da “independência política” dos numerosos países africanos cativou o processo de construção de 80 instituições aproximadamente que se mantêm funcionalmente na África, e todas essas instituições contêm diferentes áreas de atuação como: “ensino profissionalizante, de formação superior pedagógica ou de ensino politécnico, assim como institutos de tecnologia” (HABTE & WAGAW, 2010, p. 834-835).

Na segunda conferência de “Antananarivo”, organizada um ano após a de “Addis-Abeba”, para debater acerca dos avanços do ensino superior na África, para o tempo de vinte e cinco anos seguintes, não havia os dados para comprovar o destaque do ensino superior, a conferência tentou delimitar os números das instituições e o papel delas na região. Buscou-se

contribuir para a excelência acadêmica “internacional” e para a construção da coesão interna. (HABTE & WAGAW, 2010, p. 835).

Na verdade, existem universidades nos países africanos, mas os conteúdos dados não correspondem às realidades africanas, e isso corresponde a uma convivência com os “modelos da Europa ocidental ou da América do Norte” (HABTE & WAGAW, 2010). Há influência dos grandes líderes africanos no crescimento da educação superior na África. Com a chegada à presidência do chefe de Estado tanzaniano Julius Nyerere em 1962, busca a forma de modernizar o ensino superior africano na base da honra e universalização, fazendo convites a outras universidades, como a “Universidade da África do Leste” para tomar parte na “revolução social que nós levávamos a cabo”. Considerando que a Universidade deve pautar pela verdade, pela verdadeira confiança no aparecimento do objetivo científico e pelo fim da tentativa do preconceito que pode vir a acontecer. E essa forma de dar autonomia à Universidade para pensar na humanidade, os líderes dos países africanos como: “de Gana, da Nigéria, da Etiópia, da Costa do Marfim e da Guiné” consagraram essa ideologia do estudo superior para ser conservada em busca do real e trabalhando em prol do desenvolvimento da humanidade (HABTE & WAGAW, 2010). No entanto,

Vinte cinco anos após a conferência de Antananarivo, a análise mostra que os progressos de ensino superior na África foram desiguais. O número total de inscritos, 140.000 em 1960, atingiram valores multiplicados em oito vezes no ano de 1980, alcançando 1.169.000 indivíduos. Em 1980, 3% da população em idade correspondente ao estudo superior estavam matriculados em universidades, a saber, índices superiores aos 2% projetados. Inclusive, os efetivos do ensino superior continuam a crescer a um ritmo maior, comparativamente ao observado nos níveis inferiores, embora os governos tenham ensaiado frear as inscrições, em razão do custo deste segmento do ensino. Este fenômeno ilustra as realidades políticas no âmbito educacional (HABTE, & WAGAW, 2010, p. 836).

Na África o ensino superior era muito caro, o custo de estudantes do primeiro ciclo “situa entre 927 e 1.045 dólares/ ano”, e todos os investimentos na educação são da responsabilidade do Estado, mas não de uma forma direta. Os professores universitários são os mais renumerados, sendo que os numerosos profissionais não são da origem africana. Isso deu uma repercussão entre os jovens que querem entrar na universidade, e os pais ou encarregados da educação exigem a oferta de mais vagas para o ensino superior, essas exigências influenciaram grandemente o reconhecimento dos atores políticos em atender a demanda dos estudantes e a evolução do ensino superior na África. Contudo,

Os responsáveis africanos haviam esperado que os estudantes se inscrevessem em maior número nas disciplinas científicas e técnicas, comparativamente às inscrições nas fileiras literárias, de ciências humanas e sociais. Um conjunto de complexos fatores sociais e culturais, bem como a falta de equipamentos apropriados e professores qualificados, nos graus inferiores do sistema de ensino, impediram a concretização desta esperança, a tal ponto que algumas qualificações técnicas indispensáveis continuam raríssimas no mercado de trabalho, ao passo que outras competências excedem a demanda (HABTE & WAGAW, 2010, p. 838).

Com o grande número reduzido das mulheres no ensino superior, e aquelas que continuam optam por escolher as “disciplinas como ciências sociais e humanas ou os estudos literários”. O ensino superior africano fornece grandes formados em diferentes áreas que podem assumir as instituições locais, por exemplo: “nas administrações públicas, nas forças armadas” e nos “negócios” para poder colmatar a dependência da África. No entanto, ainda a maioria das instituições é ocupada pelos estrangeiros, e a África é considerada como uma das fabricações do desenvolvimento nas zonas interiores. Portanto, o ensino superior tem que assumir o papel de formar principalmente os quadros para essa área e como também para qualquer área do conhecimento (HABTE & WAGAW, 2010, p. 838-839).

O processo de ensino superior referido na África tem como ponto de partida a construção do homem novo que vai se permanecer dentro do espaço da convivência africana e sem ficar fora da realidade ou do pertencimento da socialização e da troca do ideal de “culturas humanas, consciente das suas responsabilidades políticas, cívicas e familiares, pronto, igualmente, a tomar parte ativa na esfera do desenvolvimento econômico, social e cultural da África”. Sendo que a educação tem a sua contribuição importantíssima no processo do crescimento político em prol do desenvolvimento de novas ideias tanto para uma pessoa quanto para a sociedade em geral.

A diferença que existia na época de 60, momento em que a educação era ofertada pela missão católica, é que ela (a educação) era de ordem econômica, mas com o tempo entra no fracasso através de uma visão mais ampla por parte dos educadores africanos a fim de contribuir para a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos (em especial as crianças). Depois do ano 1960, a maioria dos africanos acreditava que a educação tem uma ampla importância na formação do indivíduo “físico, intelectual, social, moral e espiritual”. O ensino superior é um dos meios influentes na elevação do homem para descobrir uma nova cultura e aumenta o crescimento da migração para outros espaços (HABTE & WAGAW, 2010, p. 840).

Para Margarida Lima de Faria, no que se refere à conexão com a escolarização das elites africanas em mudança de dois grandes períodos, colonial e pós-colonial, há grande sensibilidade e muitos aspectos de ação diferenciados politicamente e suas transformações nas conservações das proteções em busca das definições dos planos econômicos dos estados:

Um primeiro impacto de formação pós-independência, em que sobressaiu o sentido de serviço nacional, alicerçado numa ideologia massificante de alcance emancipatório (período socialista);

Um período em que sobressaíram sentidos mais individualistas, mais elitistas, mais egoístas (a que já aludimos), em conformidade com o advento de uma tendência socioeconômica de configuração liberalizante, que levou ao fim da regulação do Estado e vem definido a configuração política e econômica dominante nesse país (FARIA, p. 50).

A preocupação de terminar a educação secundária por grande demanda dos estudantes a fim de obter grande privilégio de passar para a educação superior tem como protagonista as famílias, que fazem tudo para apoiar ou dar a motivação aos discentes para se progredirem na educação, especialmente, apoiando-os na habitação e na readaptação de nova forma de viver com outros grupos sociais (FARIA, p. 57).

De acordo com Daniele Mourão (2009), “com a independência de Guiné-Bissau (1974) e Cabo Verde (1975)”, os dois países procuraram manter uma cooperação nas áreas de “graduação” com a velha “União Soviética, Cuba, Estados Unidos” sem esquecer o “Brasil”. Mesmo após a independência, os estudantes guineenses e Cabo-verdianos continuaram a realizar a “formação superior em Portugal”. O fator muito forte de Portugal que desempenha grande capacidade como “antiga metrópole” é aceitar acolher grande número dos imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa, entre eles “angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses”. Enquanto isso, a estadia dos estudantes em Portugal é apoiada pelas famílias, pelos amigos e conhecidos.

O mercado de emprego mais privilegiado nos dois países (Guiné e Cabo Verde) são para os estudantes que vieram de formações nas universidades portuguesas. As famílias dos discentes enfrentam grande dificuldade e oposição de enviar os seus “filhos para Brasil”, com a justificativa de que o Brasil é um país de farra/brincadeira, muito informal, e que os brasileiros falam mal ou tropeçam na língua portuguesa. Os estudantes formados no Brasil eram vistos atentamente entre as décadas de 70 a 80, quando voltavam para o seu país de origem, sempre se deparavam com grades dificuldades de inserção no mundo de emprego.

Porém, com o tempo, a partir da época de 80, houve uma mudança nesse processo, há muita procura dos descendentes formados no Brasil. Já nos anos 1990, os discentes formados no Brasil passaram a ser mercado de grande “pragmatismo” pelas ideologias “inovadoras”, sendo mais acolhidos no mundo de emprego “cabo-verdiano e guineense” (MOURÃO, p. 89).

De acordo com Augel (2007), tratando-se da necessidade do envio dos estudantes guineenses para receberem a formação no estrangeiro, afirma que a influência do envio dos estudantes vem da base do número insignificante dos formados antes da tomada da independência, que não ultrapassa quatorze profissionais formados pelos portugueses, isso revela que o Portugal não levou interesse na formação dos jovens intelectuais da Guiné. A prova consistente do número dos formados mostra um total de 17 ao nível médio. Então havia grande necessidade de pessoas formadas. Após a independência rapidamente foram enviados numerosos estudantes para estrangeiro com bolsa de estudo numa das relações mantidas desde o tempo remoto, seguindo-se para os países socialistas “França, Inglaterra, Cuba e mesmo para Brasil e, com o passar do tempo, igualmente para Portugal”. Porém, a maioria dos discentes que foram enviados para receber a formação universitária não voltaram à Guiné-Bissau, o que influencia a falta dos indivíduos formados para dar os avanços no país. Além disso, o que faz grande perturbação para a formação é a falta de oportunidades para os formados desempenharem as suas funções intelectualidade. São submetidos às funções que não lhes pertencem, com falta de salário bem pago e com desprezo por parte do governo (AUGEL, 2007, p. 73).

A história de elites formadas no período do colonialismo está na organização das sociedades africanas politicamente e também no processo de luta de libertação em busca da independência, de modo que a maioria das nações africanas mantém-se no mesmo ritmo de crescimento político. Isto não passa do que tinha acontecido na Guiné, pois os que estavam na camada política eram de “pequena burguesia”, conforme referido nosso líder Amílcar Cabral, mostraram-se aptos para assumir “o processo político de descolonização”; entretanto, não tiveram capacidade de levar o país ao crescimento “social e econômico”, nem comprovaram a “capacidade de se democratizarem e de democratizar o país” (CARDOSO, 2002, p. 7). Os líderes que restaram no meio período após a independência continuaram a implantar a violência através da força política.

Considerando a convivência das forças dos chefes políticos que conduziram a sociedade africana na luta de libertação para livrar do colonialismo, que teve o início na época

de 60 e no começo de 70, mantém-se a reprodução do mesmo sistema depois da independência (a herança política do colonialismo continua no subcontrole anos e anos), porém, algumas vezes entra no desentendimento em diferentes aspectos políticos. O clima de tensão social e político está vinculado ao choque de interesses políticos. E tudo tem a ver com o que é elaborado a partir da década de 80 através do surgimento de novas elites em liberdade de movimentação de capital internacional. Na África em geral, a democracia entrou a partir da década de 90, tendo grande influência de diferentes chefes políticos (CARDOSO, 2002, p. 7).

Segundo Cardoso, na leitura sobre a independência dos estados africanos e sérios problemas dentro de sociedades independentes acompanhadas ao longo do tempo do regime de partido único, que assumiu o controle do poder na África no período dos anos 60, com duração até a década de 80, os líderes políticos mostraram a crueldade na legitimação da “violência” dentro do território africano principalmente nas instituições do “Estado”. Havia falta de voz ativa para fazer a crítica à ausência da justiça no momento. Na tentativa de solucionar o problema, buscou-se a implementação da democracia no continente africano, onde todos indivíduos teriam o direito de tomar parte na organização e de expor o sentimento político. Com o tempo, na década de 90, por uma visão de elaboração das constituições e das leis que protegem os homicídios dos autores políticos, na África iniciou-se a implementação do sistema democrático (CARDOSO, 2002, p. 24-25).

Segundo o relato do Yves Benot (1981), as funções dos intelectuais africanos e suas perturbações políticas do colonialismo e neocolonialismo obrigaram-nos a exilar no estrangeiro. Existia a unidade entre os intelectuais e a sociedade tradicional africana para manter a “barreira” com o colonialismo e lutar pela independência. Após a independência o mais difícil era a hora de abraçar o poder pelos intelectuais em busca da “justiça política”, lembrando que os intelectuais não ocupavam sindicatos no período colonial, só cumpriam a ordem; os altos cargos eram reservados aos europeus.

Com tanta exploração de mão de obra dos trabalhadores das massas dos camponeses e com as exigências das culturas nativas em todo sentido, havia necessidade de os intelectuais africanos tomarem a medida de encaminhar o processo de luta de libertação na base da unidade. Na época do “neocolonialismo”, verificou-se um pequeno crescimento em termos numéricos de proletariados e um notável crescimento de escolarização, que, porém, produzirá mais tarde os resultados. Entretanto, nota-se que as massas camponesas continuam privadas do “poder autônomo da decisão política” e, principalmente, da progressão de classe

“medias”. Até nesse ponto, conforme explica Benot (1981), não é menos verdade confirmar que pertence aos intelectuais africanos o papel de assumir importante “capital”; atualmente eles podem servir como uma alavanca capaz de fazer uma mudança radical para acabar com o “neocolonialismo”.

A estruturação de programas concretos na base de modernidade, materializá-los “implica, sejam quais forem as profissões ou as funções que se desempenham na vida corrente, uma atividade especialmente intelectual” (BENOT, 1981, p. 16-17).

Tal como afirma Benot (1981, p. 17), para o desenvolvimento de qualquer país do mundo, é necessário entre outros aspectos um processo de reflexão e de “elaboração de dados brutais com vista a extrair deles perspectivas e programas”.

Dito isto, o problema real com que os intelectuais africanos se defrontavam, e se defrontam ainda, é outro. Não se tratava de se desculparem pelo facto de serem intelectuais (atitude bem reveladora do masoquismo de determinados intelectuais europeus, e só deles): os seus compatriotas ainda não adquiriram o habito, típico da reação francesa após o caso Dreyfus, de utilizar a palavra «intelectual» como um insulto, e é legítimo esperar que nunca o venham a adquirir. O problema consistia antes em não perder de vista as estruturas socioeconômicas do seu próprio país na elaboração das suas teorias e em elaborá-las de forma a que pudessem ter influência sobre essas mesmas estruturas. E, neste aspecto, as dificuldades eram reais (BENOT, 1981, p. 18).

Toda abordagem de elaboração do pensamento político africano e das suas reflexões acontecidas na época depois do fim da segunda guerra mundial consiste na base do encontro realizado pelos intelectuais africanos com o partido comunista.

Podia apenas evidenciar a exigência científica de um conhecimento das estruturas sociais africanas, ser um preliminar relativamente à elaboração de uma doutrina política. Podia mostrar a necessidade de um conhecimento preciso da história da África, das suas particularidades e das suas contradições próprias. Podia tornar mais evidente a necessidade de analisar com rigor as forças econômicas e sociais atuantes ou latente no interior da África, nos seus diversos territórios. Podia confirmar que essa doutrina política deveria dar lugar à inserção da ideologia africana numa perspectiva mundial. Mas, repetimos, não podia, por si só, fornecer algumas ideias gerais, em certo sentido preciosas para combaterem as tendências reformistas, mas também insuficientes, demasiadamente abstratas, para darem corpo a um verdadeiro programa (BENOT, 1981, p. 21).

A VIII conferência da federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF), que aconteceu no mês de dezembro do ano de 1957, teve resolução obtida por lutas internas. Ao passo que o “RDA”, do ano de 1948, mostra uma perspectiva amorosa para todas

as identidades das “forças sociais da África Negra” numa mesma companhia de discussão ideologias entre os discentes no meio da convivência diária, aprendendo que das discussões ideológicas pode sair à unidade. Do mesmo modo, esforçavam-se para colmatar politicamente as contradições existentes entre eles, reconhecendo-os e procurando solucioná-los de maneira franca (BENOT, 1981, p. 126).

O diretor da *Présence Africaine*, Alioune Diop, que editou a publicação dos estudantes africanos, teve um conflito com os estudantes no que diz respeito à publicação de um volume do material, referente à realidade universitária dos estudos africanos. Podemos observar isso no trecho de Diop apud Benot (1969, p. 126) explicando que tinham “a intenção de publicar estudos sobre o ensino em África, acompanhados de alguns textos sobre os estudantes das colônias”. E Benot acrescenta que:

Os estudantes preferiram fazer um caderno seu. Tivemos de eliminar e reservar para uma próxima publicação quase tudo (dados, números, legislação, ensaios) o que não é da autoria dos próprios estudantes ou que, escrito por estudantes, diz diretamente respeito ao ensino no ultramar. Por outras palavras, o diretor da *Présence Africaine* teria preferido que a nova geração se contentasse com tratar problemas «corporativos» e se limitasse às reivindicações e projectos de reforma parciais, limitados ao sector universitário, em vez de se intrometer na política e na cultura no sentido pleno dos termos; talvez desejasse também que estes jovens aceitassem seguir os conselhos iluminados dos mais velhos, em vez de pretenderem pensar por si próprios. Por conseguinte, houve uma luta que durou vários meses – o que explica, entre outras coisas, que o artigo citado de Majhemout Diop tenha sido escrito, como se conclui pelo próprio texto, em 1951, ou seja, dois anos antes de ter sido finalmente publicado (BENOT, 1981, p. 126-127).

Por este debate que provoca conflito interno entre discentes e o RDA, envolvendo diferentes grupos dos discentes que contrariaram as ideias já existentes. Desde 1950, eles mantiveram-se órgãos na “Federação (FEANF), filiada na UIE (União Internacional dos Estudantes)”. Essa organização já iniciara a sua luta de manifestação especificamente dos discentes, tendo como objetivo “aumento em número e em valor das bolsas, protesto contra o controle policial das residências universitárias e exigência de autogestão etc.”; contudo, essas manifestações/reivindicações não eram consideradas de carácter “corporativo”, por implicarem uma luta política que vai contra o “Ministério francês do Ultramar”, contrariando seus desejos de dirigir os discentes africanos (BENOT, 1981, p. 127).

Contudo, os estudantes que pertenciam ao grupo dos discentes de RDA ficavam mesmo dentro dele, apesar de não estarem totalmente de acordo com os “dirigentes do

Rassemblement”, mas por ser um movimento cuja política é mais bem desenvolvida e estruturada em África. Porém, “os dirigentes” tentam de novo convencer os estudantes, desta vez a evitarem a luta pela independência que envolve as classes trabalhadoras africanas no continente. Aqueles (os dirigentes) argumentavam a favor de uma manifestação aberta da independência. Por seu lado, era difícil convencer os discentes a negar o objetivo de conquistar a independência. Assim, o “Gana”, por exemplo, em 1951, liderado pelo Nkrumah, conseguiu a independência, apesar de a França recusasse qualquer alteração constitucional até 1956 (BENOT, 1981, p. 129).

Apesar de “justa medida que as instituições educacionais adaptam-se às demandas sociais, esforçando-se em dar-lhes uma solução, eventualmente”, alunos e o corpo professores “entram em conflito aberto com o poder político instituído”.

De acordo com HABTE & WAGAW (2010, p. 840-841):

Os estudantes e os seus professores podem ser conduzidos a desvelarem e analisarem anomalias administrativas, casos de incompetência ou de injustiça, violações dos direitos fundamentais do homem ou, ainda, uma sede desmedida de enriquecimento nas esferas do poder. Na qualidade de membros aspirantes ou a título de elite intelectual, estudantes e universitários expressam-se, muito amiúde, com palavras ou, por vezes, através da ação direta, no tocante a assuntos desta natureza. O poder político reage, via de regra, através de intervenções físicas, as quais, se vitoriosas, enfraquecem as instituições de ensino, em detrimento da sociedade, em sua totalidade. As contraditórias relações entre, por um lado, a elite intelectual e universitária e, por sua vez, os homens políticos no poder, constituem um dos temidos perigos a ameaçarem, em sua condição vital, as instituições e os estabelecimentos do ensino superior. Contudo, com prudência, paciência e vontade de compreender as realidades e suscitar um diálogo lúcido, há meios de resolução do problema, ao menos parcialmente, concedendo aos estabelecimentos de ensino superior a liberdade requerida, no intuito de arcarem com as suas cruciais responsabilidades vis-à-vis da África e da humanidade.

2 A Guiné-Bissau e o partido único na África

Neste capítulo abre-se o debate com o resumo da luta de libertação nacional, da independência e após independência na Guiné-Bissau do regime de partido único, dialogando com a realidade dos partidos únicos de África subsaariana e com a do socialismo africano.

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que assumiu o papel do protagonista na liderança da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau e em Cabo Verde desde a sua criação em 1956, lidera a luta que durou onze anos na qual o partido abraça a ideia de radicalismo ligado ao olhar “marxista”. Após a independência, o PAIGC resulta na distribuição das instituições e na criação da instabilidade política e de fortes pressões vivenciadas no Estado e na elevação do pluralismo político. A ideia era conseguir a independência total imediatamente e pôr o fim à exploração do homem pelo homem, pautando pela liberalização econômica (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 22).

O primeiro encontro realizado em Madina de Boé em 24 de setembro de 1973, antes da tomada de independência, o espaço marcado na história da Guiné-Bissau, onde se iniciou a formação da “Assembleia Nacional Popular” ANP, como tinha pensado o Cabral posteriormente. Esse local serviu-se do palco da proclamação da independência da Guiné-Bissau e da elaboração da primeira “Constituição da República da Guiné-Bissau” e dos seus “órgãos do poder executivo”. A independência foi reconhecida a nível internacional por cerca de 70 Estados, entre eles, a União Soviética e o Brasil, e responsabilidade era entregue ao partido PAIGC como força única e representante da sociedade guineense (CORDEIRO, DIAS, RODRIGUES & LAET, p. 27).

Segundo os autores acima citados, após a queda do regime fascista em Portugal em 25 de Abril de 1974, conhecida na história como o dia da “Revolução dos Cravos”, aconteceram derrotas por parte dos portugueses tanto de via “militar, política como diplomática”, o que ficou conhecido através da denúncia feita pelo pai da Nação guineenses (Amílcar Cabral) “nas Conferências Internacionais, nas Comissões dos Direitos das Nações Unidas, no Congresso Americano e na IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas”, foi uma das causas de derrota e desistência militares portuguesa moralmente (CORDEIRO, DIAS, RODRIGUES & LAET, p. 28).

Segundo Lopes (1987, p. 89), a proclamação da independência da Guiné-Bissau foi em tempo real “às 8.55H TMG do dia 24 de Setembro de 1973, nas colinas do Boé” pela Assembleia Nacional Popular. Na mesma linha do pensamento, Koudawo e Mendy afirmam que a eminência de proclamação da independência unilateral é resulta na emergência do novo Estado da Guiné-Bissau, e na criação de comitês de ideias, tribunais populares, armazém do povo, centros de saúde e escolas rurais (1996).

O início da turbulência política na Guiné-Bissau teve lugar antes da tomada da independência, levando até à morte do secretário geral do partido “Amílcar Cabral”, que virou a página do partido PAIGC. No primeiro encaminhamento do “Congresso de Cassacá” em 1964, a ideia era regularizar o problema que tem acontecido nas zonas libertadas, normalizar a prática do partido e conscientizar o Estado guineense (LOPES, 92). Ver também Diana Lima Handem (1989, p. 274). Para CAMPOS (2012), após o congresso de Cassacá, a tensão aumentou por parte dos combatentes guineenses por causa de assassinato de alguns guerrilheiros do PAIGC de origem guineense, o que está por trás da morte do “Pai da Nação”. E isso forçou o segundo congresso do partido.

O segundo congresso foi organizado pelo PAIGC em Boé, com a ampliação de vitórias militares, criação de órgãos como MLN (movimento de Libertação Nacional) e aumento de número dos quadros de origem camponesa no CSL (Conselho Superior da Luta) do partido que tem crescido de 31 a 85 membros, e com a produção das hierarquias e séries assassinatos dos grandes líderes do partido (LOPES, 1987, p. 92-93).

Para reforçar a ideia da independência da Guiné-Bissau, o sociólogo guineense Ricardino Dumas Teixeira (2015) faz um olhar sobre a estruturação dos cargos após a independência, em que Francisco Mendes desempenharia o cargo de “comissário do partido”, porém, assumiu, em 1973, o cargo de “Primeiro Ministro”, e Luís Cabral foi escolhido presidente pelo partido PAIGC. O primeiro governo herdou um país destruído pelo regime explorador português na Guiné-Bissau, que não se limitava à exploração dos recursos naturais, mas também a dos humanos, por um longo conflito que durou onze anos.

Durante o mandato de Luís Cabral, que não levou muito tempo no exercício do cargo do presidente da república, em 1980 foi derrubado por General João Bernardo Vieira, veterano da guerra de luta de libertação nacional guineense. O nome dado ao golpe de Estado é o “Movimento Reajustador” para poder esclarecer e conservar a ideologia “tradicional” em

contraposição com o ensinamento da “modernização”, que o “governo de Luís Cabral” defendia (AUGEL, 2007 apud TEIXEIRA, 2015, p. 195).

Uma das justificativas do golpe de oitenta é a retirada do poder das mãos dos cabo-verdianos, que ocupavam os lugares-chaves do aparelho de Estado guineense desde a proclamação da independência, e a maioria deles mantidos como “pequena burguesia”. Esse golpe de 1980 aprofundou uma crise interna dentro do partido PAIGC entre alas cabo-verdiana e guineense, resultando na separação e em pôr o fim à ideologia de Cabral. Isto é, o autor de golpe de 1980, João Bernardo Vieira (Nino), foi chamado para o cargo de primeiro ministro pelo PAIGC e, assumindo, ao mesmo tempo como Presidente da República em 1984, com a duração de cinco anos de mandato. No entanto, a ala cabo-verdiana do PAIGC estava a favor de Luís Cabral, foi fundado o “Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) em 1981 com a liderança de Pedro Pires e Aristides Pereira” (TIXEIRA, 2015).

De acordo com Artemisa O. C. Monteiro (2013), no que diz respeito ao golpe de 14 de Novembro de 1980, preferiu-se o nome “Movimento Reajustador”, liderado por pequenos grupos dos guineenses chefiados pelo “Nino Vieira”, pelo fato de não se tratar de um golpe palaciano, mas sim de uma luta pelo “reajustamento”, lutando contra as desigualdades em torno do partido PAIGC, a “injustiça”, favorecendo a resolução da crise econômica que abalou o aparelho do Estado na altura e, enfim, de resolvendo os desejos de todas as populações (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Tal movimento de 14 de Novembro de 1980 foi assinalado como “revolução nacionalista” sem nenhum objetivo planejado política e ideologicamente; uma das possibilidades para evitar o golpe de 80 era, após a independência, não nomeação de Luís Cabral como Presidente da República, mas sim a nomeação de um guineense, por exemplo, Tchico Té, Vitor Saúde Maria e João Bernardo Vieira nesse cargo, uma vez que a unidade entre a Guiné e o Cabo Verde era de luta pela independência, e o sistema administrativo teria que ser separado (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 226).

O contexto marcado também na história da Guiné-Bissau após a independência herdado da administração colonial, conforme aponta Artemisa O. C. Monteiro (2013), é alta pressão, falta do respeito pelos direitos humanos na Guiné, ausência das seguranças pública, falta de liberdade de imprensa e de expressão (não garantidos pelos autores políticos que não davam a liberdade de imprensa para discutir assuntos ligados à situação do Estado), além

disso, baixo rendimento econômico do Estado e insegurança alimentar, perseguição e morte de muitas personalidades civis, militares e políticas por acusação de conspiração contra o Estado.

a crise que se instituiu no PAIGC de Guiné-Bissau, gerando a perda de capacidade de mobilização popular, ou seja, o descontentamento por parte da população local, que se sentiu traída pelas medidas de fortes repressões políticas, torturas, prisões e detenções arbitrárias, flagrantes abusos dos direitos humanos (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 228).

Além disso, os combatentes da liberdade da pátria viviam-se de baixos salários e sentiam-se desagradados pelas distribuições das patentes ligadas à hierarquização das chefias, não havia honras para eles e havia corrupção, exibição demasiada de gastos dos recursos públicos e falsidade com os princípios de luta.

Havia muitos casos críticos para os guineenses, vejamos a constituição de 10 de Novembro de 1980, aprovada pela Assembleia Nacional Popular, na qual se aceitava a pena de morte para o povo guineense, mas não para o povo cabo-verdiano. Ademais, o então chefe de Estado Luís Cabral acabou com o cargo de primeiro ministro, reforçando o poder do presidente, passando a despachar exclusivamente os assuntos de Negócios Estrangeiros, de FARP e segurança, desde a sua nomeação, levou à marginalização o comandante Nino Vieira, diferentemente do que tem acontecido com o Tchico Té no momento como “Primeiro Ministro” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 228-229).

Na Guiné-Bissau se demitiam os quadros administrativos coloniais e se aplicava a pena de morte aos antigos comandos africanos, além de se perseguir uma parte da população que era contrária à ideologia do regime cabralista, gerando clima de medo na sociedade. Em Cabo Verde, ao contrário de tudo que se passava na Guiné-Bissau, o governo do presidente Aristides Pereira aplicava a polícia de concórdia nacional, com vista à inclusão dos cidadãos cabo-verdianos; com tradição na administração colonial, aproveitou os ex-funcionários administrativos coloniais para auxiliar no desenvolvimento e construção da nação cabo-verdiana (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 230).

Após o fim da unidade entre Guiné e Cabo Verde referido acima, vale a pena ressaltar que a unidade dos dois países já teve o seu início desde o período das movimentações no campo pelos dois compatriotas Rafael Barbosa e Amílcar Cabral através da carta do “PAI” enviada para poder afirmar o envolvimento e trabalhos preparatórios ao representante do “Movimento Anti-Colonialista (MAC)”. Conforme podemos ler em António E. Duarte Silva:

Na II Conferência Pan-Africana, realizada em Tunis, em fins de Janeiro de 1960. Assim acontece, além do mais, no (adiado) texto definitivo do Manifesto do MAC onde o PAI aparece, ao lado do MPLA, como um dos fundadores do MAC, de que ambos constituíam «a estrutura basilar»; depois, nos documentos apresentados ou aprovados em Tunis e, sobretudo, a propósito da substituição do MAC pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). De resto, entre Londres e Conakry, de Pequim à sede da ONU, este ano de 1960 será marcado pela denúncia internacional do colonialismo português e pela imposição do PAI. Depois, em outubro de 1960, na «Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas», realizada em Dacar, o PAI altera definitivamente a sigla para PAIGC (sobretudo por duas razões: por um lado, para reafirmar a política de Unidade Guiné-Cabo Verde; por outro, para se demarcar do PAI senegalês, cujo dirigente Majhemout Diop foradetido, acusado de «esquerdismo») e prepara a luta total pela independência (DUARTE SILVA, 2006, p. 15).

De acordo com Silva (2006), nisso concluiu-se que o surgimento da política de independência foi na década de 50 dentro da Guiné-Bissau (não vindo do exterior), diferentemente de todos as previsões e dos pesquisadores portugueses, nem veio das movimentações de Islão. Portanto, tudo foi exercitado na cidade de Bissau pela elite “política urbana” que procuravam “uma organização independentista”.

Na década de 60, depois da resolução da ONU em Dezembro que permite a legitimação dos movimentos nacionalistas, a luta armada de libertação nacional guineense, que se iniciou no ano de 1963, teve como tema: “Unidade e Luta” tanto na Guiné e Cabo Verde. “Aquele movimento de libertação nacional tornar-se-á, com o tempo, num “proto-Estado” e será internacionalmente reconhecido como representante único e legítimo do povo da Guiné e de Cabo Verde”, mostrado pelo Duarte Silva:

O PAIGC ainda sobrevive como sigla. Tudo por que lutou e chegou a alcançar – libertação nacional, paz, progresso, independência, melhoria das condições de vida, unidade Guiné-Cabo Verde, um Estado, uma Constituição – falhou, está em ruínas, desapareceu. Se a libertação viera do campo, Bissau, a cidade, tudo devorou (DUARTE SILVA, 2006, p. 16).

Além do número crescente dos militares, muitos políticos são antigos combatentes como, por exemplo, o ex-presidente guineense João Bernardo Vieira “Nino Vieira”, pelo que a classe castrense é “uma variável incontornável no estudo da política” guineense. O Estado político da Guiné-Bissau, portanto, formou-se através da base das “forças armadas”, que também se formou pelo desenvolvimento militar. “O equilíbrio entre o poder militar e o poder político é à partida desigual quando um nasce da cedência e da estratégia do outro” (INDUTA, 2001 apud AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 3).

Com a exclusividade do poder dado ao PAIGC pelo artigo 4 da Constituição da República da Guiné-Bissau como força única de dirigente da sociedade e do Estado, na tentativa de legitimar o partido único e implementar a ideologia comunista por uma lógica do espírito nacionalista (AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 4). Na mesma linha do raciocínio, encontra-se Sousa (2012), o qual mostra que o partido quer manter a força da dominância à sociedade guineense para ter o conhecimento do “Partido/Estado”, que obriga a dar o mesmo ensinamento do artigo 4 em representação política da sociedade e com a autoridade de formar o “novo Estado” que leva à discordância e luta das ideologias com os membros de ex-comando africano e do FLING, considerado traidores da pátria (SOUSA, 2012).

Segundo Antero da Conceição Monteiro Fernandes (2007), o 14 de novembro resultou na morte de dois antigos combatentes “António Buscardini”, que era membro do “Conselho Superior da Luta e Secretário Geral do Ministério do Interior”, e “Otto Schacht”, o qual era membro do “Comité Executivo da Luta e Secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC”. A estratégia usada para obtenção do poder resultou-se na destituição do governo de Luís Cabral pelo Movimento Militar e na criação de “Conselho de Revolução” que comandava a ação do “Estado e da Nação”.

De início o golpe era marcado para o dia 16 de novembro, mas, devido à falta de controle de informação, Buscardini teve aviso de que Nino Vieira estava a montar um golpe de Estado contra Luís Cabral, foi nessa lógica que o chefe militar antecipou o golpe para o dia 14 de Novembro em 1980, toda a cidade de Bissau e as zonas militares tinham aderido ao levantamento militar (FERNANDES, 2007, p. 92).

Contudo, numa comunicação por via telegráfica enviada ao secretário geral do PAIGC na altura, Aristides Pereira, constava-se que o levantamento militar não foi contra as linhas e a ideologia de Cabral. O “Conselho da Revolução”, que detinha novos poderes em Bissau, formado por “verdadeiros militantes”, afirmava-se aberto e com vontade ao diálogo (FERNANDES, 2007, p. 93).

Entretanto, os desrezos vistos na Guiné-Bissau pela desconsideração da “identidade nacional” resultaram-se na reclamação pela negação do povo guineense na constituição cabo-verdiana, na qual um guineense não podia ser o candidato ao presidente da república; ao passo que na constituição guineense aceitava-se a possibilidade de um cabo-verdiano ser o presidente. Além disso, a pena de morto era admitida na Guiné, e não em Cabo

Verde. Isso foi um dos motivos da reclamação dos guineenses pela “Unidade na Igualdade” (FERNANDES, 2007, p. 93).

As razões do “Movimento Reajustador” são o mau gerenciamento da economia, o descontentamento nas FARP, “a repressão da repressão”. Outra razão tem a ver com a implementação do projeto na altura do “Estado Binacional” almejado pelo partido PAIGC, o que foi, porém, mal aceito e mal vivenciado pelos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, entre os quais se queria a união (NÓBREGA, 2003; KOUDAWO, 2001 apud FERNANDES, 2007, p. 97).

O golpe de Estado de 14 de Novembro, liderado pelo Movimento Reajustador, teve ligação entre os guineenses para retirar a ala dos dominadores Cabo Verdianos, que ocupavam cargos chaves do aparelho do Estado. Do ponto de vista do órgão da comunicação social guineense, os guineenses conseguiram ter a sua independência, sendo que se manifestava a independência da Guiné nas mãos dos filhos da ilha que não eram considerados puro guineenses de “sangue” e da “cultura”. (NÓBREGA, 2003 apud FERNANDES, 2007, p. 98).

Aos 15 de Novembro de 1980, o Conselho da Revolução, criado a partir da acção revolucionária de 14 de Novembro, aprovou uma lei (Lei nº1/80), que dissolve o Conselho de Estado, a Assembleia Nacional Popular e extingue o Conselho dos Comissários de Estados, e uma decisão que estipula a exoneração das suas funções os respectivos membros, assumindo os poderes que detinham esses órgãos (FERNANDES, 2007, p. 101-102).

Após o 14 Novembro de 1980, a separação entre Guiné e Cabo Verde, em 1981, no primeiro congresso realizado, o Nino Vieira liderou o golpe e foi escolhido como Secretário-geral do PAIGC, elegendo por ordem de precedência alguns membros para formar o “Bureau Político”, que são: “Nino Vieira, Victor Saúde Maria, Iafai Câmara, Paulo Correia, Manuel Saturnino, Buote Nash Bacha, João da Silva, Samba Lamine Mané, Vasco Cabral, Carlos Correia, Tiago Aleluia Lopes, Carmem Pereira e como suplentes N’Bghat, Fidelis Cabral, Joseph Turpin e Manuel dos Santos” (FERNANDES, 2007, p. 116).

Na perspectiva de Lopes, a negação do PAIGC (reconhecido como força dirigente da sociedade guineense) à separação do desenho do Partido/Estado, depois da independência, torna o benefício para a dominação do partido sobre todas as suas ações estatais (LOPES, 1987, p. 169).

Durante a subida ao poder, o General Nino Vieira declarou que o partido PAIGC sumiria o controlo da terra como Partido único revolucionário do povo guineense. E com busca de estratégia por Nino Vieira, o partido mantém o poder de dominância de “pequena burguesia” (LOPES, 1987).

Tal como acontece em alguns países africanos, a implantação do regime do partido único alastrou-se em alguns países mencionados pelo Benot, contudo a escaparam-se a isso alguns países como: a Nigéria, que vivia sob um regime civil em Outubro desde a década de 60 até janeiro de 1966; o “Congo Kinshasa”, da década de 60 a 65; “o Burundi, de uma certa forma, até 1966; o Quênia, o Sudão e, outro extremo da África, Madagáscar”. E no caso de Senegal, o mesmo autor mostra que apesar de não for implementado o partido único oficialmente por existirem vários partidos como “PAI, PRA e BMS”, até a unificação, desde a independência os partidos de oposição senegaleses não tiveram liberdade para a realização de uma política normal (BENOT, 1981).

Ao definir a teoria do partido único, podemos ver no livro do Benot a ideologia da independência (1969) que os partidos únicos resultam de uma estruturação que já tem a sua existência histórica. O autor comprova-se que, no ano de 1946, por umas inquietações de “RDA”, foi criada a “unidade do movimento nacional” através de desejo em coletividade. Sendo que a origem de palavra “agrupamento” vem de (rassemblement), o que com o tempo passa a ser designado como o “partido” de modo a juntarem as pessoas (regroupement) no sentido de ter uma estruturação ampla a níveis “regionais”.

Após doze anos, no começo do ano 1958, as mobilidades feitas pelo “RDA” estavam em comunicação, que se falharam na tentativa de criar a unificação dos “partidos políticos da África Negra sob dominação francesa”. No pensamento de criação do movimento nacional de África, vindo antes da tomada da independência, fazia-se exigência pela criação de um organismo partidário capaz de gerar as “aspirações nacionais” fazendo oposição ao colonialismo (BENOT, 1981, p. 2-3).

A luta existente dentro do movimento nacional, segundo o autor acima citado, não é sempre referente a pontos de vista diferentes internamente, às vezes tem a ver com pressões exteriores. Um dos exemplos ilustrados pelo autor é o caso de “Madagáscar” depois do resultado positivo do “MDRM (Mouvement Démocratique de Rénovation Malgache) nas eleições de 1946”, e o colonialismo faz surgir forçosamente um partido artificial, “o PADESM

(Parti des Dëshérités de Madagascar)”, partido cujo propósito é de dividir e acabar com o “movimento nacional”.

Além disso, outra realidade trazida pelo Benot foi o caso da Costa do Marfim, onde na época de 1946 a 1950, quatro anos depois, houve uma divisão muito forte e crítica do “RDA – o PDCI (Parti Démocratique de Côte d’Ivoire)” o partido que já tem a sua raiz desde o ano de 1949, depois da destituição do “governador progressista Latrille, dois partidos (Bloc Éburnéen Démocratique Indépendants de la Côte d’Ivoire)” assim tinham o propósito de acabar com iniciativas da organização do “movimento nacional”, dando base favorável para uma intervenção brutal das autoridades colonias. O mais grave de tudo foi no ano de 1958, “em Conakry com a lei-quadro” havia dois partidos: o PDG e o Bloc d’Action Guinéen (BAG), porém os partidos de oposição pediram a intervenção do governo francês no assunto político interno, o que custou incidentes sangrentos.

Continuando com esse assunto, o movimento nacionalista nigeriano instituído por um grupo conhecido como “Azikiwé em 1944 com o NCNC (National Council of Nigeria and Cameroons)”, mas que se enfraqueceu através da fundação de outro movimento em 1951 o “Action Group”, federalista e/ou nacionalista. O surgimento do novo partido ou “pseudopartido” o NPC (Northern People`s Congress) foi ligado à instigação dos ingleses, o qual veio a dar relevo à liderança regional por parte dos partidos de Nigéria, recebendo atuação de governo impendente tendo em conta o apoio por parte da Inglaterra no ano de 1960, apresentando-se com um partido regional não nacional (BENOT, 1981, p. 5).

Mostrando também o exemplo de Quênia, onde se verificou alguma semelhança com a Nigéria, o partido KADU (Kenyan African Democratic Union), com o apoio recebido por parte dos ingleses, reivindicava a autonomia das regiões, opondo com isso o partido centralista KANU.

Não é necessário entrar em todos os pormenores: embora haja efectivamente tendências divergentes no interior das sociedades africanas, embora se desenhem oposições internas, apercebemo-nos de que a multiplicidade dos partidos criados e organizados é muito mais, o resultado de iniciativas colonialistas e de encorajamentos oficiais ao tribalismo e ao regionalismo do que um fenómeno espontâneo. Em Setembro de 1958, a adesão do BAG e a sua decisão de se fundir com o PDG são, para os Guineenses, a garantia do êxito nacional do referendo e da possibilidade de preservar em seguida a independência. Da mesma maneira, tanto na Guiné como no Mali, os grupos PAI que existiam em 1957-1958, num caso, e em 1957-1960, no outro, tomam a decisão de ingressar no PAG e no US-RDA do futuro Mali. A unificação política em torno da organização mais sólida e mais avançada do

ponto de vista da luta nacional impôs-se, portanto, no decurso da própria luta; e não era a consequência nem a aplicação de uma teoria já feita, mais a conclusão prática de experiências dolorosas. A espantosa multiplicação dos partidos congolezes em 1960, nos meses que procederam a independência, multiplicação que prova a habilidade da colonização belga, não protegeu a democracia no Congo independente, mas facilitou as intervenções estrangeiras (intervenção da Bélgica e da ONU) e a secessão (BENOT, 1981, p. 6).

Com a dominação do poder político nas zonas da África “subsaariana não-autónomos” no começo da década de 60, conduziu aos poucos a compreensão em honrar o programa da independência que tem a ver com a resolução dos problemas e a promoção da integração da nação e as inovações para o bem da sociedade (SILVEIRA, 2004, p. 19).

Dentro da África, devido à configuração social e étnica de estados emergentes, a questão da integração nacional fica como base da política muito forte, sendo que vários grupos sociais diferentes (étnicos e tribais) formam às vezes seus territórios com diferentes “línguas, culturas e tradições”. Por isso, as lealdades de cada tribo ou etnia tradicionalmente hierarquizadas são trocadas pela observância de partilha nacional. Sendo assim, a participação das populações na vida política resulta, conforme explica Max Weber, na passagem de dominância do “tradicional” para a dominância do “racional-legal” (SILVEIRA, 2004, p. 19-20).

No que toca com a modernidade, tanto em aspetos econômicos quanto políticos um representante adota perante o contexto social a “compensação psicológica” com ação suportada pelo Estado. A falta de capacidade dos partidos políticos em se relacionar com a integração contribuiu-se na transformação deles em “principal foco integrador do poder político”. Entretanto, a falência de uma ação social vasta na política, principalmente as lutas entre grupos étnicos e as expectativas nos avanços da economia, levou a que os partidos no governo se assumissem a sua autoridade como totalidade indivisível. De mesma forma, tentaram evitar a luta ideológica e institucional, que, numa perspectiva da liderança política, se resultaram em principais fatores de impedimento na construção da nação (SILVEIRA, 2004, p. 20-21).

O multipartidarismo adotado nos Estados da África ao Sul do Sahara, em formas e graus variados, durante o período da independência, resulta na existência de pouco tempo. Além disso, o enfraquecimento do sistema multipartidário competitivo foi ligado à demasiada observação política às sociedades europeias. Nessa ótica do multipartidarismo, o regime

político tinha medo que esse sistema fosse efetivo de institucionalização tribal e do regionalismo como grande problema da integração e da independência nacional. Outra questão do “sistema de multipartidário competitivo” colocada também diz respeito à sua grande capacidade de rivalidade da independência nacional que pode até levar uma vaga para a “estratégia antinacional” (SILVEIRA, 2004).

No entanto, a entrada do partido único no lugar de multipartidarismo apresenta várias formas de justificativa como a concessão de um crescimento condigno às pessoas, mas a proposta dada pelo regime único não foi concretizada devido ao atropelo dos golpes de Estado e das lideranças dos governos militares (SILVEIRA, 2004).

Apesar destas discrepâncias, a ideologia do socialismo africano não deixa de ter um conjunto de traços comuns, nomeadamente a mística do sacrifício, do planeamento econômico, do trabalho duro, da subvalorização da luta de classes no sentido Maxiano e de uma crença na eficácia do desenvolvimento econômico comunitário, lado a lado com os padrões africanos tradicionais. No seu esforço de construir um moderno Estado Providência, os líderes africanos socialistas estabeleceram como objetivo principal o crescimento da produtividade econômica. Esperam que a ideologia socialista contribua para esse fim (SILVEIRA, 2004, p. 24-25).

O socialismo que existe na África é como ideologia, não de classe, mas sim na base de partido único, que funciona seletivamente pela apropriação do socialismo de Marx, no contexto de um poder único e não divisível, representado pelo pensamento da inclusão do Estado e pela função de partido político como única força dirigente do progresso “social, econômico e cultural” (SILVEIRA, 2004, p. 25).

Todas as grandes potencias que existiam no continente africano, ou seja, dentro das colônias utilizaram a filosofia de alteração da economia dentro de classes sociais, que se formaram, ultrapassando laços étnicos, tribais, geográficos e culturais existentes em cada território. E instituíram pela elevação de novas políticas do “Estado-Nação e suas instituições”. Nesse contexto, o poder colonial e os partidos políticos dentro dos países africanos acharam a originalidade de “definir o seu perfil”, como uma organização institucional do sistema político colonial (SILVEIRA, 2004, p. 29).

A questão verificada dentro da globalização nacional de África ao Sul do Sahara está na origem de “Estado-nação” que vem da unidade étnica e da sua ampliação que se encontra por necessidade da economia e da religião divididas em diferentes partes que atingiram o continente africano em dois pontos a saber: o primeiro está na “capacitação de

novos líderes políticos para preservarem a integridade territorial dos seus novos países”; e o segundo trata-se da “habilidade em criar uma nova lealdade política que coloca os interesses da nação acima de interesses pequenos e provincianos” (SILVEIRA, 2004, p. 69).

Apesar das preferências ideológicas, os líderes dos países da África ao Sul do Sahara definiram os objetivos de integração nacional e modernização, como tarefas prioritárias. As suas razões são (a) a necessidade de eliminar as consequências resultantes das instituições políticas e culturais coloniais; (b) a luta para conferir uma identidade africana específica às estruturas e instituições políticas, econômicas e sociais, i.e. instituições e estruturas possíveis de fornecer bases harmoniosas e adequadas para a formação da nação, em contexto de prevalência das realidades africanas (SILVEIRA, 2004, p. 70).

Havia diferença em relação à participação da população civil na vida política em alguns países africanos, por exemplo, em Costa do Marfim, os chefes tradicionais levavam a vida na participação político-partidária e no “processo econômico moderno”; enquanto isso, na Guiné Conakry eram afastados da política, estratégia entendida como politicamente revolucionária. Porém, com a chegada ao poder, os novos líderes deixaram de se comunicar com as sociedades “franco-africana”. As grandes organizações dos sindicatos e militantes como da “UGTAN” (Union Général des Travailleurs de L’Afrique Noire- Sindicato Geral dos Trabalhadores da África Negra) desempenharam a experiência juntamente com a “CGT francesa e com o PCF”. O ex-presidente da Guiné Conakry Sékou Touré era um dos envoltentes na liderança do Sindicato e da Política (SILVEIRA, 2004, p. 95).

O papel do Partido, do Partido-Estado, e do Estado de Partido Único nos processos de integração nacional e de modernização consiste em (a) respeitar a manutenção das instituições estatais que existem de facto e de jure e em relação às quais o Estado é tanto criador como criatura, e (b) facilitar a criação de uma unidade cultural, econômica e geográfica a partir da qual resultará a nação, de que o Partido propõe-se ser arquitecto (SILVEIRA, 2004, p. 99).

Para entender a nação africana atualmente, é preciso saber que resulta de uma herança europeia do século XIX através de um longo processo histórico, político e cultural poderoso que impõe ao pensamento dos povos locais a se tornarem contrário ao realismo africano (SILVEIRA, 2004, p. 101). Contudo, antes da presença do colonialismo em África, já havia a nação dentro da sociedade africana, “conceito subjetivo” constituído pela “língua, cultura e etnologia”, ligado à ideologia nacional e à “vontade político-metafísica”, e à mistura de características “subjetivas a outras objetivas”, entre os quais os aspectos da geografia, das

tradições históricas em coletividade e organizações tanto políticas quanto econômicas (DIOP, 1964 apud SILVEIRA, 2004, p. 101-102).

Na realidade africana, atualmente um Estado não se considera, do ponto de vista objetivo ou subjetivo, uma nação; porém, uma antiga colônia. Portanto, após a independência, o que houve foi a herança da estruturação econômica, política e administrativa da colonização europeia. Esses Estados delimitam-se por “fronteiras políticas e as suas estruturas econômicas e administrativas”, igualmente, estão sobre as infraestruturas deixadas pelos colonizadores que se baseia num relacionamento entre a capital e a sua burocracia. A inclusão de laços de pertença à nação é vista pelos líderes políticos da África ao Sul de Sahara como uma forma de manutenção do poder (SILVEIRA, 2004, p. 102).

As origens de três aspectos colocados desde o tempo de colonização: “o território, a cultura e a economia” (que a língua dos colonizadores afetou, tendo papel importante na unificação dos africanos, conseqüentemente sendo “uma expressão de solidariedade nacional”; e a economia moderna resultante do formato capitalista, que se baseia na exportação dos bens ao longo do tempo e no lucro, e que rápida ou tardiamente resulta na desaparecimento da economia comunal de caráter da subsistência “pré-capitalista”; o que significa, porém, minimizar a nação africana a “um prolongamento e uma caricatura da nação europeia”. Os Estados africanos têm a mesma qualidade dos outros Estados do mundo (SILVEIRA, 2004, p. 102-103).

Premissa da existência de nações africanas ao colonialismo, mas modificadas por ele. Problema não é de “formar nações modernas”, mas o de “modernizar nações”. Recurso aos conceitos de “vocação coletiva” e “espiritualidade” africana, e recusa do modelo socialista europeu por suas características materialistas. Modelo fundamentalmente místico que se aproxima do conceito árabe de comunidade de crentes (“uma”). (...)

A diferença entre grupo étnico e não é econômica e contingencial: a nação é o grupo étnico que detém uma “classe-Estado” que controla o aparato do Estado e que assegura a unificação econômica da comunidade, através da circulação externa de um excedente (contra Lenin e Stálin, que viam a nação dependente de um mercado capitalista integrado). Nação podendo surgir em qualquer estágio histórico, inclusive em formações pré-capitalistas. Mas redução da ideia de nação a um componente exclusivamente econômico não responde à complexidade do fenômeno e é desmentido pelos dados empíricos. Embora insuficiente, boa indicação das condições objetivas de surgimento das nações (SILVEIRA, 2004, p. 104-108).

A função da filosofia do poder dos líderes africanos ao sul do Sahara é pensar uma nação em termos subjetivos, objetivos (ou nos dois), uma perspectiva que não admite a

divisão do poder. De acordo com Silveira (1976, p. 110), “a nação torna-se, portanto, é um objetivo que confere racionalidade e justificação ao conceito do poder. De forma mais directa, pode-se dizer dá substância à ‘missão’ do partido, de utilizar o poder político para a criação de um Estado moderno.

A filosofia que era usada para centralizar o poder, através de um sistema hegemónico e de indivisibilidade do poder dentro das instituições nacionais, opondo o multipartidarismo, ou seja, a existência de vários partidos políticos. Nesse sistema, a força do poder concentra-se “na pessoa do líder nacional ou nos órgãos institucionalizados do partido único, seja indivisível e, não, fragmentável”, mas em todo caso o pensamento do partido único a se desenvolver parte do resultado das promessas dos intelectuais e das suas representativas políticas, ligadas às realidades modernas e à globalização nacional (SILVEIRA, p. 113).

Os aspectos inter-relacionados à modernidade são “modernização das instituições políticas e eliminação do subdesenvolvimento económico e cultural” por meio de acréscimo quantitativa e qualitativamente “de bens de consumo e meios de produção”. Sendo como pré-requisito da modernização a integração nacional (SILVEIRA, 2004, p. 114).

A justificativa que está na origem da “incompatibilidade do partido único com a democracia [formal]” liga-se a duas inquietações. A primeira, que é tática, ou seja, referente à estratégia usada internacionalmente à força para poder obter a independência total entre os dois blocos; e a segunda tem a ver com a alegada a falta de classe social na África no período anterior à colonização (justificativa linguística de Nyerere e falta da propriedade privada da terra de Nkrumah e outros). O partido obtém uma marca tradicional pela horizontalização artificial da sociedade, introduzido na metáfora dos mais velhos sob a “arvore” gerando o entendimento dentro da sociedade africana (SILVEIRA, 2004, p. 115-117).

O Estado colonial sempre mostrou a forma de autoridade política. O pensamento de liderar a maioria ignorava-se dos e não havia condições para exprimir oposições contra a política. E com o surgimento dos movimentos nacionais, muitos líderes africanos cresceram e adquiriram a experiência de fazer a política; tomaram a política não como meio de resolver o problema, mais sim de mudá-la, ou seja, mudar o regime colonial na altura para torná-lo como Estado nacional juntamente com o poder tradicional, mas isso resultou em conflitos estatais e ministeriais. Porém, todas as guerrinhas estatais são uma das

heranças da cultura ocidental do domínio da minoria sobre a maioria e, sem dúvida, daí surgiu o sistema de “partido único” através de uso da força do poder político e da recusa de muitos partidos políticos que aumentaram as forças de legitimação das lutas internas (SILVEIRA, 2004, p. 117).

No entanto, o compromisso assumido pelo partido único a si próprio não foi concretizado. As situações de “estabilidades políticas”, consideradas como “pré-requisito” para dar um avanço à modernização e à globalização nacional por esse regime, foram, entretanto, recusadas pelos sucessivos golpes de Estado militares, os quais se resultaram em prática frequente que estagnou/impediu os avanços do progresso político da “África ao Sul do Sahara”. Em virtude disso, houve a causa emocional, o qual atingiu os governantes da cidade, e deixando muitas pessoas com falta da energia e da legalidade política, sendo atingidas com tanta fragilidade em termos da integração nacional (SILVEIRA, 2004, p. 118).

A atitude adaptada pelos novos Estados africanos relativamente às instituições políticas tradicionais, embora varie de país para país, pode ser sumariamente expressa pelos termos neutralização, absorção ou liquidação. O papel subalterno que essas instituições políticas tradicionais ocupam nos novos Estados dá origem a fricção institucional. As instituições estão em conflito com a política de centralização do poder nas mãos do Partido Único e com o programa de modernização. Por outro lado, as novas instituições não só são caracterizadas por sua juventude, mas também pelo baixo nível intelectual e técnico dos quadros que as administram. Portanto, apenas após um longo período de crise de adaptação, são capazes de penetrar na base política das instituições tradicionais e desenvolver um novo tipo de padrão político, a um nível nacional ou regional (SILVEIRA, 2004, p. 123-124).

Os intelectuais africanos deram grande importância à eliminação das instituições do Estado colonial, que era encarado mais em termos teóricos do que prático, no período da luta contra a colonização. Entretanto, a manutenção dessas instituições resultou-se num procedimento paradoxal de muitos países africanos, no que tem a ver com os chamados imperativos de total autonomia económica e política. Quando houve o problema nos países africanos, ou seja, os conflitos internos, sempre se usaram as armas para resolução desses problemas, o que tem contribuído para a violação dos direitos humanos, as perseguições e os assassinatos, modelo herdado do colonialismo (SILVEIRA, 2004, p. 124).

O regime do partido único impede o avanço para a modernidade, através da retirada e da diminuição da iniciativa da economia aos grupos regionais e da exploração das massas camponesas assim como o surgimento de uma classe burguesa nacional que ocuparam os primeiros lugares chaves no país, nomeadamente o poder econômico e político. Pela

explicação do autor sobre classe da burguesia africana, podemos notar que esta é totalmente diferente da europeia, visto que, contrariamente aos burgueses da Europa ou da América, sempre houve a preocupação de acumular a riqueza do que distribuir pelos burgueses africanos, ou seja, acumulam os valores provenientes da produção de populações “proletárias” (SILVEIRA, 2004, p. 125).

Um dos princípios que os líderes africanos nacionalistas colocaram na mente das massas é a igualdade, eles entenderam que todos os africanos são os mesmos perante o critério social, todo mundo é igual, não há diferença. Portanto, esta visão teve grande impacto, baseada na transmissão da filosofia da era do “iluminismo europeu”. O aparecimento de igualitarismo da Europa veio de um tardio “processo histórico de diferenciação, estratificação social da luta pelo domínio científico da natureza”. Entretanto, dentro do continente africano, o impacto dessa ideologia iluminista é uma descrição ideológica e eticamente, não sendo da realidade social do continente; dependendo do “nacionalismo anticolonialista” o qual lhe dá uma característica de diferenciação de elementos dentro da sociedade tradicional. Tendo, portanto, juntado as características da realidade europeia e africana (SILVEIRA, 2004, p. 134).

Além disso, existe na sociedade africana um elemento racial. A tentativa de identificação de membros das elitistas africanas com membros individuais separando-se das comunidades locais da sociedade colonial deu-se na pouca eficácia da transmissão da mensagem libertária. Os colonizadores serviram-se do ensinamento de superioridade racial para dar justificativa e racionalização às suas políticas coloniais, sendo assim, geraram um sentido “de consciência racial nos africanos”. Por conseguinte, o igualitarismo teve maior inquietação “com a igualdade entre as raças do que entre classes ou grupos sociais” da África em geral (SILVEIRA, 2004, p. 134-135).

O propósito de legitimação do partido único é de acabar com qualquer que seja forma de oposição criada internamente e de pôr fim à liberdade de expressão da imprensa. Tal como o que tinha acontecido na Níger, onde foi eliminado o partido da Sawaba (liberdade), medida tomada pelo partido no poder em (1957-1958); da mesma forma, em Camarões o partido da UPC era impedido pelo regime da colonização em 1955, entretanto, manteve-se em funcionamento de forma oculta na clandestinidade. E na Costa de Marfim com a presença de Houphouete no poder, usava o PDCI, não para o serviço político, mais sim para manter a segurança e impedir a oposição esquerda contra o partido único (BENOT, 1981, p. 6-7).

Seguindo a leitura do Benot (1981) sobre a ideologia do partido único, da qual se extrai o pensamento de esboço teórico de Modibo Keita ex-ministro do interior do Sudão que revela a importância do ano de 1960, período em que havia no Mali uma federação, na qual o Senegal e o Sudão se coexistiam; contendo partidos como UPS (parte dominante), mas não como único, PAI, que não é permitido no mês do “Agosto”, “PRA- do Senegal, e US-RDA, partido único do Sudão”. Conforme explica Benot (1981), no primeiro momento, a federação do Mali tinha uma independência limitada, e o nascimento do Sudão foi possível no mês de setembro.

Os governos partidos únicos de lei-quadro de 1957 eram estáveis, de uma larga maioria, aumentando as composições de funções eletivas (“quinze parlamentos contando, Madagascar, mais as eleições para as assembleias metropolitanas”). Mas com o tempo a lei-quatro provocou a disputa para obterem o mandato, tendo os políticos inseridos no regionalismo para obterem a eleição; o que provocou a idealização dos de voto pelo sistema étnico, e a lógica do aparecimento do partido em conexão com classes sociais específicas (BENOT, 1981).

Pensamos que houve formas de democracia sem partidos políticos. Dizemos igualmente que, se um partido político é a expressão política de uma classe e se a própria classe representa interesses, não podemos, evidentemente, afirmar que a sociedade da África Negra é uma sociedade sem classes. Mas dizemos que a diferenciação das classes, na África, não implica uma diversificação dos interesses nem, muito menos, uma oposição de interesses (BENOT, 1981, p. 9).

No meio onde existe o partido único sempre ocorre riscos e, para evitar isso, é preciso diálogo dentro do partido único, para construir uma verdadeira fidelidade entre os quadros intelectuais e os militantes do partido; não formar hierarquia das chefias, mas sim trabalhar na base da inclusão.

A criação do partido único destinava-se à garantia da “unidade de novo Estado e à consolidação da sua independência”, e também a dar uma garantia futura para a união do continente africano na perspectiva de Keita.

Em todos partidos que existiam na África sob o regime do monopartidarismo, sempre se recusava a existência de dois ou mais partidos, sendo aceitável somente quando não promoviam a desigualdade ou a diferença entre as classes sociais. Reforçando a ideia de Touré em 1966 sobre a unificação de uma nação politicamente por um partido, fazendo

referência ao governo de Guiné, “dirigida e controlada por um partido nacional”, com a exclusão de outras formações políticas de ideologia oposta, que pode vitimar a unidade do povo e, ao mesmo tempo, a existência, a perpetuação e a união da nação.

No entanto, segundo Benot (1981), há a identificação dos partidos únicos com a nação, a qual, apesar de tudo, tem toda autonomia de dar a independência através de um Estado que mantém a ideologia, tal como Touré lembrou, e também deve haver uma identificação desses partidos com o povo e familiarizando com o sentimento da população. Então, o interesse do povo e do partido são equivalentes com o da nação, sendo o partido único e supremo, não pode deixar de se identificar com o Estado. Afirma-se, portanto, que, “quando o partido do povo” usa a força para acabar com a pequena burguesia ou poder colonial para dar a liberdade ao povo política, econômica, social e culturalmente em nível geral, “seria um contra-senso permitir que se desenvolvessem, frente a ele, partidos representando os interesses de gangs particulares” (BENOT, 1981, p. 12).

O partido que leva o país à independência conserva a sua reputação, tendo confiança da maioria popular, e o poder pode parecer o “regime de partido único”. Nkrumah argumenta em resposta aos que veem esse sistema como atentado à democracia, afirma que a liberalização de multipartidarismo para dividir mandato dado pelo povo para governar “seria trair a vontade popular e, portanto, afastar-se da via da democracia” (BENOT, 1981, p. 13).

Os partidos vindos na base da criação do movimento nacional que conduz a luta armada pela independência formam o governo do Estado moderno; sendo inconcebível que se esperasse a bipartição de um país por vontade própria de subordinação a uma certa forma democrática, devendo ser na base de uma luta que reivindica “a total unidade do povo”.

Observando o regime de partido único no Ghana e na Tanzânia, podemos perceber que nos dois países havia preocupação de preservação dos direitos de crítica e de expressão. Nkrumah recusava por muito tempo as ideias referentes à oficialização de CPP como partido único. Igualmente o então chefe de Estado tanzaniano Nyerere, no regime de monopartidarismo, deu possibilidade ao sistema de candidaturas duplas na época das eleições do ano de 1965, o qual se torna como uma referência singular até na atualidade “no seu gênero em África” (BENOT, 1981, p. 14).

Contudo, conforme observa este autor, nos regimes do partido único, o povo deveria ter a liberdade de escolher o candidato de preferência. Apesar de isso, a ideologia do

partido único vinha mudando-se de rumo, tal como podemos observar durante o mandato de alguns líderes africanos:

de Madeira Keita a Nyerere, passando por Sékou Touré e Nkrumah, a teoria do partido único parece inflectir-se pouco a pouco, partindo do problema das classes para acabar no problema da preservação e consolidação das novas nações (BENOT, 1981, p. 15).

Com efeito, (1969), com a ideologia de Kenneth Kaunda, a Zâmbia após a tomada da independência com um partido nacional maioritário UNIP (United National Independence Party), e tinha outro partido sem aderência popular, em particular o ANC (African National Congress) de Nkumbula, assim também no ano de 1948 a 1949, o que estava na origem do “partido nacional”. Após 1964, o país permanece com muitos partidos; de fato, Kaunda afirma que não havia necessidade de implantar o monopartidarismo, mas acredita-se que isso tenha existido.

‘Devemos’, escreve ele, ‘contar com um reagrupamento diferente do nosso povo, quando a nossa nação começa a estratificar-se em classes sociais, com o nascimento de novas elites e a diversificação dos interesses políticos. Não que o partido nacionalista deva necessariamente desaparecer; mas à medida que as massas populares se tornarem mais cultas, transformar-se-á certamente um algo diferente, o que pode acontecer por duas vias distintas: ou o partido consegue um apoio popular tão amplo que teremos um partido único de facto, ou aparecerão vários partidos que representarão os interesses de camadas sociais distintas. Em meu entender, a primeira hipótese é a mais verosímil (KAUNDA, 1966 apud BENOT, 1981, p. 16).

Tratando-se de um dos críticos do sistema de partido único, Benot (1981) cita, por exemplo, o fundador de Action Group nigeriano, Awolowo, o qual afirma que “a democracia é um sistema de governo” firme no monopartidarismo, porém, segundo ele, são inconciliáveis. Por seu lado, o fundador do partido NCNC nigeriano, Azikiwé, volta a afirmar no período antes da obtenção da independência que é muito importante ter a democracia no país para que haja a existência de partidos opositores ao que está no poder.

A menos que existia uma oposição do tipo de um ‘gabinete sombra’ capaz de substituir o governo, a democracia transforma-se numa ilusão. Não devemos hesitar em fazer passar a nossa gestão governamental pelo cadinho da opinião pública organizada. Devemos ser tolerantes e permitir que os nossos actos oficiais sejam investigados a fundo, pouco importando o que isso nos doa. Não tolerar a existência de um partido de oposição poderia ser um desastre para a existência de uma democracia. É a maneira mais cômoda de convidar à ditadura; ora, devemos evitar a autocracia sob todas as suas formas. Não devemos dar a impressão de que eliminámos a dominação colonial britânica com o único fim de a substituímos no trono pela sua contrapartida nigeriana (BENOT, 1981, p. 17).

Todavia, os partidos que saíram na base da opressão do colonialismo e de tantos sofrimentos, depois da independência, ganharam grande popularidade. Por exemplo, o partido (PDG) de Touré ex-presidente da Guiné Conakry por suas estratégias dividiu-se em duas formas de funcionamento, em que uma era voltada ao povo; e a outra, à revolução. Conforme o texto de *L’afrique et la révolution* citado pelo Benot (1981):

Um partido popular é um partido constituído pela maioria do povo e que dele recebe um apoio total, porque é no seu interior que o povo encontra o reflexo e a expressão da sua realidade e das suas esperanças (...) Um partido de vanguarda situa-se, por sua vez, a um nível superior, que o coloca à frente do povo, inspirando-o, dirigindo-o (L’AFRIQUE ET LA RÉVOLUTION apud BENOT, 1981, p. 19-20).

De fato, retomando os dois termos mencionados, o “partido popular” é o que tem aderência de massa populacional, e o “partido vanguarda” é o que possui um pequeno poder de dominação da maioria das pessoas. Com a independência total do partido de Touré (PDG), foi adotada uma medida de mobilização dos militantes, considerando, tanto as crianças, quanto as que estão por nascer. O partido de Nkrumah (CPP), que anteriormente não era oficialmente o partido único dentro do território de Ghana, porém, alcançaria em 1962 cerca de 2.500 000 de militantes ligados ao partido. Igualmente, os dois partidos de Senegal e Costa de Marfim, respectivamente, “UPS de Senghor e PDCI de Houphouet” tinham funcionamento similar aos outros dois primeiros partidos já mencionados. Apesar de medidas tomadas posteriormente por Sékou Touré em 1964, efetivadas em 1967, que impossibilitavam a eleição de certas categorias de membros a cargos da direção partidária, havia adesão à base do partido (BENOT, 1981, p. 20).

O discurso de Touré em 26 de outubro de 1958 sobre a unidade entre a população e o partido, fazia referência a uma vitória total na Guiné, ele dirigiu-se aos responsáveis do partido PDG, pedindo que se esquecessem da divisão que tinham em relação ao PRA, e aconselhando uma confraternização solidária tanto nas comissões de diferentes bairros ou em subdivisões de círculos, quanto no “plano nacional”, para que “o programa da jovem nação” seja traduzido “rapidamente em realidades concretas” (BENOT, 1981, p. 25-26).

Com efeito, o funcionamento de partidos a nível de base apresenta algumas características. Em Guiné as comissões de base reuniam-se, e a organização juvenil podia ser mobilizada para diversas tarefas, por exemplo, “ir buscar gente a casa para abrir alas à passagem de um chefe de Estado estrangeiro ou de chefe de Estado guineense”. Verifica-se que mais do que na Guiné, no Mali, além do funcionamento do partido, faz-se a discussão e o

trabalho. Enquanto isso, no país de N'krumah, no Ghana, havia uma redução da vida partidária, devido à influência dos quadros do partido no poder; entretanto a maioria de cidadãos ghaneses universitários e os que estão entre população urbana não se aderiram ao partido (BENOT, 1981, p. 28).

E, no caso da Quênia, o partido KANU, fundado em 1961 pelo herói que lutava pela independência do país, Jomo Kenyatta, que na sua carreira não levava ativamente a vida política a nível de base como profissional, entre 1961 a 1964. Contudo, um dos aspectos importantes da base do KANU é a obtenção da vitória do partido na eleição de 1963, que também levou à independência através de duas palavras de ordem: “Uburu (Independência) e Harambee (Unidade)”, organizaram-se “comícios de massas e campanhas eleitorais”.

A fusão dos diversos agrupamentos, muitas vezes locais, que constituíam o partido não foi completada de modo a dar origem a uma verdadeira organização política, e os notáveis do novo regime substituíram-se às massas. Tanto mais que em Dezembro de 1960 o partido da oposição a KADU (Kenya African Democratic Union) de Ngala, se fundiria com a KANU, reforçando simplesmente a sua ala direita, ao ponto de esta, depois de dominação de Odinga, em Abril de 1966, se tornar todo o partido. Pode pensar-se que a atividade das organizações de base do partido não tem sido maior desde essa data (BENOT, 1981, p. 29).

O partido nigeriano NCNC, de Azikiwé, era formado pela fusão de diversas associações e organizações locais, porém não havia uma organização partidário de massas populares. A burguesia do sul do país, considerada mais forte e mais rica do que a dos outros países, apoiava financeiramente a direção do partido. O próprio Azikiwé e os dirigentes do seu partido pertenciam à classe rica (BENOT, 1981, p. 29).

De qualquer maneira, adoptar uma política socialista rígida seria caminhar fatalmente para o caos, o Action Group, no seu VII Congresso, reunido em Mushin em Setembro de 1960, nas vésperas da independência, ia efetivamente adoptar, sob a pressão da sua própria base, um programa favorável a um socialismo democrático, confirmado no VIII (e último) Congresso, reunido em Jos, em Fevereiro de 1962, era. É verdade que se o Action Group, até Maio de 1962, era o partido no poder da região oeste da Nigéria, sendo ai largamente maioritário, era ao mesmo tempo o partido de oposição no parlamento federal e na região norte, onde as suas organizações eram vitimas da repressão policial: é talvez isso o que explica que se tenha mantido um partido militante, capaz, ainda em 1963, de organizar manifestações de massas em Lagos, por ocasião do processo de Awolowo e de outros dirigentes (BENOT, 1981, p. 30-31).

A incorporação de corpo policial e do exército à massa partidária (tal como a Guiné e o Mali fizeram) resultou-se em obstáculo que levou a golpes de Estado. Após o

acontecimento do golpe de Estado em “Accra”, os líderes de “Conakry e Bamako” mobilizaram de forma eficaz “os Partidos-povos” e fazendo apelo ao controlo das massas para manter a segurança e evitar futuramente o perigo semelhante ao que levou à perda do poder pelo presidente ghanês Nkrumah (BENOT, 1981).

Após o golpe de Estado de Togo, em janeiro de 1963, os números dos presos políticos que deixaram a prisão eram muito elevados do que se imaginava dentro daquele país. Por seu lado, no Quênia, com o aparecimento do partido KPU (Kenya People’s Union) de Oginga Odinga, o regime neocolonialista do “partido único” no poder sentiu-se ameaçado, por isso, recorreu-se à “intimidação e repressão”. No norte da Nigéria, o partido NPC (Congresso do Povo do Norte) desencadeou uma ação violenta, em 1960 e 1961, contra os grupos opositores existentes na região. Contudo, esses acontecimentos eram feitos em nome da democracia ou do interesse nacional (BENOT, 1981, p. 46-47).

Na luta de combate ao regime de partido único, da fundação dos partidos políticos e da transição democrática, Koudawo (2001) assinala que os partidos fundados no exterior, concretamente em Portugal, União Patriótica Anti-neocolonista da Guiné (UPANG), que tinha posicionamento contra o regime de partido único na altura (PAIGC), e esforçava-se em juntar maioria dos militantes contra o projeto de unidade de Guiné e Cabo Verde. A maioria dos fundadores do partido, que eram intelectuais exilados no estrangeiro, eram perseguidos no momento na década de 70. Muitos deles contribuíram na fundação do (Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá) RGB, do (Frente de Libertação e Independência da Guiné) FLING, do Partido Democrático do Progresso (PDP) e do Movimento de Unidade para a Democracia (MUDe). Estas grandes influências partidárias conduziram o país para a primeira transição democrática em 1991 e para a primeira eleição em 1994.

Koudawo (2001) aponta alguns aspectos sobre a justificativa da transição política do ano 80, que afastou o Luís Cabral do cargo em nome do “Movimento Reajustador”:

- As lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC;
- As contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceite e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união;

- As dificuldades nacionais da passagem da teoria de Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para esta experiência (KOUDAWO, 2001, p. 131).

E foi nessa perspectiva que os filhos da Guiné-Bissau no estrangeiro começaram a lutar para combater o regime do partido único. A criação dos partidos políticos na diáspora em Lisboa “Organização Anticolonialista da Guiné-Bissau (OANG) por camaradas Viriato Pã, Maurício Dias, João Vaz, Pedro Djandy” envolve muitos pensadores guineenses. Essa organização criada em Lisboa tinha células clandestinas com sede em “Bissau, Oio e em Farim”, tendo contribuição de “António Mendes Fernandes, Zinha Vaz, João Vaz, Salvador Embalo (Tchando), Ladislau Lopes Justado, Helder Vaz, Elísio Gomes Junior”, tendo a ideologia de organização da sociedade guineense, eles estavam na mira do regime de monopartidarismo, vivenciado na Guiné a partir do ano de 1977 (SOUSA, 2012, p. 30).

A questão da unidade entre Guiné e Cabo Verde mencionado acima foi combatida pela “Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG)”, que não é muito conhecido pelos guineenses. O líder dessa juventude (Malam Sanhá) fazia parte do partido dominante (PAIGC) entre os anos de 1976 a 1978, mas tentava organizar com alguns dos ex-comandos africanos para tomar o poder na mão do PAIGC, chegando a entrar no território em 1978, porém foi preso em novembro e assassinado com os colegas (SOUSA, 2012, p. 30).

O novo regime político da Guiné-Bissau vindo após o golpe de 1980 fez falsas invenções, desconfianças, sequestro de alguns militantes e dirigentes de partidos opositores, tanto os de dentro como os de fora do país, como no caso de “Senegal (FGUIRIN), França (FLING)” e “Portugal (OANG, JURG, RGB/Movimento Bafatá e FULGUIBI)”.

Devido aos obstáculos (com pressões externas) que o novo regime guineense encontrou na época dentro do país, foi obrigado a abrir-se e aceitar o “Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)” colocado pelo Banco Mundial na década de 1980, considerada como singular solução para a salvação ou resolução da “crise econômica e social” no momento. Com esse programa, o regime passou a não fiscalizar “a economia e o mercado”, sendo, além disso, obrigado a diminuir a despesa pública e a mudar o sistema agrícola (SOUSA, 2012, p. 38).

De acordo com Koudawo & Mendy (1996), as despesas estatais no ano de 1980 tiveram reduções e havia lançamento de vários projetos de industrialização, com apoio de

organizações internacionais, instaladas em algumas zonas estratégicas do país com o propósito do crescimento da economia nacional.

As despesas do Estado em projectos industriais foram reduzidas de 12,3 milhões de dólares para 1,5 milhões. Ao mesmo tempo, foram lançados uma série de projectos e programas de desenvolvimento rural, incluindo os projectos de Algodão e de Amendoim em Bafatá, financiados pela CEE (agora EU) e a ajuda francesa; o Projecto Arizícola do Vale do Geba, financiado pela FAO e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); e o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Zona I (regiões de Cacheu, Biombo e Oio), financiado pela Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), destinado a promover a produção de arroz e a diversificação de culturas (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 39).

Pelo prolongamento da crise econômica na Guiné-Bissau nos períodos da década de oitenta, através da baixa receita do Estado, e na tentativa de colmatar a crise, foi obrigado a adoção do programa de estabilização econômica pelo novo regime (ou governo) em março de 1983, passando a escolher um novo caminho para recuperar a estabilidade econômica por meio de financiamento do FMI e do Banco Mundial.

Contudo, nos anos de 1983 a 1986, a situação piorou pelo governo, sobretudo no que toca com o aumento do crédito interno, que, apesar de contribuir para a movimentação da moeda, levou à subida da inflação, como no aumento do crédito interno, o qual, destinado a cobrir défices orçamentárias, porém “levou ao aumento da dívida externa das obrigações com o serviço da dívida” (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 41).

Resumidamente, podemos observar os dados no exemplo a seguir:

enquanto em 1980 o total da dívida externa ascendia a 134 milhões de dólares, em 1985 atingia mais de dobro, 307 milhões de dólares; e enquanto em 1980 o serviço da dívida ascendia a 4,6 milhões, cinco anos mais tarde tinha passado para 9,0 milhões de dólares.

O programa de estabilização econômica, apesar do seu limitado impacto, levou ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) introduzido em 1987, novamente aconselhado e financiado pelo FMI/Banco Mundial e alguns doadores bilaterais (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 41).

O impacto da liberalização econômica na Guiné-Bissau nos anos de 1987 e 1989 resultou-se significativamente no crescimento econômico do país. Em 1987 houve um crescimento de 5,6 por cento; em 1988 o crescimento era de 6,9 por cento; e em 1989, de 9,6 por cento. Houve aumento de volumoso das importações e exportações; porém foi desvalorizado a moeda nacional, o que dá fracassou restrições nas “importações”, e o controlo

do mercado entre os estados foi eliminado. Isso pode estar na origem das consequências do uso dos produtos e na centralização de grandes mercados nas cidades (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 42).

Em 1989, a dívida externa da Guiné-Bissau aumentou “para 498,4 milhões de dólares, de 336,0 milhões três anos antes, representando 298,4% do produto nacional”. E o pagamento de dívida do mesmo ano aumento para 79,2 % de exportações de produtos e serviços, e a 7,3 % do PNB. As reservas internacionais do país, calculadas em 14,7 milhões de dólares em 1988, baixarem para zero (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 44).

Após a independência da Guiné-Bissau, o conflito que durou onze anos de luta armada, a situação político-econômica no regime do partido único foi abalada por entre outros: assassinatos e violação dos direitos humanos. O que levou o país a perder a sua capacidade política interna e externa, e com o princípio da transição política, o país recebeu ajuda financeira, ou seja, empréstimo proveniente do estrangeiro, através do financiamento do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Em 1987 e 1992, o país entrou rapidamente na dívida externa passando de 473 milhões para mais de 600 milhões de dólares americanos. “Os novos ricos tinham contraído dívidas supostamente para investir no desenvolvimento da economia, mas no fundo, o que se criou foi uma nova classe de ricos, com alguma liquidez, mas sem uma base econômica sólida” (AUGEL & CARDOSO, 1996, p. 20).

Segundo Julião Soares Sousa (2012), desde a primeira república, o desastre da economia do país era conhecido. Nos anos de 1982 e 1988, a quantia dos dados das “finanças públicas” importadas cresceu 1,3% em relação ao produto PIB da Guiné, atingindo 47% da fazenda pública.

O total das despesas deficitárias da média anual sofreu um acréscimo de 19,3%, entre 1982-88. Relativamente aos cortes dos gastos, o défice mostrou uma flutuação permanente, tendo baixado entre 1983 e 1985, com um aumento rápido em 1986, dois anos mais tarde, manteve-se em 4,2%.

De acordo com Sousa:

As receitas do Estado apenas podiam cobrir, em média, 71% do défice corrente e 24% do total das despesas.

As despesas só voltariam a baixar (30183,1 milhões de dólares) em 1998, comparativamente aos 44952,4 milhões de dólares do ano transato (1997) (SOUSA, 2012, p. 44).

Ainda segundo este autor, foi registrado um esquema negativo nos períodos de 1983-1988 na Guiné-Bissau no domínio das exportações para o mercado internacional, conforme apresenta os dados de despesa em dólar:

No domínio das exportações, registou-se uma média negativa, especialmente nos anos de 1983 (-27%), 1985 (-32%) e 1986 (-6%). Constatou-se que, de 1982 a 1988, houve um aumento sensível nas exportações, apesar da flutuação dos preços no mercado internacional. Este facto, aliado à diminuição das importações (de 69,4 milhões de dólares para 58,9 milhões de dólares) permitiu reduzir o défice da balança comercial de 57,6 milhões de dólares, em 1982, para 43 milhões de dólares em 1988. Em todo o caso, o ratio de cobertura das importações pelas exportações era apenas de 22,5 milhões de dólares, entre 1982-88, isto é muito pouco ainda para um país ambicioso. O défice na balança corrente atingiu os mínimos negativos entre 1986 (-23,0 milhões de dólares) e 1987 (-12,9 milhões de dólares), contra -35,2 milhões de dólares em 1982, -29,0 milhões de dólares em 1983, -36,2 milhões de dólares em 1984, -40,4 milhões em 1985 e -29,0 milhões de dólares em 1988 (SOUSA, 2012, p. 44-45).

Isso também influenciou o baixo rendimento da produção interna da Guiné-Bissau e o aumento das necessidades da população. O governo reduziu os “investimentos públicos”, acumulando dívidas que chegaram a “420 milhões de dólares de 1988, ultrapassando assim os 131,2 milhões de dólares de 1980, isto é, 16 vezes o total das exportações”. Maior parte da dívida que existia era de “médio ou de longo prazo” (SOUSA, 2012, p. 45).

Em matéria administrativa e fiscal, o governo tentou adotar medidas tendo em vista a redução e o controlo do défice público, ao procurar restringir o recrutamento de funcionários para a administração pública e reduzir os já existentes. Em 1996, logrou mesmo a saída voluntária da função pública de cerca de 13% dos 23 mil funcionários, incluindo militares e paramilitares. Isto é, cerca de 2990 trabalhadores. A medida não visava apenas a redução, mas também a melhoria das suas qualificações, das condições de trabalho e de transparência nos salários. Por outro lado, fixou os custos correntes de 1983 nos níveis de 1982 e corrigiu o sistema fiscal, com vista a uma maior racionalização e melhoria nas receitas do Estado, através da criação de novos impostos (SOUSA, 2012, p. 45-46).

No mandato da II república, houve alteração no setor educativo da Guiné-Bissau nos anos de 1975 e 1980, em que o governo toma o compromisso para a massificação da educação formal. No período de 1980, foi disponibilizado para o setor educativo um orçamento que chega aos 15,4%. Porém, a situação piorou seguidamente de maneira que o PAE (Programa de Ajustamento Estrutural) distribuiu as suas terríveis consequências nas organizações sociais e do Estado guineense. O que obrigou a saída de grande número de professores guineenses formados na Escola Tchico Té e em Aveiro (Portugal) e numerosos quadros, que poderiam dar uma valiosa/indispensável contribuição para a área da educação, a

procurarem outras localidades, como: Cabo Verde e Portugal (em busca de melhores condições de vida e de exercícios intelectuais). “Este é uma realidade inexplicável e nada abonatória para o almejado progresso do que país tanto carece. As futuras gerações não perdoarão todos os erros que estiveram na base do afastamento do seu território natal dos milhares de quadros nacionais” (SOUSA, 2012, p. 46).

Em 15 a 16 de novembro de 1986, o PAIGC realizou o seu IV Congresso, no qual, após ter se decidido mudar as organizações sociais e econômicas do país, se pretende elas sejam assumidas politicamente. Contudo, o partido e o governo, apesar de inicialmente terem reconhecido em termos formais essa ideia, aos poucos resultou-se numa necessidade que não conseguiram controlar. “Em termos formais ele é expresso nos discursos do Presidente de Conselho de Estado e Secretario Geral do PAIGC e mais tarde nas leis e nas reformas institucionais que foram adaptadas a partir de 1990” (AUGEL & CARDOSO, 1991, p. 24).

No II Congresso Extraordinário da revolução (do PAIGC), “de Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia”, que teve lugar de 20 de janeiro a 1 de fevereiro de 1991, centralizou-se o debate no multipartidarismo. Também houve aprovações de medidas sobre a abertura democrática autônoma e o reconhecimento da “Plataforma Pragmática de Transição”, tendo sido também recomendado a abolição do art. 4º da Constituição da República (que reconhecia o PAIGC como a única força dirigente da sociedade guineense) no mesmo ano. Além disso, foi tomada a medida para a “despartidarização das Forças Armadas e desvinculação da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) do PAIGC”.

Vale observar que, em decorrência à resistência ao sistema de multipartidarismo, no ano de 1991, foi realizada uma reunião pelo “Comitê Central” do partido no poder (PAIGC), na qual surge a carta dos 121, que foi assinada por um grupo de militantes fieis à ideologia do partido, tendo seguintes reivindicações:

- a democratização interna do PAIGC;
- o diálogo com a formações políticas nascente; ou
- a definição de uma linha politica clara que permitesse restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes (AUGEL & CARDOSO, 1991, p. 27).

No entanto, com o surgimento de partidos da oposição, não havia um bom relacionamento entre eles e o PAIGC. Tanto que, por exemplo, este partido entrou em confronto com “RGB (Movimento Ba-fatá), partido da resistência da Guiné-Bissau” no dia 14 de junho em Gabú no comício da inauguração da sede do partido deste último partido. “Apesar dos discursos pomposos como o do presidente da Assembleia Nacional Popular” o qual afirmava que todos devem optar pelo multipartidarismo como um dos aspectos mais avanços da democracia, sendo que pode garantir uma convivência coletiva e organizada, baseando-se na “valorização das liberdades individuais, igualdade e solidariedade” (AUGEL & CARDOSO, 1996, p. 28).

Com a tentativa de um suposto golpe militar de 1985, de que o Paulo Correia foi acusado, na altura, primeiro vice-presidente do conselho do Estado, de tentar lutar contra o poder, acontecia um alto terror que criou tensão profunda tanto, sobretudo, no país, quando no exterior o que obrigou o partido a perder militantes.

Outra crise dentro do partido veio através da assinatura da carta dos 121, o PAIGC tendo sido dividido “verdadeira e nitidamente em dois grandes grupos: os que são a favor da mudança e os que, embora aceitando-a formalmente e de coração para fora, tendem a diferença o status quo” (AUGEL & CARDOSO, 1996, p. 30-31).

Neste contexto, um grupo de pessoas descontentes assinantes da carta dos 121 fez oposição ao PAIGC, principalmente por não terem nenhuma influência política, por isso, decidiram criar, em outubro de 1992, o Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD). Dentre eles havia novos participantes na vida política guineense, pertencente à pequena classe da burguesia urbana, integração “técnicos, assalariados e empobrecidos”, três camadas que se repartiram por três partidos. Porém, enquanto que, por um lado, o Partido da Convergência Democrática (PCD) tem grande influência em juntar grande parte de quadros técnicos e os intelectuais, por outro lado, os assalariados das cidades e de pouco rendimento e boa parte dos camponeses formaram “a base da social Frente Democrata Social (FDS)”. Por seu lado, o Movimento Ba-fatá, criado em 1986, era considerado bem implantado com grande parte da população camponesa e um pequeno número de antigo “servidores do aparelho colonial (burocratas, militantes e pessoas da profissão liberal)”.

As primeiras eleições democráticas tiveram lugar em 1994, presidencial e parlamentar nos meses de julho e agosto. Em 3 de julho, realizou-se a eleição presidencial,

que teve a segunda volta em 7 de agosto, mas houve uma crítica de que o partido no poder usava os recursos de Estado para mobilizar a população, o Presidente eleito foi João Bernardo Vieira (Nino), autor do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, chefe mais destacado na luta de libertação da Guiné e Cabo Verde, o grande carismático, na busca de eleitores, defendia sempre a nação na base da unidade do povo guineense (AUGEL & CARDOSO, 1996).

Por tanta desconfiança da tentativa de golpe de Estado, o Presidente de república Nino Vieira convocou uma reunião de “Congresso extraordinário do partido no poder (o PAIGC)” no ano de 1981, a ideia desse congresso era juntar o poder numa única força política, e isso resultou numa “grave crise político-institucional” na época de 1982-1984, através de constante transição dos ministros, algumas vezes por “incompetência declarada dos governantes”, e outras vezes pela “resistência contra as tentativas de centralização do poder por parte do Presidente da república” (SOUSA, 2012).

Na verdade, para além da constituição de 1984, que lhe outorgava amplíssimos poderes, Nino Vieira passou também a acumular a chefia do PAIGC, como secretário-geral, e do governo (...), depois de extinguir o cargo e de afastar Victor Saúde Maria acusado de estar a planear um golpe de Estado (SOUSA, 2012, p. 38).

Entretanto, a mais dura e perigosa situação da instabilidade social na Guiné-Bissau durante a estadia do presidente Nino Vieira no poder foi o “Caso de 17 de outubro de 1985”, que conduziu a detenção de 63 oficiais e civis; mas tudo isso se fundamenta na “tentativa de golpe de Estado”, e esse problema de tentativa de assalto ao poder resultou-se no assassinato de “Paulo Correia, Viriato Pã, Pedro Gomes Ramos, Braima Bangurá, Binhamquerem na Tchanda, Nbana Sambú”, e outras pessoas foram mortas na prisão de 2ª esquadra, no caso de “João da Silva, Agostinho Gomes, Bighate na Bihat, Fore n’Bitna, António Biak Cabi e Joãozinho”. A maioria dos oficiais das forças armadas fuzilados estava ao lado de “Nino Vieira” no movimento reajustador, de 14 de Novembro de 1980; “João da Silva, Bighate na Bihat e Paulo Correia” integrando o “conselho de revolução”.

A pesar de quatro pessoas tivessem sido libertos, acabaram por morrer conseqüentemente por não poderem aguentar a tortura na prisão. Além desse número mencionado, acrescenta-se que, anteriormente ao Caso 17 de outubro, perderam vida cinco pessoas, devido a outros acontecimentos. Isso foi um dos grandes fracassos do poder de Nino Vieira nacional e internacionalmente, não obstante as interferências de Santa Sé e de

“políticos portugueses, como Mário Soares”, no momento em que a “palavra ordem” era paz e “reconstrução nacional”.

Em resposta a essas mortes perpetradas na época, Sousa argumenta que nada justifica a morte sem piedade de um ser humano e que “para além da vida não há mais nada”. Segundo ele, “no combate político, a única arma deve ser o verbo. Tirar a vida a um ser humano é algo incompreensível nos tempos que correm”, na Guiné-Bissau, aconteceu muitos crimes de assassinatos que geraram ódios, havia alguns políticos que tiveram o privilégio de permanecer no poder durante muitos anos, porém a associação “justa ou injusta” deles aos mortos levou-os a perderem tudo, por criarem inimizades e “ódio mortais que, por vezes”, se resultam tragicamente (SOUSA, 2012, p. 39).

De acordo com Campos (2012), o momento sangrento que deixou o poder de Nino Vieira em falência foi a acusação de assassinato do grupo de cinco pessoas atrás mencionadas, incluindo Paulo Correia, heróis da mesma trincheira da luta de libertação nacional. Com isso, o Nino começou a perder a confiança do balantas, os quais têm mais e maior número de combatentes da liberdade da pátria e mais pessoas que integrantes das forças armadas da Guiné-Bissau.

Após 1980 o país apresenta poucos sinais do progresso socioeconômico por falta de quadros técnicos e superiores suficientes “bem qualificados para administrar as instituições do Estado”, mas através do desvio do comportamento “institucional voltada à corrupção”, e a maioria dos países socialistas que ajudavam a Guiné-Bissau reduziram suas ajudas financeiras que prestavam ao país.

A educação é um dos caminhos importantes e que tem um papel preponderante para o progresso da Guiné-Bissau. “Apostar no investimento voltado ao setor do ensino básico e formação técnica e superior constitui um fator de estabelecimento que poderá abrir as portas” para o progresso do país (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 241). E ela cita o presidente Nino Vieira, o qual afirma que:

Nenhum país se pode desenvolver com analfabetos. O desenvolvimento consegue-se com quadros capazes que se entreguem, diariamente, a essa tarefa. Entretanto, nenhum país se desenvolve só com quadros superiores. O desenvolvimento consegue-se, sim, com quadros superiores, médios, bons carpinteiros, bons mecânicos, bons ferreiros e outros. Se não houver uma junção desses quadros não podemos jamais desenvolver a nossa terra. Por isso, não podemos pensar, nunca, que só teremos valor na nossa sociedade quando formos doutores, engenheiros. É mentira. Todo e qualquer cidadão

tem o seu valor na nossa sociedade, desde que produz e aumente a sua produtividade diariamente (VIEIRA Apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 241).

Na apresentação do programa social do partido PAIGC, que era única força dirigente do controlo do Estado da Guiné-Bissau, destacam-se os seguintes pontos:

- a liquidação da exploração do homem pelo homem;
- a liquidação da miséria e da ignorância;
- a criação de obras de bem-estar social ligadas à atividade produtiva;
- a assistência social a todos os cidadãos que dela necessitem involuntariamente (MONTEIRO & MARTINS, 1996, p. 158).

A educação na Guiné-Bissau é considerada obrigatória à formação de um homem novo e capacitado a fim de contribuir para o progresso da pátria, tendo um novo olhar para o mundo científico, sustentando-se no princípio de “materialismo dialético”, contudo essa conduta deve refletir-se no comportamento do partido PAIGC. Uma das especificidades do homem novo era a interpretação revolucionária dos “fenómenos sociais”, relacionadas aos “princípios de materialismo histórico”; isso era uma das formas adotadas pelo partido para influenciar na atitude de vanguarda histórica e no dia-a-dia do educando, com base nos conteúdos selecionados. O acesso ao ensino era gratuito, e a educação era considerada fundamental para todos os cidadãos guineenses, independentemente da idade, do sexo, das origens, crenças e convicções; porém tendo o monopólio do Estado. A obrigatoriedade e a gratuidade da educação eram a forma pela qual o Estado queria pôr o fim ao analfabetismo na Guiné-Bissau e contribuindo para a democratização do ensino (MONTEIRO & MARTINS, 1996, p. 158-159).

Com essa gratuidade do ensino, procura-se garantir o crescimento dos recursos humanos bem qualificados para contribuírem para o progresso econômico. A emergência do novo Estado revolucionário mudou os quartéis dos militares em escolas e dinamizou campanhas de sensibilização que tinham como lema: “todos os que sabem ensinam os que não sabem”. Seria, por outras palavras, compartilhamento dos saberes. Essa ideia conduziu maioria de jovens a procurarem a porta da escola (MONTEIRO & MARTINS, p. 159).

Os motivos de descontentamento de ex-comandante e ex-presidente da República da Guiné-Bissau Nino Vieira relacionaram-se à promoção dos patentes militares dentro das

Forças Armadas em 1979, e os ex-combatentes sentiam-se profundamente injustiçados diante do sistema de cotas, que dava acesso à promoção dos “jovens caboverdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde e sem nenhuma legitimidade militar” para dirigirem “os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria”. Nino Vieira, entendeu que não tivesse sido promovido de maneira justa, considerando o passado histórico da luta de libertação nacional, por isso, acabou por reagir de uma maneira que os juristas consideram de legítima defesa (SANGREMAN et al., 2006, p. 13-14, ver tb. SÁ, 2010, p. 24).

Segundo Koudawo (2001), a extinção do Art 4 da constituição de 1984 da Guiné-Bissau, em 5 de maio de 1991, deu a primeira fase da democracia no país, mas com uma lentidão através da pressão por parte de opositores do regime interno e externo, ligadas ao momento de grande tensão. As pessoas que faziam parte da famosa carta dos 121 são intelectuais e militantes do partido PAIGC. Essa carta foi publicada em junho de 1991 exigindo a democracia interna dentro do partido PAIGC, mas provocou uma alta tensão no partido, o que criou um clima de medo no país entre os políticos (KOUDAWO, 2001, p. 136-137).

O pronunciamento da abertura política na Guiné-Bissau foi em janeiro de 1991 pelo presidente Nino Vieira, no “II Congresso Extraordinário” do partido PAIGC, tendo a revisão e alteração da constituição que permite o multipartidarismo, “a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa”.

De 1992 a 1993, acompanharam-se o nascimento e a ploriferação de muitas composições de partidos políticos, totalizando 13 partidos que eram legalizados, os quais participavam na corrida às eleições legislativas de 1994; porém, dentre esses partidos, somente a Frente da Libertação Nacional da Guiné (FLING) e a Resistência da Guiné-Bissau (RGB-MB) não se resultaram da consequência da divisão do PAIGC ou da criação dos ex-militantes ou dirigentes (SANGREMAN et al., 2006, p. 14-15).

O processo de legalização de partidos políticos na Guiné-Bissau inclui entre outros: Partido da Democracia e Progresso (PDP), de Amine Saad, a Liga Guineense de Protecção Ecológica (LIPE), de Bubacar Djaló, e Fórum Cívico Guineense-Social Democracia (FCG-SD), considerado o único partido com a liderança feminina, na pessoa de Antonieta Rosa Gomes, tendo juntado 12 partidos independentemente do PAIGC (HAVIK, p. 155).

A abertura democrática teve lugar na Guiné-Bissau em 1991, o que deu a proliferação de vários partidos políticos; antes do surgimento dos partidos recém-nascidos, já havia o partido FLING, que antecedeu o próprio PAIGC, tal como explica Candé Monteiro:

Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGB-MB); Frente Democrática (FD); Partido da Renovação Social (PRS); e outros partidos que surgiram depois da abertura política. Por outro lado, vale salientar que já existia a Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING) desde a época da luta de libertação, muito antes da existência do PAIGC, e que também ressurgiu (CANDÉ MONTEIRO, 245).

De acordo com Elisabete (2009), a abertura democrática que acontecia na Guiné-Bissau, na década de 90 a 91, em fevereiro deste ano, o congresso extraordinário do PAIGC decidiu pela implementação do multipartidarismo no país. Nesse congresso, a eleição para “Comitê Central” foi, pela primeira vez, através de “voto secreto”, o que anteriormente se fazia de braço ao ar. Conforme a autora, essa ação do partido tinha como objetivo demonstrar à comunidade nacional e internacional a intenção de reformar a política.

No mês de agosto de 1992, foi criada uma “Comissão Multipartidária da Transição” (CMT) com o intuito de harmonizar os dois poderes entre o partido no poder e a oposição para se tornarem sólidos, o que se deu num desentendimento após uma disputa judicial entre os partidos opositores legalizados e partido no poder, sendo que este não mostrava a vontade para uma abertura política com regras de jogo evidentes. E esta comissão acima mencionada marca uma novidade da participação da oposição no pluralismo integral, confirmada pela “Comissão Nacional de Eleições” (CNE) no mês de janeiro de 1993, que envolve diferentes partidos políticos opositores.

Os partidos opositores elaboraram com antemão as condições de sua participação e da organização das eleições pluralistas, contribuindo para baixar a pressão política e avançar o processo do escrutínio, mas culminou com o caso 17 de março de 1993, em que morreu um oficial das forças armadas, num dos quartéis de Bissau (KOUAWO, 2001).

Segundo este mesmo autor, com o assassinato desse oficial, foi interrompido o processo de escrutínio na Guiné em agosto de 1992. Morte considerada como ajuste de contas por “tráficos inconfessáveis” na preparação de golpe do Estado, não previsto no dia 17 de março, levando à morte um dos homens de confiança do presidente da república “Nino Vieira”, o que fez regressar a desconfiança entre o partido no poder e o da oposição. Além disso, a perseguição de muitos líderes dos partidos políticos opositores na época fez crescer

equivocos quanto ao processo da “liberalização política”. E em fevereiro de 1994, foi ultrapassada a situação por meio de julgamentos e de perdão dos líderes políticos opositores acusados de “conspiração contra a segurança do Estado” (KOUAWO, 2001).

Após o golpe de oitenta, João Bernardo Vieira assumiu o poder como Presidente da República da Guiné-Bissau, devido à questão de disputas constitucionais entre ele e Vitor Saúde Maria, este, que era o seu Primeiro Ministro na altura, acabou por se demitir. Fala-se da intenção de Maria em tornar mais solido “os poderes constitucionais do Chefe Executivo” como base da disputa. No entanto, com a demissão de Saúde Maria, Vieira assumiu o cargo do chefe do Executivo, pelo pronunciado do Conselho Revolucionário. Neste contexto, Vieira passa a acumular o poder, sendo ao mesmo tempo Presidente da República e Primeiro Ministro; e, por isso, Victor Saúde Maria sentiu-se inseguro, acabando por se refugiar na embaixada de Portugal em Bissau.

O Nino Vieira foi democraticamente eleito nas eleições de 1994, tinha de novamente estruturar o governo e eleger um Primeiro Ministro, porém a escolha do Primeiro Ministro tornou-se um processo muito dificultoso por parte dele e do seu partido, PAIGC. O próprio partido obteve a maioria parlamentar dos 100 lugares, conseguindo 62 assentos e com esta maioria absoluta poderia até realizar tranquilamente uma boa escolha para o presidente. Entretanto, Nino Vieira enfrentou grande crise interna pela oposição dentro do seu partido, por ter nomeado Carlos Correia como o pessoal da confiança para o cargo do Primeiro Ministro; enquanto que o partido prefere Saturnino da Costa para esse cargo, conhecido como opositor de Vieira dentro da organização do partido (AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 18).

Vale lembrar que “em 1991, no II Congresso Extraordinário” do partido PAIGC, por meio de uma votação realizada, Saturnino foi eleito como “Secretário-geral” contra vontade de Nino Vieira; contudo, a nomeação do Primeiro Ministro foi na base da eleição do “Comité Central”. Na altura, dois candidatos, Saturnino da Costa e Carlos Correia, manifestaram as suas candidaturas junto ao “comité central”, mas o vencedor foi Saturnino, que obteve “uma margem ampla, não deixando, portanto, o Nino Vieira outra opção senão a de nomeá-lo, apesar da rivalidade partidária, ao cargo do Chefe do novo governo”. Após a eleição da primeira “Assembleia multipartidária” na Guiné-Bissau, o Primeiro Ministro foi nomeado pelo partido, e não pelo Presidente da República. As relações entre Saturnino da Costa e Nino Vieira começaram a ser conflituosas, desde que, na ausência do Presidente Vieira, da Costa aproveitou para exonerar muitos “Diretores-Gerais de departamento de

estado e das empresas públicas”, nomeando pessoas de sua confiança. Nessa situação, o relacionamento entre os dois complicou-se mais ainda, num momento em que a “situação social e econômica do país” não eram boas. O povo guineense protestou-se com greves, reivindicações, na altura em que o dinheiro dos funcionários do Estado não saia alguns meses (AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 18-19).

Com a entrada da Guiné-Bissau em UEMOA em 1997, aderindo, assim, à CFA, com a expectativa de obter um crescimento econômico no país, contudo, ao invés de uma estabilidade econômica e da “criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo”, o país entrou-se numa situação desastrosa ao nível sócio-econômico, por falta de acompanhamento de “medidas macro-econômicas sólidas” que pudessem assegurar o progresso. E isso fez crescer pressão externas de países francófonos, principalmente Senegal, e “consequente descapitalização do país”.

Nessa situação, tal como afirma Sangreman et al. (2016), generalizou-se a insegurança e o sentimento de um impasse político na Guiné-Bissau geraram revolta militar. As forças político-militares anti-Nino evidenciaram, logo no começo do levantamento militar de 7 de junho de 1998, que a origem do conflito, menos de um mês após o fim do “VI Congresso” do PAIGC, foi o seguimento “natural de guerra de palavras” fechadas no debate político que passa para um conflito violento provocado “pelo impasse que constitui o seu desfecho político”, devido à falta de diálogo interno no partido.

Além disso, considerava-se que havia ligação entre a crise no seio das Forças Armadas e a crise política do PAIGC, pensava-se que os problemas enfrentados pelos militares seriam debatidos e resolvidos pela política do partido no poder; pelo fato de os problemas deles não tivessem merecido atenção no VI Congresso do partido PAIGC, levou ao aumento “de clima de inquietação” dentro desse partido, sendo considerado um dos fatores que resultou numa grave crise e na revolta dos militares (SANGREMAN et al., 2006, p. 15).

Segundo estes autores, sobre esse conflito pode-se fazer uma análise quanto à dimensão política externa, em que destacaram a existência de rivalidade entre Portugal e França, que consiste numa rivalidade desde tempos remotos.

A revolta militar de 7 de junho de 1998, contra o presidente Nino Vieira, por destituir o chefe das Forças Armadas Ansumane Mané do cargo, interrompeu as reformas pensadas na Guiné-Bissau. Em consequência dessa tensão político-militar na época, o Produto

Interno Bruto (PIB) do país desceu para 30%; o baixo progresso produtivo da economia guineense conduziu o aumento da taxa do índice do desemprego. Anteriormente o órgão administrativo do Estado do país funcionava com grandes obstáculos de assegurar os funcionários, e o governo enfrentava dificuldades no gerenciamento das coisas. Nessa situação, conforme Franklin Gomes Correia de Sá (2010, p. 20), a Guiné-Bissau apresentava seguintes características:

- Altos índices de desemprego;
- Baixo nível educacional;
- Falta de assistência médica para população em geral;
- Falta de habitação decente para os trabalhadores.

Em termos da exploração da matéria-prima o país depende muito da “agricultura e da pesca”, beneficiando de “um programa do Fundo Monetário Internacional (FMI)” para ajustamento estrutural. Além disso, existe uma grande procura pela castanha de caju do país internacionalmente, essa qualidade da castanha faz com que o produto tenha aumentado de preço de compra atualmente. A Guiné-Bissau faz exportações de “peixes e mariscos, amendoim, semente de palma e madeira”, consideram-se as “licenças de pesca” a importantíssima fonte da receita para o país. Em nível do consumo local, “o arroz é o cereal é um ingrediente indispensável” (CORREIA DE SÁ, 2010, p. 21).

Com a subida de Nino Vieira ao poder como o presidente da República, o seu regime falhava, durante o exercício de suas funções, apareceu muitas desconfianças de golpe e não golpe pelos companheiros da mesma trincheira. Nessa situação, não havia o tempo de pensar, ou seja, de criar as condições necessárias para cativar os conterrâneos “intelectuais, quadros competentes e outros letrados espalhados por efeito da diáspora”, levando, assim, muitos técnicos formados à procura de “melhores condições de vida” em diferentes países do mundo. Os próprios formados que estão na diáspora poderiam contribuir para o progresso do país. Portanto, a ideia do partido PAIGC era de se defender sozinho, “em detrimento” do progresso da Guiné-Bissau (CORREIA DE SÁ, 2010, p. 27).

Após as primeiras eleições democráticas na Guiné-Bissau de 1994, Nino Vieira, durante três anos de mandato, foi destituído por um golpe de Estado de 1998, que resultou no primeiro conflito civil na Guiné-Bissau, chefiado pelo Brigadeiro Ansumane Mané, chefe de

Estado Maior General das Forças Armadas e o companheiro de luta de Vieira na frente sul contra o colonialismo português. Nino Vieira acusou Mané de tráfico de armas para a região vizinha de Cassamança, uma região raiano do Senegal, que na época colonial lutava “pela sua autodeterminação e independência do Senegal, quando era dominado pela França” (CORREIA DE SÁ, 2010, p. 32).

De acordo com Koudawo (2001), a crise político-militar de 7 de junho de 1998 que ocorreu na Guiné-Bissau levou o país à violência durante onze meses de conflito, tendo emergido a sombria história de venda de armas para o “Movimento das Forças Democráticas de Canssamense” (MFDC) da região vizinha. No entanto, fala-se na existência de vários fatos enraizados profundamente que “remontam por vezes às próprias” situações do surgimento do Estado da Guiné-Bissau, no princípio da década de 70. Seguem-se os motivos mais evidentes conforme Koudawo (2001):

- os traços duráveis deixados pelo processo de acesso à independência ao fim de onze anos de guerra de libertação nacional levada a cabo por um partido armado: o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde;
- a questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da guerra de libertação
- o crescente fosso, desde a libertação econômica lançada nos anos 80, entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximos dos círculos do poder político, e a grande maioria dos antigos combatentes proletariados, que viviam tanto pior a sua condição de lumpen na medida em que estimavam ser libertadores abandonados por um sistema iníquo gerido pelos seus próprios antigos companheiros de luta;
- a incompleta despartidarização das Forças Armadas, que, no origem, eram o braço armado do PAIGC;
- a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucionais nas forças armadas nacionais;
- a difícil adaptação do antigo partido único, o PAIGC, ao novo contexto pluralista onde, ao mesmo tempo que às oposições externas, deve fazer face a oposições internas que dão origem a conflitos mal geridos a cada vez mais agudos;

- os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito com um poder despersonalizado, e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências;
- a prevalência da má governação com profundas deficiências da administração de Estado, uma ineficiência crônica na utilização dos recursos, uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos, etc (KOUDAWO, 2001, p. 141-142).

De acordo com Américo Campos (2012), o levantamento do conflito político militar de 1998, guiado pelo Brigadeiro Ansumame Mané, quando era demitido das “funções do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas” pelo presidente João Bernardo Vieira (Nino), deu abertura ao conflito civil, que conduziu números mortos de seres humanos, destruições de infraestruturas na cidade e emigrações de cerca de 300 000 habitantes da capital, Bissau. Em 1999, com a derrota do Presidente Nino Vieira, o término da guerra foi marcado pelo vandalismo, havendo a destruição e pilhagem do palácio presidencial (CAMPOS, 2012, p. 54).

Com o progresso nos trabalhos da comissão parlamentar, a Guiné-Bissau continuava com instabilidades cíclicas. Eram vistos sinais de desordem vindos tanto de arredores da “presidência como dos partidários do chefe do Estado-Maior, suspenso por negligência”. Os mais próximos do Presidente da República enquanto negavam de “ir responder à comissão de inquérito”, um grupo de ex-combatentes da liberdade da pátria publicou uma nota aconselhando a não manipulação dos resultados do inquérito para que não haja a omissão dos factos. Esta tensa situação de suspeição prejudica a calma da comissão do inquérito no apuramento dos resultados de seus trabalhos. A sessão parlamentar programava a leitura do relatório para o dia 8 de junho de 1998 pela comissão escolhida, porém surpreendentemente foi demitido o Chefe de Estado Maior General das Forças das funções Armadas Brigadeiro Ansumane Mané em 5 de junho do mesmo ano. Entretanto, o próprio Mané conduziu um levantamento militar em 7 de junho de 1998 (KOUDAWO, 2001, p. 143).

De acordo com Azevedo-Harman (2009), a primeira crise que a Assembleia Nacional Popular (ANP) confrontava foi de conflito político militar de 1998, que abalou fortemente a Guiné-Bissau. E a ANP criou uma “comissão parlamentar de inquérito sobre o caso” de venda de armas para a região vizinha de Cassamanse. No entanto, no relatório que foi apresentado pela comissão de inquérito, os deputados alegaram que as pessoas envolvidas

no tráfico de armas foram presas no controlo de “Safim” e que, devido à tortura delas, foram obrigados a indicar nomes, “em particular o nome de Ansumane Mané”. Essa declaração da comissão do inquérito levanta as intenções e a verdade dos depoimentos de Nino Vieira, o qual tinha responsabilizado abertamente Ansumane Mané. Além da acusação de Vieira ao Mané, ele já o suspendeu da sua função de Chefe de Estado Maior (AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 23).

Durante o desenrolar do conflito político militar de 1998, os deputados mostraram as suas coragens e independência política; numa situação difícil e perigosa, organizaram uma “sessão extraordinária”, que teve lugar em 27 de novembro de 1998, tendo a participação de 78 deputados dos 100 que compõem a Assembleia Nacional Popular. Nessa sessão extraordinária, aprovou-se uma decisão “com 69 votos a favor e 9 abstenções de voto”, que tirava ao presidente Nino Vieira a confiança política; esta declaração juntou os deputados da oposição com os do PAIGC. E, nessa situação de isolamento, Nino Vieira não tinha apoio político de vários dirigentes do PAIGC, sendo militarmente derrotado em 1999.

O conflito teve o seu fim com a destruição total do palácio presidencial, o Presidente da República Nino Vieira retirou-se horas antes para a Embaixada de Portugal, onde permaneceria de “7 de maio a 6 de junho de 1999”, de outro lado, Portugal permitiu-se exilado político do presidente destituído. E o Portugal fez a concessão do refúgio político ao Nino Vieira, assinando na embaixada a declaração de renúncia, e ele não deixou de mostrar o seu sentimento de retornar ao país de origem, declarando que: “é com enorme tristeza e preocupação, mas sem quaisquer ressentimentos, que sou forçado a deixar a Guiné-Bissau, esperando, no entanto, que, algum dia ser-me-á possível fazer a viagem de regresso em paz e como simples cidadão amante da sua terra” (Declaração de Rendição incondicional, Nino Vieira, 1999 apud AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 23-24).

Observe que esse conflito político militar de 1998 teve envolvimento de militares estrangeiros de países vizinhos, nomeadamente Senegal, que enviou dois mil e duzentos (2200 soldados) e Guiné Conakry, que enviou quatro centos (400 homens), para apoiar o regime do Presidente Nino Vieira. O apoio deste último país vizinho é considerado por responsabilidade de “Lansana Conté”, que queria retribuir ao velho companheiro o apoio dado durante a rebelião militar de fevereiro de 1996, em que foram mortas 50 pessoas, havendo vários feridos e prisão Alpha Condé, que atualmente o Presidente da Guiné Conakry (SOUSA, 2012).

O desenvolvimento do conflito político militar no território da Guiné-Bissau resultou-se na divisão de dois blocos: o da Junta Militar e o do Governo. Diversos acordos foram assinados no país para garantir a paz, tal como demonstra Julião (2012):

Com efeito, ao longo do conflito de 11 meses, vários acordos de cessar-fogo foram assinados, mas rapidamente postos em causa. O primeiro foi assinado sob os auspícios da CPLP, a 26 de Julho de 1998, seguindo-se-lhe o da Praia, de 26 de agosto de 1998, com o apoio da CPLP e da CEDEAO, o último foi o de Abuja, de 1 de novembro do mesmo ano, patrocinado pela CEDEAO. Neste acordo, as duas partes em conflito (Governo e junta Militar) comprometiam-se, entre outros pontos, a assegurar a retirada das tropas estrangeiras (do Senegal e da Guiné Conakry) que tinham vindo em auxílio do Presidente Nino Vieira, no âmbito de acordos de cooperação militar firmados no passado, e a sua substituição por uma força da ECOMOG; a formação de governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN); e organização de eleições legislativas e presidenciais, até fins de 1999, supervisionadas por observadores da CEDEAO, da CPLP e da ONU. O acordo foi rubricado por Nino Vieira e Assumane Mané, na presença de Abulsalami Abubakar (Chefe de Estado das Forças Armadas da República Federal da Nigéria) de Yahya A. J. J. Jammeh (Presidente da República da Gâmbia), do secretário executivo da CEDEAO, Lassana Kouyate, pelo ministro da Comunicação e representante do Presidente da República do Togo e Presidente em Exercício da CEDEAO, Sr. Koffi Passou, do secretário-geral das Nações Unidas e secretário-geral adjunto pelos Assuntos Políticos, professor Ibraima Fall, e do secretário-geral da ONU, Adwoa Coleman (SOUSA, 2012, p. 53).

De acordo com Mendes (2010), desde a existência da democracia na Guiné-Bissau, não existe um governo eleito que consegue terminar o seu mandato, assim como nenhum presidente consegue fazê-lo ainda, por causa de sequência de golpes de Estado e de perseguições políticas.

Os responsáveis por esta instabilidade são alguns guineenses e também os parceiros da Guiné-Bissau: Portugal (ex-potência colonizadora), o PAIGC, o poder militar, os partidos políticos, a comunidade internacional, a diplomacia francesa que insiste em manter o controlo de Casamansa a favor da vizinha República do Senegal (MENDES, 2010, p. 70).

Segundo Patrícia Godinho Gomes, o novo cominho aberto pelo conflito político militar na Guiné-Bissau tem a ver com a ligação entre o “poder militar e o poder político”, o que acabou por se sobrepor ao fragilizado sistema político do país. Por esta instabilidade do poder político, tornou-se um fardo pesado a reforma do setor de defesa e segurança, complicando a má resolução das necessidades dos antigos “Combatentes da Liberdade da Pátria”. Devido a isso, tentaram-se realizar reformas desde 1980, 1990 e ao começo de ano 2000, mas acabaram por não ter bons efeitos (GOMES GIDINHO, s.d. p. 2).

Em 1984, foi fundado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) por Carlos Lopes e, com grande influência dele, mobilizaram-se alguns jovens pensadores guineenses comprometidos como Carlos Cardoso, Diana Lima Handem e Abdulai Silá, para tratar sobre as grandes deficiências nas “áreas de investigação científica” que se mantêm em conexão com a “pesquisa e o desenvolvimento”. O grande motor do desenvolvimento de uma nação não se encontra nas “riquezas naturais”, mas sim nos “recursos humanos”, cientes disso, eles labutaram com força e suor de manter o instituto em funcionamento no espaço das instituições importantes dentro da realidade sócio-política da Guiné-Bissau pós-colonial (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, p. 473-474).

O funcionamento do INEP é de conservar e superar “a capacidade de pesquisa na Guiné-Bissau”, estruturando-se em três partes fundamentais: nas áreas de pesquisa antropológica, histórica/política, “bem como nos assuntos contemporâneos” de progresso “sócio-econômico, e questões ambientais, conseguiu autonomia operacional que lhe possibilitou definir, planejar, executar e controlar criativamente a agenda de pesquisa, facilitando assim os seus investigadores a inovarem, experimentarem, e aprenderem”. Vale ressaltar a importância quanto à gestão dos assuntos dessa instituição assente na transparência e prestação de contas (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, 474).

Durante a implantação do INEP, uma das grandes dificuldades encontradas era a estruturação de uma “biblioteca e arquivos funcionais”. Retomando o período pós independência, o lugar reservado para conservação: “herdado Centro de estudos da Guiné portuguesa, construído pela biblioteca nacional e Arquivos e Museu etnográfico”, foi despejado de uma forma brutal para garantir o espaço ao novo “Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Esse despejo/esvaziamento causou, significativamente, a redução de muitos conteúdos: “rica coleção de milhares de livros / documentos valiosos e centenas de raras peças de arte”.

As ajudas financeiras e técnicas recebidas do SAREC (Suécia) e do CRDI (Canadá) facilitam o INEP na implementação de uma biblioteca pública a nível nacional, contendo mais de “80000 referências e Arquivos histórico”, sendo constituído por uma valiosa coleção de documentos coloniais oficiais recuperados tanto dos antigos arquivos centrais em Bissau como também dos diferentes “centros administrativos regionais”.

A capacidade de recolha e proteção desta instituição à memória do país sub-regional foi notável, sendo que atingiu um número superior a 10.000 referências da biblioteca que tratam sobre a “África ocidental”. O INEP tinha a mais completa “coleção de livros da Guiné-Bissau. Esta foi completada com 7 quilômetros de arquivos, 3000 horas de gravações da história contemporânea, 8000 fotografias do período colonial, uma serie de cartografia e um vasto e único arquivo microfilmado de estudos e consultorias feitas desde os anos 1980”. (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, p. 474).

Desde a sua existência, o instituto brilhou pela criação e divulgação do conhecimento, trabalhando nas publicações e nas amostras de novos saberes. Além disso, os pesquisadores engajavam-se seriamente em diferentes áreas de conhecimento existentes neste instituto, tanto na pesquisa fundamental, quanto na aplicada principalmente nas “ciências sociais – história, antropologia, sociologia, economia, ciências políticas e estudos ambientais. Dezenas de livros foram publicados na série monografia Kacu Martel (catchu martel) e centenas de artigos apareceram no Soronda, revista de estudos guineense e [em] vários outros jornais. Na série literária Kebur lançada recentemente, oito livros foram adicionados à longa lista das publicações do instituto”. Resumidamente, ao todo mais de 250 publicações foi feito pelo INEP desde a sua fundação em 1984 (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, p. 474).

Além das publicações realizadas no INEP, foram também implementados os projetos de pesquisa de diferentes áreas de estudos:

- um estudo sobre recursos humanos e cooperação técnica (NATCAP), financiado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento));
- dois grandes estudos sobre efeitos sócio-económicos de programas de ajustamento estrutural, financiados pela ASDI (Suécia)
- um estudo sobre o papel da mulher na economia nacional, financiado pela Unesco
- um estudo sócio-antropológico sobre a SIDA, financiado pela União Europeia e a OMS
- um estudo sobre a segurança alimentar, financiado pelo Banco mundial.
- um estudo sobre o processo da democratização guineense, financiado pelo CECI (Canadá) e SAREC (Suécia);

- os estudos nacionais prospectivos a longo prazo (NLTPS), Guiné-Bissau 2025, financiado pelo governo dos Países Baixos;
- estudos de base financiados pela União internacional para a conservação da natureza (UICN), que resultou na criação de pequenas nacionais / áreas protegidas no país, e o reconhecimento pela Unesco (programa Man and Biosphere) do arquipélago Bolama-Bijagós como uma reserva da biosfera, em Junho de 1996 (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, p. 474-475).

Com efeito, o INEP construiu o lugar acadêmico e político em que cada corrente de opinião pudesse crescer, exercendo sua perspectiva. O instituto não ficou restrito à pesquisa, tendo criado também espaços para a realização de atividades acadêmicas, como seminários, conferências e palestras nacionais, sub-regionais e internacionais. Mesmo no regime do partido único (sistema rígido, oficialmente abandonado em 1991), os intercâmbios acadêmicos aconteciam também. O INEP reservava um espaço de discussão crítica e de reflexão “sobre as sérias crises de desenvolvimento” vivenciadas no país, nas zonas de “sub-região” e no continente africano.

Vale destacar o lançamento da Associação guineense de ciências políticas (ACIPOL) em novembro de 1994, a qual foi acolhida pelo Inep.

Esse instituto faz parte de várias instituições acadêmicas tanto no país, assim como no continente africano. Sendo, entre outros, membro da “rede pan-africana de instituições de pesquisa” (Cadesria), da “rede de estudos prospectivos em longo prazo de Futuros Africanos (Pnud)”, que incorpora “13 centros africanos de excelência” comprometidos com “reflexões de longo prazo” e criação de performances para pôr o fim a “crises de desenvolvimento” que atingem o continente há muito tempo.

Entretanto, no conflito de 7 de junho de 1998 o INEP foi mantido como base de instalação militar, tendo sido bombardeado nesse período e conseqüentemente destruído a sua infraestrutura física. Além do bombardeamento, o INEP sofreu roubos e vandalismo divulgado. E a informação difundida na internet em setembro de 1998 afirma que os danos causados a esse instituto zeraram os esforços empreendidos para garantir ao país “um centro de documentação e de pesquisa úteis para a comunidade acadêmica de pesquisadores” (LOPES, CARDOSO & MENDY, 1999, p. 475-476).

Segundo Alberto Sanhá (2009), com a carência de quadros formados na Guiné-Bissau após a independência, foi aberta em 1979 uma escola de formação dos professores denominada (Tchico Té), um dos heróis da luta de libertação nacional, instituição que oferece cursos de Bacharelado com três anos de duração, que não equivalem à licenciatura. Porém, após o conflito político militar de 7 de junho de 1998, essa escola passou a ter um curso de licenciatura em Língua e Literatura Portuguesa, “ministrados com apoio do Instituto Camões em Bissau”. E em 1986, foi fundada Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD), com o propósito de formar os profissionais/professores da educação física.

Tendo em conta a crescente demanda de quadros qualificados na área de administração pública, foi aberto, em jeito de resposta, o “Centro de Formação Administrativa (CENFA)” em meados da década de 80. Com uma capacidade de recolher cerca de 1700 alunos para cursos médios. Hoje, possui grande influência, sendo um dos centros mais procurados na cidade de Bissau, ofertando atualmente cursos superiores a 245 alunos.

Além disso, através do apoio de cooperação mantido com Cuba, foi implantada a “Faculdade de Medicina” em 1986, que tem o seu objetivo principal dar à Guiné-Bissau quadros médicos de diferentes áreas de saúde. Na década de 90, com ausência de meios financeiros enfrentados por esta instituição, ficou inativa. Porém, em 2004, retomou o funcionamento em pleno, entrando em colaboração com a “Universidade Amílcar Cabral (UAC)”, nas estruturas da qual se integrou, fazendo exercícios acadêmicas na formação de quadros nacionais (SANHÁ, 2009, p. 37-38).

Na perspectiva de Sanhá (2009), a partir de 1990 o país possui a “Faculdade de Direito de Bissau”, que surgiu oficialmente através da cooperação da “Faculdade de Direito de Lisboa” com a Escola de Direito de Bissau na década de 90, fundada em 27 de setembro de 1979, por “Decreto-Lei nº 22”. E a “Faculdade de Direito de Lisboa” responsabilizou-se de realizar assessoria “científica e pedagógica em Escola de Direito de Bissau”, que atualmente é chamada de Faculdade de Direito de Bissau. Desde a sua existência, essa faculdade tem contribuído na formação de quadros guineenses para assumir cargos-chaves nos serviços do aparelho de Estado do país e no melhoramento da gestão institucional. Essa instituição já vem formando “cerca de 241 juristas”, tendo formado mais 30 mestres na área de “Ciências Jurídicas”, através da cooperação com a “Faculdade de Direito de Lisboa”.

No entanto, com o tempo a Guiné-Bissau passou a necessitar de formados em outras áreas a fim de contribuir para o progresso social e econômico. Os países de antigo bloco socialista, nos momentos finais dos anos 90, enfrentaram crise, que levou à diminuição na concessão de bolsas de estudos aos jovens estudantes da Guiné-Bissau. E havia também um crescimento considerável dos finalistas em diferentes liceus de Bissau, o que fez mais pressão no ensino terciário.

Não obstante grandes obstáculos, o país tem empreendido esforços consideráveis para implementação de uma Universidade Nacional. Conseqüentemente, através do “Decreto-Lei nº 6/99 de 6 de Dezembro”, foi criada, uma universidade pública, entretanto, cuja administração é “privada/autônoma”, o que resultou na Universidade Amílcar Cabral (UAC), administrada “por uma fundação privada (FUNPEC – Fundação para Promoção do Ensino e da Cultura), composta pelo governo da Guiné-Bissau e uma universidade privada portuguesa (Universidade Lusófona)”. Este estabelecimento universitário teve plenamente o funcionamento de suas atividades nos términos de ano 2003/2004 (SANHÁ, 2009, p. 38).

Essa instituição comporta, desde a sua existência na Guiné-Bissau, 11 cursos de licenciatura, que são os seguintes: “Economia; Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recursos Humanos; Engenharia Informativa; Enfermagem Superior; Serviço Social; Sociologia; Comunicação Organizacional; Jornalismo; Medicina; e Ciências da Educação. Sendo extinto o curso de Arquitetura em 2007”. Durante o seu período de funcionamento, a UAC oferecia cursos “preparatórios (pré-universitário)” para minimizar as dificuldades dos candidatos oriundos de diferentes escolas secundárias do país. No entanto, em novembro de 2008, cinco anos depois das atividades da UAC, o governo guineense fala da dificuldade na manutenção desse estabelecimento, cedendo-a “ao seu parceiro- Universidade Lusófona de Portugal”, resultando no surgimento da Universidade Lusófona da Guiné (ULG), que é instituição privada (SANHÁ, 2009, 38-39).

Além da UAC, foi criada outra instituição universitária privada em 2003, a Universidade Colinas de Boé, considerada primeira na Guiné-Bissau, que resultou de grande demanda da busca de formação superior no país, observado principalmente a partir 1999, e da insuficiência de vagas no ensino público guineense. Este estabelecimento universitário recebe cerca de 1000 estudantes em diferentes áreas de formação, tais como: “Administração Pública e Economia Social; Contabilidade e Gestão; Comunicação Social, Marketing; e Direito” (SANHÁ, 2009, p. 39).

Observe que essas instituições privadas da Guiné-Bissau não acomodam maior parte de jovens estudantes do país, sobretudo devido ao elevado custo no pagamento dos cursos, o que não reflete na prática a realidade socioeconômica deles, sendo que a maior parte dos jovens não tem emprego.

Devido à falência vivenciada principalmente nas zonas rurais e à falta de cumprimento de programa do governo guineense para o alastramento do desenvolvimento, abrigou emigração de jovens para a cidade à procura de novas condições de vida e de caminho para a Europa. E conseqüentemente as zonas perderam muitos jovens, e os campos de produção agrícola ficam parados por falta da mão-de-obra, gerando fome à população local (MENDES, 2010, p. 67).

Os discentes que emigram em busca de formação superior para os países da Europa e da América, por exemplo, “Portugal, França, China, Cuba ou Rússia”, assiste-se frequentemente ao regresso em número insignificante dos quadros formados no exterior, o que gera baixa de quadros em diferentes áreas do país. Por essa falta de recursos humanos, o governo e empresas são obrigados a contratar profissionais estrangeiros, nomeadamente “professores, médicos e engenheiros”, fazendo crescer a dívida externa do país. Neste contexto, pode-se verificar o problema crônico de “fuga de cérebros” na Guiné-Bissau e nos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para agravar a insuficiência de recursos de que o país tanto precisa a fim de lutar contra a pobreza e de contribuir para a resolução de problemas do subdesenvolvimento (MENDES, 2010, p. 68).

As relações de cooperação entre a Guiné-Bissau e os países parceiros, com a união soviética e vários países do Bloco Leste (inclusive a Romênia) para formação de quadros nas áreas de Defesa e de Segurança social/ cultural. Os guineenses que tinham se formado nesses países sumiam postos no governo. E havia também um número considerável a receber formação nos países mencionados (KOUDAWO & MENDY, 1996, p. 55).

No período de 1990, a Guiné-Bissau tinha insuficiência de quadros; porém, a partir de 2000, o país passou a ter um aumento crescente de quadros formados nos países como Brasil, Portugal, Senegal (país vizinho), Argélia, Marrocos, juntando-se aos quadros que tinham se formado “nas décadas de 80 a 90 nos países da antiga União Soviética”, como também em “Cuba”.

Atualmente, a Guiné-Bissau tem um crescente número de quadros que se formaram em diferentes áreas de formação, os quais podem contribuir para o desenvolvimento do país. Entretanto, devido à “falta de planejamento estratégico existente na política do governo faz com que esses quadros não sejam bem aproveitados para o processo de modernização e fortalecimento das instituições de Estado. (...) Estas questões podem ser resolvidas mediante reformas no aparelho de Estado”. Porém, o Estado guineense não se interessa na reforma de sectores chaves do país, e hoje, uma boa parte dos quadros vivem na Guiné-Bissau, mas não possuem um contrato de trabalho formalizado com o Estado, que, precisamente, é o maior empregador. E prova disso é que maioria de funcionários públicos não tem nível de “formação média ou superior” (CANDÉ MONTEIRO, p. 251).

Conclusão

Concluimos que a pesquisa sobre a fuga de cérebros em geral é um ponto de partida para uma pesquisa ampla. No primeiro capítulo, a discussão feita sobre a motivação da saída de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (especificamente Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Cabo Verde) para estrangeiro tem como a procura de formação para obtenção do diploma do ensino superior, outros aspectos que influenciam a circulação internacional de recursos humanos desses países têm a ver com a situação sociopolítica, em que ocorre sempre perseguição a atores políticos, falta de oportunidades aos formados para ocuparem lugares de acordo com a formação, ausência de infraestruturas altamente qualificadas como nos países acolhedores (principalmente Portugal e Brasil), ou seja, os países de estudo e falta de mobilização/estratégia por parte de governantes locais para atrair a permanência dos formados nesses países e o regresso dos recém-formados no exterior. Percebemos também outro tipo de migrações para exterior frequente nos países de PALOP que é a busca de melhores condições de vida.

Realizamos entrevistas com quatro professores universitários da Guiné-Bissau, porém, vale esclarecer que devido ao fator tempo não conseguimos fazer análise aos dados dos entrevistados. Contudo, posteriormente daremos continuidade com o trabalho para poder efetuar análise aos dados das entrevistas.

O processo de educação superior em África a partir de 1960 a 1980 tinha como papel a formação de elites profissionais altamente qualificados no continente, e a maioria deles contribuiu para a liberdade de suas nações de dominação colonial. Algumas elites africanos tais como (Sékou Touré, de Guiné Conakry, Kwame Nkrumah, de Ghana, Julius Nyerere, de Tanzânia, e Obafemi Awolowo, de Nigéria) pensavam num programa de reformar a educação local do sistema ocidental para a realidade africana e na sua ampliação para as regiões distante das cidades e tornando-a grátis para toda população, e fazer melhor planejamento para o ensino superior, mas esse programa não foi materializado devido à escassez de recursos financeiros, ao atropelamento político através de uso da ditadura e da legitimação da violência. Houve de mobilização de jovens quadros para se inserirem nas universidades dos países acima mencionados a fim de contribuírem para formação superior, o que obrigou fluxo de muitos jovens de campo com destino ao capital. No entanto, essa lógica

de mobilidade veio a apresentar uma contra posição de jogo de xadrez político na África entre os discentes e os docentes contra os líderes políticos, por meio de manifestações de lutas pelos direitos e de acesso às empresas, resultando na falência de recursos humanos (forçados politicamente a exilar no exterior), na crise econômica dentro das instituições do Estado.

Ao longo dos anos de 1960 e 1980, existiam nos países africanos regimes de ditadura militar muito forte vindo da herança colonial. Podemos destacar os partidos políticos que lideravam a luta de libertação nacional e a forte mobilização de camadas adultas para combater os pequenos partidos políticos que surgiram após a independência a fim de não obterem o rendimento político. Nisso surgiu o enfrentamento político entre os principais atores políticos que lutaram para a libertação de seus países e os partidos da oposição; os partidos que deram a independência passaram tornar-se numa única força política dirigente das sociedades africanas (como por exemplo, na Guiné-Bissau, o PAIGC, na Guiné Conakry, PDG, no Ghana, CPP etc.).

Finalmente, concluímos que a saída de intelectuais africanos de PALOP, especificamente, da Guiné-Bissau está na base de conflitos político-militares, perseguições a atores políticos, crises econômicas, falta de emprego nas instituições públicas e privadas, falta de oportunidades por parte dos intelectuais, lutas morais (privilégios) e físicas dentro dos ministérios, saída em busca de formação superior. E tudo isso se comprova pela falta de interesse do Estado guineense para formação superior e aproveitamento dos recém-formados.

Nas abordagens feitas com base na leitura de textos teóricos que trataram sobre a fuga de cérebros nos países do PALOP, justifica-se que, quanto a Guiné-Bissau, esse fenômeno está ligado aos problemas internos, tais como: crises política e econômica e guerra civil; além disso, a procura de formação superior no exterior também tem contribuído para a fuga de quadros deste país. Este trabalho pode servir de um importante material aos estudiosos ou pesquisadores que se interessam em estudar esta matéria. Entretanto, posteriormente pretende-se trazer a fala de alguns professores universitário guineenses residentes no Brasil como forma de contribuir para o aprofundamento desta questão.

Referências bibliográficas

- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.
- AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- AZEVEDO-HARMAN, Elisabete. O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: inocente ou culpado da instabilidade política? In: LOBO, Marina Costa; NETO, Octávio Amorim. (Orgs.). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- BANKS-LEITE, Luci (Org.). Dossiê Ensino superior e circulação internacional de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-730720090001&lng=pt>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Luanda: INALD, 1981. 2v.
- CAMPOS, Américo. História da Guiné-Bissau em datas. *Guiné-Bissau.Docs*, 2012. Disponível em: <<https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- CARDEIRO, Roberto Sousa; DIAS, Altire; RODRIGUES, Ismael Nery Gaspar; LAET, Luciano. Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa. *Projecto Guiné-Bissau Contributo*, [2010]. Disponível em: <www.didinho.org/Arquivo/Resistenciasafricanasaodominiocolonialportugues.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- CARDOSO, Carlos. *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2002. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=pMdZBAAQBAJ&output=reader&hl=pt_BR>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- COSTA, Ana Bénard da. Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 127-145, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100008>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as Humanidades na África. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 36, p. 9-38, 2007. Disponível em: <www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia36_pp009_038_Falola.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

- FARIA, Margarida Lima de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 45-63, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100004>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos), Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/13063>>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- GOMES, Patrícia Godinho. A reforma das Forças Armadas na Guiné-Bissau: um compromisso possível? *Associação da Comunidade e Amigos da Guiné-Bissau em Itália*, 2015. Disponível em: <<http://www.ascoagui.com/wp-content/uploads/2015/10/A-reforma-do-sector-da-defesa-e-seguranca-na-guine-bissau.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Apresentação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 13-21, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100002>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Eds.). *África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 817-845. (História Geral da África, v. 8).
- HANDEM, Diana Lima. A historicidade da construção Nacional da Guiné-Bissau. In: LOPES, Carlos (Org.). *A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe: colóquio INEP / CODESRIA / UNITAR*. Bissau: INEP, 1989.
- HAVIK, Philip. Mundasson i kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 18-22, p. 115-167, 1995-1999.
- KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.
- KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001.
- LOPES, Carlos; CARDOSO, Carlos; MENDY, Peter. Destruição da memória colectiva de um povo: a tragédia do INEP da Guiné-Bissau. *Lusotopie*, n. 49, p. 473-476, 2009. Disponível em: <www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/chronique_scientifique99.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP, 1987.
- LOPES, Carlos. *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MENDES, Livonildo Francisco (Ildo). *Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/14471>>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- MONTEIRO, António Isaac. *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: análise dos efeitos sócio-económicos*. Bissau: INEP, 1996.

MOURÃO, Daniela Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 83-101, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100006>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SÁ, Franklin Gomes Correia de. *Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/26408>>. Acesso em 6 nov. 2016.

SANGREMAN, Carlos; SOUSA Jr., Fernando; ZEFERINO, Guilherme; BARROS, Miguel. *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento; a sociedade civil*. Lisboa: ISEG-UTL, 2006. Disponível em: <pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/70.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SANHÁ, Alberto. Educação superior em Guiné-Bissau. In: SEMINÁRIO Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 1., 2009, Porto Alegre. [Resumos]. Porto Alegre: PUC-RS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 9-10, p. 142-167, 2006. Disponível em: <<https://cea.revues.org/1236>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SILVEIRA, Onésimo. *África ao sul do Sahara: sistemas de partidos e ideologias de socialismo*. Lisboa: África Debate, 2004.

SOUSA, Julião Soares. *Guiné-Bissau: a destruição de um país: desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: ed. autor, 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado*. Recife: EdUFPE, 2015.